



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

MARÇO/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL – SRRF02

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

Belém, março/2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPESES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação

FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RF02 – 2ª Região Fiscal
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SRRF02 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 150/2012)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	24
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	129
Quadro 3 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	133
Quadro 4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	135
Quadro 5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	136
Quadro 6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	137
Quadro 7 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	141
Quadro 8 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	144
Quadro 9 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	144
Quadro 10 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	145
Quadro 11 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	145
Quadro 12 – Força de Trabalho da UJ	149
Quadro 13 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	150
Quadro 14 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ ..	152
Quadro 15 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	153
Quadro 16 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	154
Quadro 17 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores	155
Quadro 18 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva ..	159
Quadro 19 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	162
Quadro 20 – Composição do Quadro de Estagiários	167
Quadro 21 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	170
Quadro 22 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	171

Quadro 23 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	172
Quadro 24 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	177
Quadro 25 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	181
Quadro 26 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	183
Quadro 27 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	188

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	193
---	-----

Declaração do Contador de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária , Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	199
--	-----

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	10

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 119/2012

1 - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	24
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	26
1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	37
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	41
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada	64
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade	85

2 - Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada	87
2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos	91
2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício	102
2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada	106

3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	129
--	-----

4 - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	133
4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira	135

5 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

- 5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores141
- 5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal144

6 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

- 6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade148
- 6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários .159

7 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

- 7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros 169
- 7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros170

8 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

- 8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras177
- 8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água180

9 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

- 9.1 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno183
- 9.2 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno
- 9.3 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas190
- 9.4 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011193

10 - Informações Contábeis

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade195

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão199

11 - Outras Informações sobre a Gestão

11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício201

ANEXO

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012202

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado por itens de acordo com o Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e Quadros da Portaria TCU nº 150/2012.

As informações contidas neste Relatório de Gestão são referentes à Unidade Gestora Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na Segunda Região Fiscal – SRRF02, consolidando as informações das Unidades Gestoras jurisdicionadas.

ITENS QUE NÃO FORAM TRATADOS NESTE RELATÓRIO

Não constam deste Relatório as seguintes informações, acompanhadas das correspondentes justificativas:

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade
3.4	Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade
3.5	Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU
Justificativa: Os itens acima do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central	
3.3	Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal
Justificativa: Por ser órgão da administração direta, a RFB não possui diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.	
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.1	Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada
4.3	Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira (exceto Quadros A 4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação e A 4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação, que constarão neste Relatório)
Justificativa: Os itens acima do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.	
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
5.1	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
Justificativa: a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque, durante o exercício de 2012, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	
5.3	Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso
Justificativa: <ul style="list-style-type: none">• Quadro A.5.3: Não houve transferências vigentes no exercício de 2012.• Quadro A.5.4: Não houve celebração de instrumentos de transferência nos três últimos exercícios.• Quadro A.5.5: Não há instrumentos de transferência vigentes em 2012 e que vigerão em 2013 e exercícios seguintes• Quadro A.5.6: Não há informações para este período.• Quadro A.5.7: Não há informações para este período.	

5.4	<p>Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quadro DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)
Justificativa: não há informações a serem prestadas. Na Segunda Região Fiscal não se utiliza a conta tipo B.	
5.5	Informações sobre Renúncia Tributária
Justificativa: O Item do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, é aplicável à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central	
5.6	Informações sobre a gestão de precatórios
Justificativa: O Item do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, não é aplicável aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme Item b da página 59 da referida DN	

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
6.1	<p>Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:</p> <p>d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas</p>
Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão esta a cargoda área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o item acima, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU no 150/2012: Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e Quadro A.6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.	
6.1	e) Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)
<p>Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do SIAPE e SIAPECAD, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.</p> <p>Atualmente, quando o SIAPE notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o SIAPECAD para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.</p> <p>No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.</p> <p>O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.</p> <p>São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.</p>	
6.1.	f) Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)
Justificativa: Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, não existem atualmente casos identificados de acumulação indevida.	

6.1.7	Demonstração do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU no 55/2007 <ul style="list-style-type: none"> • Quadro A 6.9 da Portaria TCU nº 150/2012 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU e A 6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU • Quadro A 6.10 da Portaria TCU nº 150/2012 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU
Justificativa: A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por Região Fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, os Quadros acima somente constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.	
6.1.7	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro A 6.11 da Portaria TCU nº 150/2012 - <i>Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac</i> • Quadro A 6.12 da Portaria TCU nº 150/2012 - <i>Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU</i> • Quadro A 6.13 da Portaria TCU nº 150/2012 - <i>Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro.</i>
Justificativa: O Quadro A.11 não pôde ser preenchido por não existir consulta no Sisac para apurar a tempestividade do registro em relação ao seu prazo legal. Por sua vez, não é pertinente o preenchimento dos Quadros A.12 e A.13, pelo fato de a RFB não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões	
6.2	Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários <ul style="list-style-type: none"> • Quadro A.6.14 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada; • Quadro A.6.15 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional; • Quadro A.6.16 - Autorizações para Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional para Substituição de Terceirizados.
Justificativa: Os quadros não foram preenchidos porque não se aplicam à realidade da UJ, ou seja, a RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.	

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Justificativa: O Item é aplicável à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei no 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC no 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;

11.5 Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora)

11.6 Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Justificativa: Os Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme Item b da página 59 da referida DN.

PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

29 Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: O Item é aplicável à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

I – Fiscalização:

- Novo recorde histórico de crédito tributário constituído:

No ano de 2012 a Fiscalização da Receita Federal na 2ª Região Fiscal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 3.151.886.901,00, valor que superou em 8,66% o total das autuações ocorridas no ano de 2011.

O valor de R\$ 3,151 bilhões é recorde histórico de crédito constituído pela Fiscalização da Receita Federal, na 2ª Região Fiscal. Tal valor foi resultado de 981 procedimentos de auditoria externa e 12.648 de revisão interna de declarações de Pessoas Físicas, Jurídicas e ITR, executados pelas Delegacias.

Em média, em 20,06% das fiscalizações encerradas, os Auditores Fiscais identificaram a prática de fraude, simulação ou conluio, o que configuraria, em tese, crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, motivo pelo qual foram formalizadas Representações Fiscais para Fins Penais, a serem encaminhadas ao Ministério Público Federal (Portaria RFB nº 3.182, de 2011).

- Evolução do Crédito Tributário Constituído pela Fiscalização:

Quadro comparativo dos valores de crédito tributário constituído nos últimos três anos, na 2ª RF:

Ano	Valor de Crédito Tributário Constituído (R\$)	Crescimento (%)
2010	2.436.325.488,00	
2011	2.900.628.648,00	19,05
2012	3.151.886.901,00	8,66

Outras informações importantes dizem respeito ao **valor médio de Crédito Tributário (CT)** lançado por procedimento de **fiscalização externa**, por procedimento de **revisão de declaração** e por **Auditor-Fiscal**. O quadro comparativo abaixo demonstra os resultados dos anos 2011 e 2012, na 2ª RF:

CT médio por:	2011	2012	Crescimento (%)
Fiscalização Externa	1.680.643,01	2.139.597,42	27,3
Revisão de Declaração	66.705,65	80.550,55	20,7
Auditor Fiscal	14.033.455,47	14.771.718,15	5,02

Explicam o crescimento das médias representadas nos quadros acima, entre outros fatores, a melhoria na qualidade da seleção de contribuintes, os investimentos em capacitação e especialização dos Autores Fiscais e a redução de operações de fiscalização encerradas em contribuintes de menor porte.

- Quantidade de Operações de Fiscalização Encerradas

A despeito do aumento no valor do crédito tributário constituído, no ano de 2012, o número de operações de fiscalização e de revisão de declarações encerradas pela fiscalização na 2ª RF, quando comparado com o resultado do ano anterior, teve redução de 1,9% e de 18,4%, respectivamente.

Número de Operações	2011	2012	Decréscimo (%)
Fiscalização Externa	1.000	981	-1,9
Revisão de Declarações	15.513	12.648	-18,4

- Fiscalização de Grandes Contribuintes (Pessoas Jurídicas Sujeitas ao Acompanhamento Diferenciado):

Desde o final do ano de 2010 a Receita Federal alterou a forma e estrutura de seleção e fiscalização de contribuintes de grande porte.

O acompanhamento, a seleção e a fiscalização dos maiores contribuintes é desenvolvido por equipes de Auditores Fiscais, distribuídas pelos seis Estados da Região Norte e pelas nove Delegacias da 2ª Região Fiscal.

A operacionalização dessa nova metodologia, tendo em vista a especialização da seleção e da fiscalização, tem resultado em ganhos reais de produtividade no trabalho de fiscalização.

Em relação a esses **grandes contribuintes**, o crédito tributário constituído no ano de 2012, nas nove Delegacias da 2ª Região Fiscal, foi de **R\$ 1.201.649.258**, resultante de 88 ações fiscais encerradas.

O quadro abaixo demonstra os valores de lançamento de crédito tributário em 2012, em **fiscalizações externas**, por Estado, por grupos de contribuintes (grandes contribuintes, demais pessoas jurídicas e pessoas físicas). Nele pode se observar o crescimento no resultado alcançado nos **grandes contribuintes** no biênio 2011/2012.

Crédito Tributário por Tipo de Contribuinte e por Estado						
Estado	Grandes 2011	Grandes 2012	Demais PJ 2011	Demais PJ 2012	P Física 2011	P Física 2012
PARÁ	321.115.018	691.363.004	1.057.774.534	871.258.710	181.041.850	393.125.317
AMAZONAS	211.208.073	493.765.650	560.681.642	320.173.530	70.493.693	53.099.425
ACRE	7.735.517	10.055.825	39.508.488	113.698.019	63.425.972	67.647.889
AMAPÁ	75.498.356	719.678	24.192.009	20.710.718	30.957.487	8.787.491
RONDONIA	41.252.429	5.518.221	53.951.337	85.823.041	84.371.692	35.534.562
RORAIMA	5.042.925	226.880	40.786.448	13.782.909	9.586.742	8.281.411
TOTAL 2ª RF	661.852.318	1.201.649.258	1.776.894.458	1.425.446.927	439.877.436	566.476.095

- Distribuição das Fiscalizações em PJ por Segmento Econômico

Na **2ªRF** no universo das Pessoas Jurídicas fiscalizadas, as autuações se concentraram no segmento **industrial** (R\$ 997,8 milhões), seguido do **comércio** (R\$ 248,6 milhões) e **da prestação de serviços** (R\$ 88,7 milhões). Já no Estado do Pará as autuações se concentraram no segmento **industrial** (R\$ 390,2 milhões), seguido do **comércio** (R\$ 156,2 milhões) e na **construção civil** (R\$ 56,2 milhões).

Segue quadro demonstrativo do número de autuações e do crédito tributário constituído, em 2012, e sua distribuição pelos setores econômicos e a evolução de sua participação em relação ao ano anterior, na **2ªRF**:

Crédito Tributário por Atividade Econômica no Estado 2ª RF - Pessoas Jurídicas			
Ano	2011	2012	2012/2011
Setor Econômico	Crédito Tributário (R\$)	Crédito Tributário (R\$)	Crédito Tributário (R\$)
Comércio	316.208.326	248.622.443	78,63%
Prestação de serviços	184.398.746	88.705.718	48,11%
Indústria	382.086.925	997.805.272	261,15%
Transporte e serviços relacionados	237.891.959	63.629.455	26,75%
Construção civil	43.962.550	71.238.766	162,04%
Serviços de comunicação, energia e água	25.193.537	45.887.462	182,14%
Serviços financeiros	1.996.834	100.962	5,06%
Sociedades de Participação	639.017	875.096	136,94%
Outros setores	483.662.175	527.239.689	109,01%
Total	1.676.040.069	2.044.104.863	121,96%

- Distribuição das Fiscalizações em Pessoas Físicas por Ocupação

Na **2ªRF**, no universo das Pessoas Físicas fiscalizadas, as autuações se concentraram nos contribuintes cuja principal ocupação declarada foi o de proprietário ou **dirigentes de sociedades empresárias** (R\$ 48,7 milhões), seguido dos **profissionais técnicos** (18,3 milhões) e **profissionais liberais** (12,6 milhões).

Segue quadro demonstrativo do número de autuações e do crédito tributário constituído, em 2012, e sua distribuição e evolução de sua participação em relação ao ano anterior, na **2ªRF**:

Crédito Tributário por Atividade Econômica na 2 RF - Pessoas Físicas			
Ano	2011	2012	2012/2011
Setor Econômico	Crédito Tributário (R\$)	Crédito Tributário (R\$)	Crédito Tributário (R\$)
Proprietário e Dirigente de empresa	47.783.744	48.759.545	102,04%
Funcionário público e Aposentado	14.847.375	8.287.737	55,82%
Profissional liberal	6.446.245	12.649.204	196,23%
Técnico de outra natureza	4.193.613	18.395.447	438,65%
Autônomo	26.703.989	10.587.751	39,65%
Outros	89.741.599	85.797.888	95,61%
Total	189.716.565	184.477.572	97,24%

- Principais infrações tributárias

Durante o ano de 2012 destacaram-se as seguintes matérias objeto das operações fiscais:

a) Operações de reorganização societária que tenham originado de **Ágio Interno** (dentro do mesmo grupo econômico);

b) Movimentação Financeira Incompatível com a Receita Declarada

- c) Glosa de créditos utilizados em compensação de tributos
 - d) Base de cálculo das contribuições previdenciárias (por exemplo: omissão de fato gerador em GFIP)
 - e) Operações envolvendo preços de transferência
 - f) Contribuições Previdenciárias devidas por entidades que não comprovam os requisitos para fruição da isenção da condição de filantrópicas
 - g) Ganhos de Capital e variação patrimonial para pessoas físicas
- Projeto Alerta

Para os casos em que o trabalho das equipes de seleção indica a existência de erro ou inconsistência nas informações prestadas pelo contribuinte, a Receita Federal criou, em 2012, o Projeto Alerta, que permite às Pessoas Jurídicas promoverem a autorregularização de sua situação fiscal.

Nesta sistemática, a Receita Federal comunica ao contribuinte a existência de divergência, estabelecendo um prazo para sua correção ou prestação de esclarecimentos antes do início de fiscalização. Tal mecanismo, que já é aplicado às pessoas físicas há mais de dois anos, possibilita ao contribuinte evitar os efeitos decorrentes de uma ação fiscal e prevenir a repetição dos mesmos erros ou inconsistências no futuro.

Note-se que não são todos os erros ou inconsistências detectadas pela Receita Federal que serão objeto do Projeto Alerta, ficando a cargo das equipes de seleção a indicação das operações que serão desenvolvidas no âmbito do projeto.

No ano de 2012, foram identificados contribuintes na 2ª RF, que se enquadravam em pelo menos uma das seguintes situações: **Pessoas Jurídicas que efetuaram vendas para o governo federal e não declararam a totalidade das receitas oriundas dessas vendas** ou se tratavam de **Pessoas Jurídicas que informaram na GFIP a condição de beneficentes de assistência social, porém não constavam de relação entregue à Receita Federal pelos três Ministérios responsáveis pela certificação** (Desenvolvimento Social, Educação e Saúde). A existência da Certificado das Entidades de Beneficência e Assistência Social (CEBAS), válido, é elemento fundamental para fazer jus à isenção e/ou imunidade.

Esses contribuintes receberam comunicado para apresentar suas justificativas às inconsistências encontradas. Dentre esses contribuintes, aqueles que não se justificarem e a respeito dos quais ainda persistirem os indícios apontados pela Receita Federal na comunicação encaminhada, serão incluídos em procedimento de fiscalização, isto pode implicar em autuações, com multa de ofício de até 225%, incidente sobre o imposto ou contribuição não devidamente recolhidos.

II - Seleção de Contribuintes para Fiscalização:

A seleção de contribuinte é etapa preparatória de fundamental importância para o êxito da fiscalização da Receita Federal.

O procedimento de seleção se inicia no ano anterior ao ano de execução, de modo que no início de cada ano calendário a Receita Federal conheça o conjunto dos contribuintes que serão fiscalizados,

bem como, as operações em que recairão a fiscalização, após a realização um criterioso trabalho prévio de análise dos indícios detectados pela seleção, objetivando aumentar a eficácia do procedimento de fiscalização.

O percentual de procedimentos de fiscalização encerrados com resultado, isto é, com a confirmação dos indícios levantados na seleção, no ano de 2012 na 2ª RF foi de 89,50%.

Como visto, trabalho de seleção de contribuintes a serem fiscalizados é realizado no ano anterior àquele em que se desenvolverão os procedimentos de fiscalização. Assim, em 2012 foram selecionados os contribuintes que serão fiscalizados em 2013.

As equipes de seleção das diversas unidades da Receita Federal na 2ª RF, num trabalho integrado, identificaram 1.050 contribuintes que apresentaram algum indício de infração à legislação tributária. Desses, 98 se enquadram na condição de pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento diferenciado, ou seja, são contribuintes de elevada capacidade contributiva.

Além das pessoas jurídicas diferenciadas, as equipes de seleção identificaram 146 pessoas jurídicas de médio porte e 509 pessoas jurídicas de pequeno porte, nas quais se incluem as optantes pelo Simples (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições). Já as pessoas físicas identificadas com indício de infração à legislação tributária somam 297.

III - Cobrança:

Um conjunto de estratégias pontuais, aliadas ao aperfeiçoamento dos sistemas informatizados, levou a Receita Federal do Brasil a cobrar, de pessoas físicas e jurídicas, em 2012, um total de R\$ 4.075.404.624,80 na 2ª Região Fiscal, que é composta pelos estados no norte do país, exceto Tocantins. Na comparação com 2011, as ações da Receita na região alcançaram 63.662 contribuintes pessoa jurídica, representando crescimento de 23,41% e 219.278 contribuintes pessoa física, resultando em incremento de 464,46 %.

Um dos efeitos destas ações de cobrança foi uma efetiva arrecadação regional em 2012 na ordem de R\$ 1.991.415.736,19, valor que significou crescimento de 31,1%. Deste total, R\$ 842.346.949,18 foram arrecadados só no Pará, o que importou em incremento de 35,1%. Com isso, a Receita reduziu o número de contribuintes inadimplentes com o fisco federal, além do respectivo saldo devedor.

Outro resultado das estratégias pontuais da Receita foi o parcelamento de R\$ 6.906.505.857,90 realizados por contribuintes da 2ª. RF, inscritos em dívida ativa da União. Desse total, R\$ 2.324.843.117,20 foram de contribuintes do estado do Pará, havendo variação positiva de 21,49% em relação a 2011..

Medidas de arrolamento de bens, para garantir o crédito tributário dos que se mantiveram devedores, também foram realizadas. O implemento em 2012 na região foi de 116,9% em relação a 2011. Esta ação consolidou um total de 74.627.258,90. O acumulado de 2000 até 2012 já atingiu o patamar de R\$ 274.567.633,00. No estado do Pará, o acumulado de bens arrolados é de R\$ 67.141.670,50.

- Principais ações de cobrança em 2012
 - a) Arrolamentos de bens e direitos: A RFB definiu um programa de arrolamento de bens e direitos dos contribuintes devedores para garantir o crédito tributário que está com exigibilidade suspensa

b) Cobrança especial de grandes devedores: Ação continuada de cobrança de grandes devedores, com a utilização de ferramentas que permitiu uma análise minuciosa do perfil de cada devedor e uma atuação mais direta, personalizada e constante junto aos devedores, inclusive com a adoção de medidas legais restritivas e coercitivas quando cabíveis. No final do ano passado, a RFB deu início na 2ª RF a cobrança de 24 grandes devedores, com dívidas de R\$ 1.528.647.065,89. No estado do Pará, a Receita iniciou no final do ano passado a cobrança de 13 grandes devedores, com dívidas de R\$ 1,24 bi.

c) Exclusão do Simples Nacional: Foram emitidos em todo o Brasil mais de 428 mil Atos Declaratórios de exclusão de empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional, dos quais 253 mil regularizaram a situação e 175 mil foram excluídas do Regime.

IV – Repressão aduaneira:

- Operação Fronteira Blindada:

O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, prevê planejamento estratégico e atuação conjunta dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das Forças Armadas, para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

O ingresso da Receita Federal no planejamento e na execução das ações ensejou uma maior coordenação nas ações conjuntas com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas e diversos órgãos policiais no combate ao contrabando, descaminho e aos ilícitos correlacionados, o que permitiu ainda maior incremento na eficácia das ações e a otimização de recursos.

A participação da Receita Federal no Plano Estratégico de Fronteiras se dá por meio da “**Operação Fronteira Blindada**”. Com isso, a RFB tem registrado relevantes e crescentes resultados a cada ano, tanto no valor das apreensões, quanto no número de operações de vigilância e repressão, principalmente no combate a esses ilícitos.

Com o objetivo de proporcionar total transparência para a sociedade das ações da Receita Federal no combate aos ilícitos aduaneiros, foi construída uma página Internet, denominada "Blog Fronteira Blindada". O grande mérito da página é a possibilidade de divulgação em tempo real das operações e intervenções da RFB em todo o território nacional, englobando a zona primária (portos, aeroportos e pontos de fronteira) e zona secundária (todo o restante do território), no combate ao contrabando, descaminho e demais ilícitos transfronteiriços. O Blog entrou em produção no início do 2º semestre de 2012 e pode ser acessado livremente por meio do seguinte sítio:

<http://acoesdareceita.receita.fazenda.gov.br/>

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal alcançou a marca de 175 **operações realizadas**, o que representou um crescimento de 9,3% em relação a 2011, com uma apreensão da ordem de R\$ 6,1 milhões em mercadorias.

Foram aplicadas 65 multas, equivalentes, em valor, a R\$ 1.348.504,41.

V - Administração aduaneira:

- Conclusão de projetos em destaque em 2012:

Destaca-se a entrega da primeira fase do projeto de modernização do Siscomex Importação, que disponibiliza plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando muito mais facilidade e comodidade na utilização do sistema.

Houve também a implementação do Cadastro Aduaneiro de Despachantes e Ajudantes, possibilitando melhor controle destes importantes intervenientes no comércio exterior.

Implantação do Centro Nacional de Gestão de Risco, que está permitindo a evolução na seleção para conferência aduaneira, com melhor tratamento das informações disponíveis e melhor interlocução com a sociedade organizada e com outras áreas da própria Receita Federal.

Para facilitar a regularização voluntária dos bens pelo viajante, no mês de julho de 2012, a Receita Federal lançou o aplicativo VIAJANTES NO EXTERIOR, que foi disponibilizado gratuitamente para uso em dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets* e similares. Por meio do aplicativo, o viajante recebe orientações sobre os procedimentos corretos na declaração de sua bagagem, inclusive o montante de tributos a serem pagos, caso a cota de isenção seja extrapolada. Trata-se de importante ferramenta de comunicação com a sociedade, que se soma ao sítio Internet da Receita Federal na oferta de informações sobre aduana e comércio exterior ao cidadão.

VI – Arrecadação tributária:

A arrecadação dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, na 2ª Região fiscal, alcançou o montante de R\$ 25,2 bilhões no ano de 2012, contra R\$ 22,7 bilhões de 2011, registrando uma expansão nominal de 10,68% e real de 5,01%.

A participação da 2ª RF na arrecadação Brasil foi de 2,56% no ano de 2012, enquanto que em 2011 essa participação ficou em 2,43%. Cabe ressaltar que grande contribuinte mudou o domicílio fiscal para São Paulo, porém, consta na arrecadação de 2011, da 2ª RF, o valor de R\$ 192,7 milhões da referida empresa. Esse valor representa um reflexo de quase 1 ponto percentual na taxa de crescimento anual da 2ª RF.

Outro fato marcante que influenciou sensivelmente o comportamento regional foi o fraco desempenho da atividade econômica Fabricação de Motocicletas, cuja arrecadação registrou queda absoluta de R\$ 268,4 milhões em relação a 2011, haja vista a queda de 20,50% nas vendas no atacado e 20,90% na produção, conforme informações da *ABRACICLO*.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ

- **Necessidade de Recomposição dos Quadros de pessoal** - Considerando-se apenas a Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, a lotação efetiva, em 31/12/2012, correspondeu a menos de 50% dos cargos autorizados. A 2ª RF, em especial, tem esse problema agravado pelo fato de a carência relativa de servidores ser bastante expressiva, aliada a uma maior dificuldade de atração e fixação de pessoas, por conta de suas características geográficas e socioeconômicas, causando uma elevada rotatividade de pessoas e uma maior dificuldade de reposição.
- **Inadequação das instalações físicas das unidades** - A 2ª RF possui em uma boa parte de suas instalações prediais a necessidade de intervenções de obras e reparos. O exercício de 2012 representou um salto em termos de disponibilização de recursos orçamentários para a

área de engenharia, mas a gestão de serviços, nessa área, tem a característica de tempo de maturação maior que em outras. Tal situação é agravada pela pequena equipe técnica na área de engenharia e pela ausência de regras de padronização em locações, manutenção de imóveis, reformas e construções. Essas situações vêm sendo trabalhadas, iniciando com a definições e projetos de Unidades Modelo e a solicitação de concurso específico para as áreas de engenharia e arquitetura. Entretanto, o atraso no andamento do Projeto nacional de Agências Modelo prejudicou o andamento mais célere desta iniciativa em âmbito regional, e a existência de cargos efetivos nas área de arquitetura e engenharia ainda não é uma realidade.

A questão da inadequação das instalações das unidades se tornou, em 2012, ainda mais evidente, com a interdição do imóvel da Alfândega do Porto de Manaus e do imóvel da Delegacia da RFB em Manaus, o que ocasionou consideráveis transtornos aos processos dessas unidades.

- **Sinistro ocorrido no edifício sede do MF em Belém:** a antiguidade de alguns imóveis, aliada a um nível de conservação distante do ideal, potencializam tanto a probabilidade de ocorrência quanto os efeitos de sinistros, como o ocorrido em agosto de 2012. Naquele mês, o edifício sede do MF em Belém, onde funcionava diversos órgãos deste Ministério, incluindo a Delegacia da RFB em Belém e a Superintendência Regional da RFB na 2ª RF, foi acometido por um incêndio de grandes proporções. Isso fez com que um grande esforço tivesse que ser direcionado para o plano de retomada das atividades internas e do atendimento aos contribuinte. Apesar do sucesso do plano de contingência empreendido, impactos no cronograma de projetos regionais foram inevitáveis.
- **Movimento de paralisação dos servidores:** no ano de 2012, uma parcela da carreira de Auditoria da RFB se mobilizou no processo de negociação, com o Governo Federal, de recomposição de perdas salariais, empreendendo um movimento de paralisação das atividades. Isso ocasionou impactos nos resultados de alguns indicadores, seja em nível nacional, seja em nível regional, tanto maiores quanto mais elevada foi a adesão da classe ao movimento em cada uma das unidades.

PLANOS E PROJETOS CONCRETOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

I – Principais ações para 2013

- **Intensificação de medidas para garantias do crédito tributário, como o arrolamento de bens e a medida cautelar fiscal.** Estão sendo aprimorados os sistemas que visam a busca automática de bens e direitos do sujeito passivo, por meio de consulta instantânea a várias bases de dados de interesse, internas e externas à RFB, tais como Renavan, ANAC, Marinha Mercante e de Registro Eletrônico de Imóveis.
- **Intensificação dos procedimentos de Cobrança Especial.** Serão intensificadas as ações de Cobrança Especial, com a seleção trimestral de grandes devedores. Em janeiro deste ano, a Receita já identificou nove contribuintes que respondem por mais de R\$ 161,6 milhões. No estado do Pará já foram identificados três contribuintes que respondem por mais de R\$ 48,7 milhões.

- **Implementação de malhas para as declarações de débitos de pessoas jurídicas (DCTF e da GFIP).** Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Também será implantado no final deste mês o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.
- **Combate às fraudes com títulos da dívida pública.** Está sendo desencadeada uma operação específica, em parceria com o Ministério Público, de combate a fraudes com títulos da dívida pública externa brasileira, com a aplicação de multas que podem chegar a 225%, além de Representação Fiscal para Fins Penais contra os fraudadores.

II – Projetos estratégicos para 2013:

O rol de projetos estratégicos da 2ª RF não sofreu alterações em relação ao de 2012. Além dos projetos que possuíam a expectativa de duração superior a um ano-calendário, outras iniciativas tiveram seu cronograma atrasado e atualizado para 2013, haja vista as dificuldades descritas no item anterior desta Introdução.

Assim, a 2ª RF tem como desafio para o ano de 2013 a continuação dos seguintes projetos:

- **Disque Denúncia:**

Visa Implementar o Canal de Disque Denúncia, estimulando a participação social no combate às fraudes e aumentando a base de informações que sustentam as operações de repressão aduaneira e as ações fiscais. A iniciativa pretende, em sua estratégia de ação, elaborar um plano de divulgação do canal de denúncias pelo sistema de ouvidoria do MF, estabelecer rotinas e procedimentos no caso de denúncias, definir os responsáveis por cada operação, os critérios para que uma denúncia entre na "zona de apuração" e a análise quanto ao retorno dos resultados das operações à sociedade.

- **Reestruturação do Processo de Aquisição de Bens e Materiais, Contratação de Serviços e Realização de Obras**

Trata-se de redefinir o modelo de funcionamento dos polos de concentração de logística e os procedimentos para aquisições e contratações de logística, adotar novo sistema de controle que contemple os procedimentos, desde o planejamento até a entrega das demandas e capacitar executores e demandantes para os novos procedimentos e para a utilização do novo sistema de acompanhamento dos processos.

Assim, busca-se maior produtividade nos processos de contratações e aquisições e maior racionalização na aplicação de recursos, tornar mais ágil o atendimento das demandas, criar mecanismos para melhor acompanhamento e transparência dos processos em todas as suas fases e aumentar satisfação dos demandantes de serviços e materiais de logística.

- **Sistema de Controle de Regimes Fronteiriços.**

Trata-se da implantação de sistema informatizado para controle sobre 100% dos regimes aduaneiros existentes nas fronteiras da 2ª RF. Busca implantar o controle pós-concessão de regimes aduaneiros fronteiriços (admissão temporária, exportação temporária, saída temporária e etc); facilitar a identificação de bens em situação irregular no país e a consequente aplicação de penalidades,

cobrança de tributos e comunicação a outro órgãos competentes; e permitir a troca de informações entre unidades fronteiriças e a realização de ações de fiscalização para validar se o bem está sendo aplicado conforme declarado.

- **Reestruturação do Processo de Apreensão, Armazenagem e Destinação de Mercadorias.**

Trata-se de uma verdadeira reengenharia no processo supracitado. Busca-se eliminar gargalos que impedem a destinação mais célere das mercadorias, o que diminui o giro dos estoques, aumenta os custos de armazenagem e, por vezes, até impedem a destinação. Soma-se a isso a reorganização logística dos depósitos, o aumento do controle sobre as mercadorias, a sistematização de procedimentos de supervisão, o desenvolvimento de um sistema integrado de solicitações e a análise de resultados por meio de indicadores.

- **Projeto Análise de Risco de Compensação**

Trata-se da elaboração de metodologia de análise de riscos visando subsidiar a seleção de contribuintes e processos com pedidos de compensação, agilizando e qualificando auditorias fiscais e análises de direito creditório, e potencializando os respectivos resultados (todos os tributos e contribuições administrados pela RFB).

- **Criação de Bases Integradas de Seleção**

Visa elaborar uma base de dados contendo a visão integral do contribuinte, com a possibilidade de análise por todas as áreas da RFB, encaminhamento e registro de ações de presença fiscal. Busca-se integrar as bases de seleção e fiscalização de tributos internos, de seleção e fiscalização aduaneira, de atuação nos maiores contribuintes, de atuação da arrecadação e de atuação da repressão.

- **Plano de Comunicação 2RF**

Busca melhorar as atividades da Comunicação na 2ª RF e proporcionar mais informações à sociedade, atuando na educação fiscal, na melhoria da imagem institucional e no aumento a percepção de risco, por meio das seguintes ações: divulgação Trimestral de Resultados RFB; padronização dos materiais impressos de divulgação dos serviços da RFB na 2ªRF; elaboração de roteiro para divulgação das Operações Especiais; divulgação de informações importantes por tecnologia avançada (redes sociais, smartphones, etc.); utilização de vídeos institucionais para informar o cidadão e para fortalecer a imagem da RFB; contratação de clíping; pesquisa de satisfação do CAC; manualização dos procedimentos de alimentação do Blog regional e descentralização da alimentação do clipping nesta ferramenta.

- **Trilha de Logística**

Visa construir a trilha de Capacitação para área de Programação e Logística, identificando conteúdos de capacitação que englobem 100% das competências dos processos de trabalho desta área. A capacitação será orientada para o desenvolvimento de competências e os servidores serão capacitados exclusivamente nos processos de trabalho em que atuam, para máxima eficiência da iniciativa. A estratégia de ação consistirá em cruzamentos entre competências e processos, definição e encadeamento das capacitações necessárias ao desenvolvimento das competências de cada processo, normatização da trilha, identificação de cursos no mercado, elaboração da grade, controle e avaliação dos resultados.

Este projeto se encontra atualmente em estágio bastante avançado, cabendo, para este ano, a execução dos planos de capacitação previstos na trilha.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 1: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada *(Item 1 do Conteúdo Geral
(Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação					
Poder: Executivo					
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora					
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02					
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal					
Código SIORG: 003149		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170217	
Situação: ativa					
Natureza Jurídica: Órgão público			CNPJ: 00.394.460/0070-73		
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:		(091) 3223-6205			
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br					
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br					
Endereço Postal: Rua Gaspar Viana, 125, Conjunto dos Mercedários, Belém/PA, Bairro Comércio, CEP 66010-060					
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas					
Nome		CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal		00.394.460/0070-73	170217	Ativa	003149
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas					
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas					
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007					
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas					
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011.					
Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010.					
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.					
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas					
Carta de Serviços ao Cidadão					
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)					
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)					
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro					
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio					
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador					
Manual de Despacho de Importação					
Manual de Despacho de Exportação					
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional					
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Maфон – 2012					
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas					
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas					
Código SIAFI	Nome				
170022	Alfândega da RFB Porto de Belém				
170024	Delegacia da RFB em Macapá				
170201	Delegacia da RFB em Porto Velho				
170205	Delegacia da RFB em Rio Branco				
170209	Delegacia da RFB em Manaus				
170210	Alfândega da RFB Porto de Manaus				
170213	Delegacia da RFB em Boa Vista				
170218	Delegacia da RFB em Belém				
170219	Delegacia da RFB em Santarém				
170332	Delegacia da RFB em Ji-Paraná				
170333	Alfândega da RFB Aeroporto Internacional Eduardo Gomes				
170334	Delegacia da RFB em Marabá				
170520	Alfândega da RFB Aeroporto Internacional de Belém				

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170022	00001
170024	00001
170201	00001
170205	00001
170209	00001
170210	00001
170213	00001
170218	00001
170219	00001
170332	00001
170333	00001
170334	00001
170520	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar , coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores , observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Aresp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.

- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 15 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	15
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	55
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	571

Ao longo deste Relatório de Gestão, será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

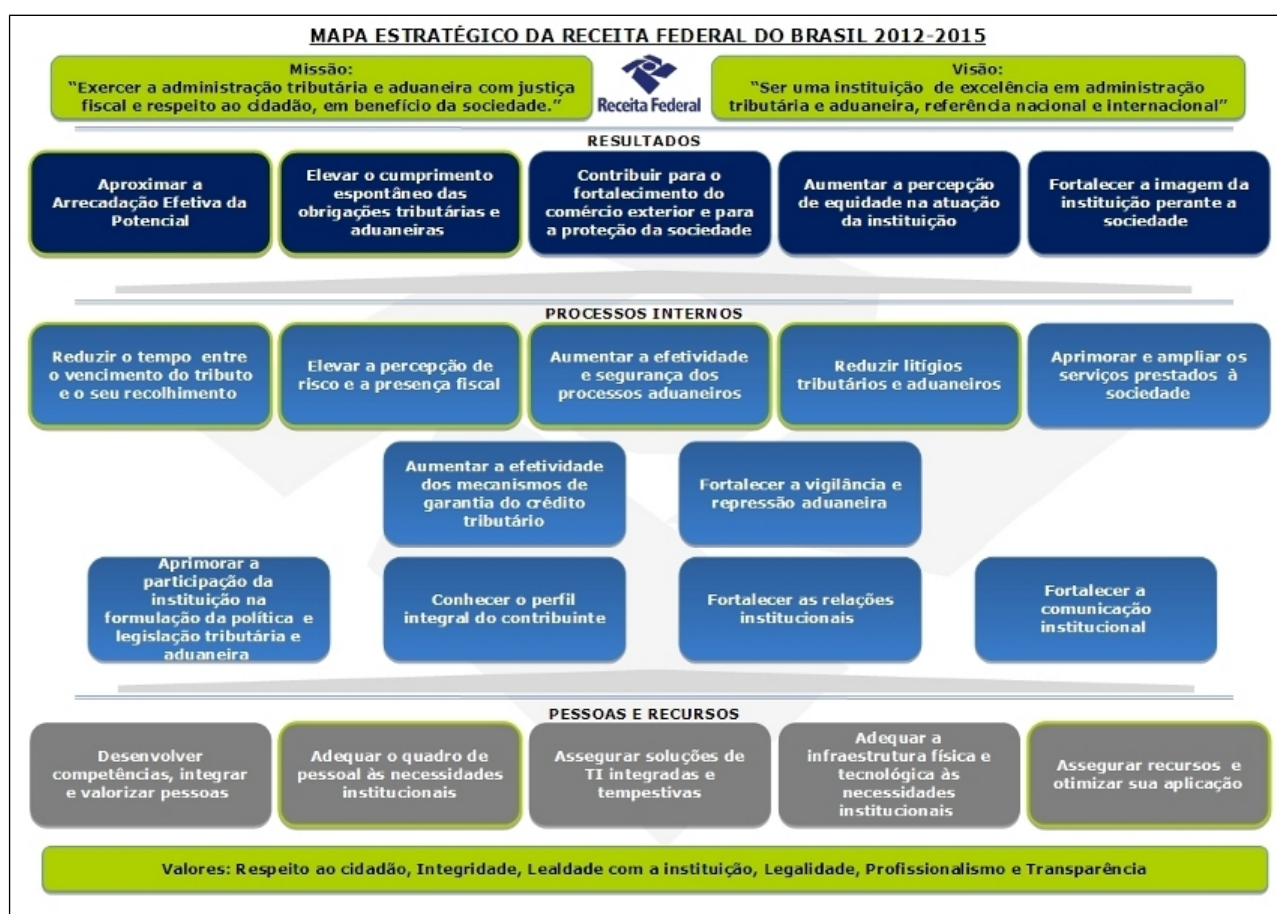
Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os “objetivos-batalha”, selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2012, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências,	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
integrar e valorizar pessoas	dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2012 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas *Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	
Fortalecer a comunicação institucional	*Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema Atos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais – Wikijur *Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal SISCOMEX
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Sistemas Integrados do MCT

Dos 27 (vinte e sete) projetos estratégicos institucionais 12 (doze) tem previsão de encerramento em 2013, 8 (oito) em 2014, 2 (dois) em 2015 e 2 (dois) em 2016. No ano de 2012 foram encerrados 3 (três) projetos: Wikijur, Macroprocessos de Mercadorias Apreendidas e Intranet.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 55 (cinquenta e cinco) indicadores estratégicos. Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 29 (vinte e nove) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação do resultados da Instituição no ano de 2012 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, apresentado adiante no item 2.3 deste relatório, e o item 2.4 que apresenta a análise de cada um dos indicadores disponíveis, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos. Dos indicadores com análise de resultados temos 67,5% deles com resultados dentro do esperado, 10% com resultados pouco abaixo do esperado, 5% com resultados muito abaixo do esperado e 17,5% com resultados muito acima do esperado.

1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECRETARIAS

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança

da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 - Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

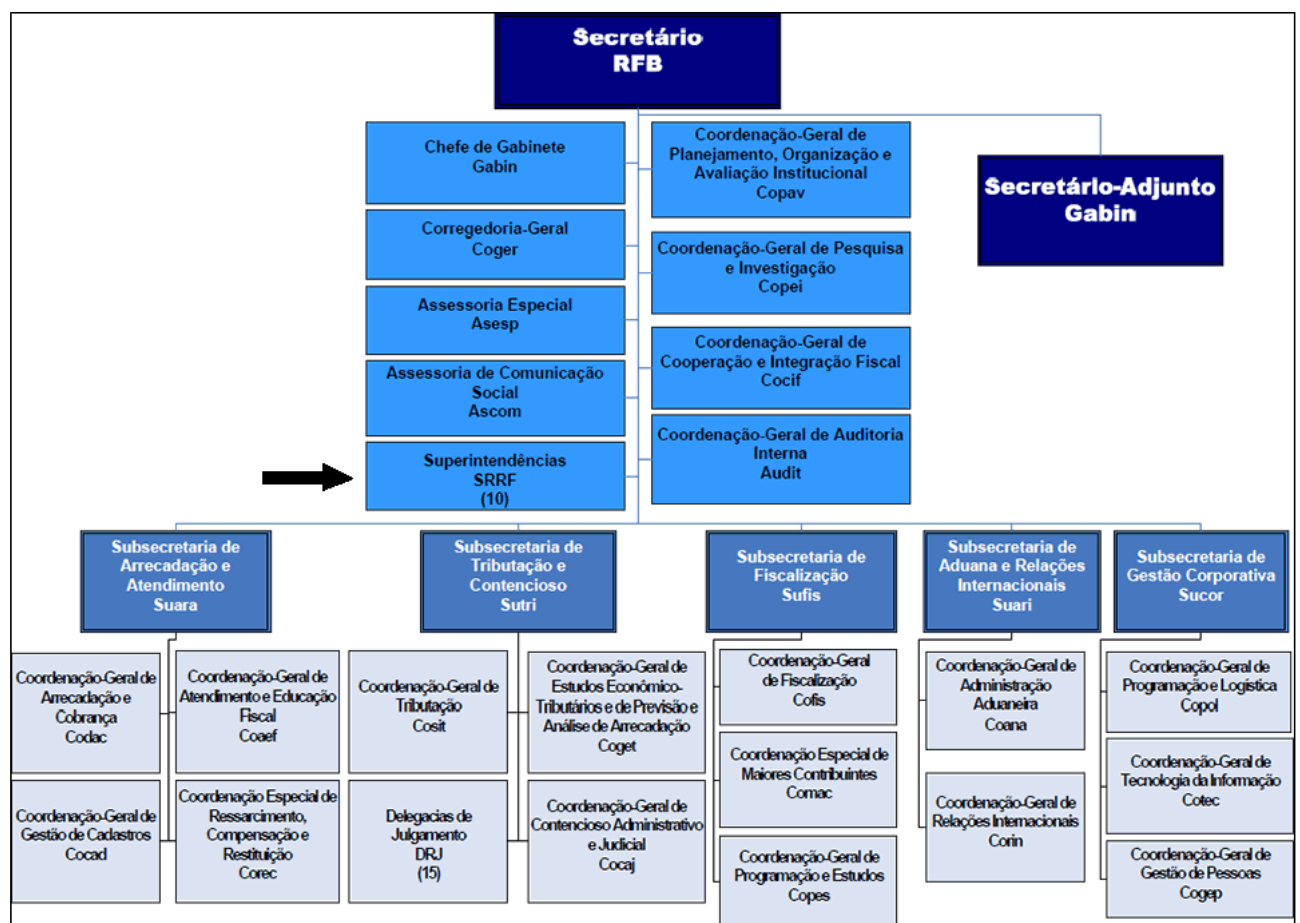
1.2 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

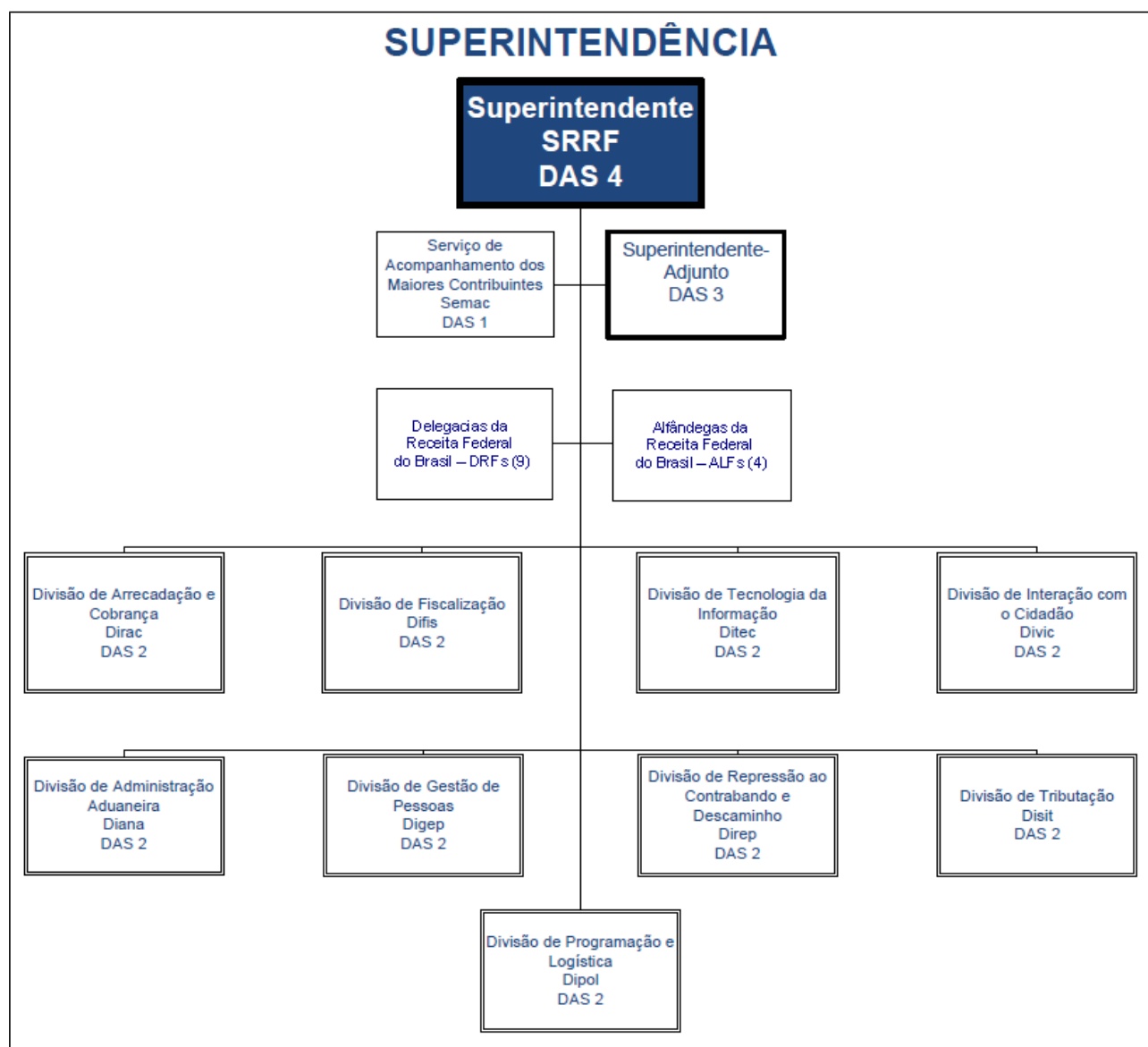
Obs.: a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

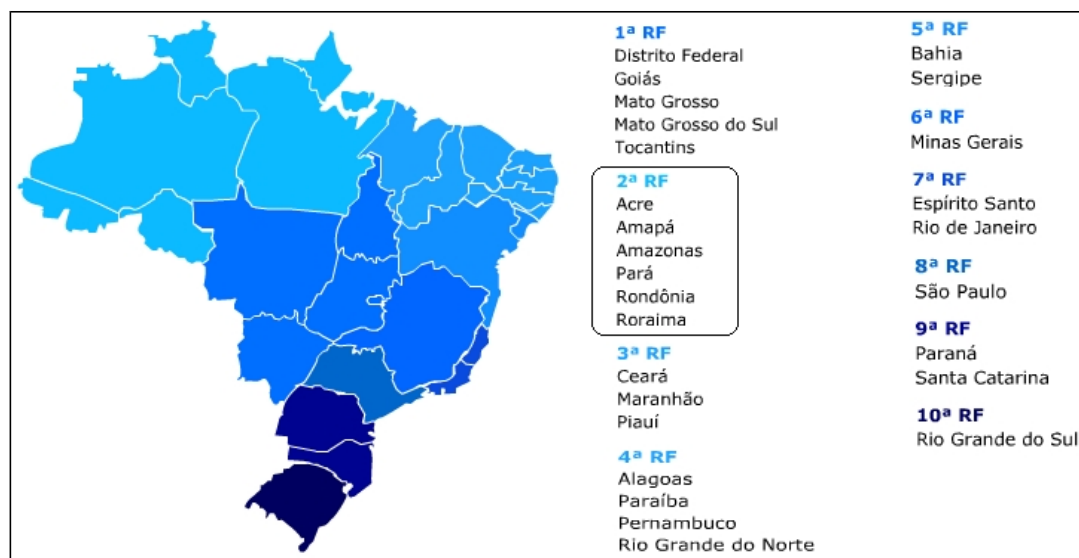
Organograma da Receita Federal do Brasil - RFB



Organograma da Superintendência Regional da RFB na 2ª Região Fiscal – SRRF02



Unidades Descentralizadas

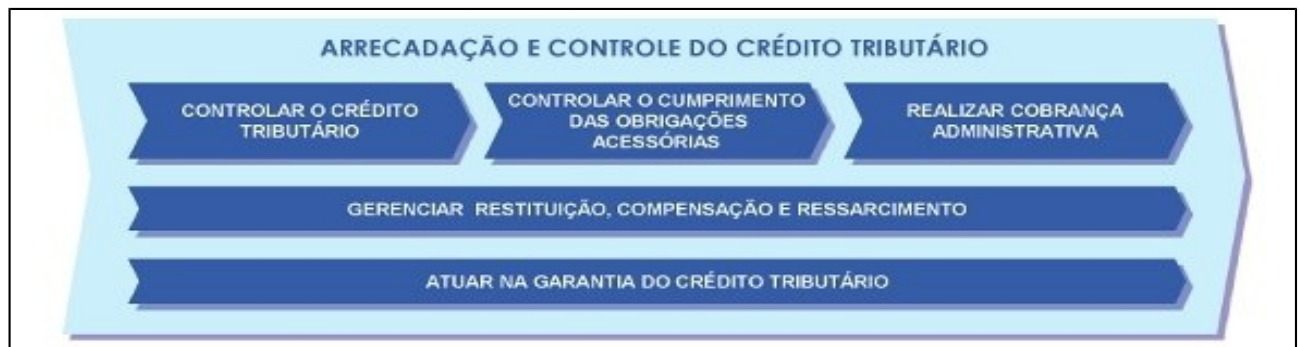


QUANTIDADE DE UNIDADES POR REGIÃO FISCAL												
Tipo	1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF	DRJ	Total
ALF	1	4	4	2	2		4	4	3	2		26
ARF	33	23	34	31	33	41	21	64	43	39		362
Defis								1				1
Deinf								1				1
Demac						1	1	1				3
Derat								1				1
DRF	7	9	7	7	6	12	8	21	11	9		97
DRJ											15	15
IRF	6	15		6	3	1	1	2	10	12		56
SRRF	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		10
Total Global	48	52	46	47	45	56	36	96	68	63	17	572

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2012 foram arrecadados R\$ 1,0 trilhão (um trilhão de reais) em pouco mais de 264 milhões de documentos de arrecadação, utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de cerca de 11,3 milhões de declarações (DCTF). A Rede Arrecadadora manteve-se em 2012 com 28 instituições financeiras.

Redução dos custos com a Rede Arrecadadora:

Em dezembro de 2012 as tarifas pagas aos agentes arrecadadores foram unificadas e reduzidas para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por documento de arrecadação. Esta redução permitirá uma economia anual estimada em cerca de R\$162 milhões.

Darf Numerado:

Em abril de 2012, iniciou-se a arrecadação com novo padrão de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Nesse novo padrão, o documento de arrecadação recebe um número no momento de sua geração/impressão. Tal padrão permitirá ampliar a utilização do código de barras no Darf, reduzindo custos e erros de digitação.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Foi implementado no ano de 2012 o Programa de Omissos Pessoa Física, no qual foi identificado e intimado por meio de processamento eletrônico os contribuintes obrigados a entrega de Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incidiram em um dos critérios de obrigatoriedade de entrega, tais como auferimento de rendimentos tributáveis acima do limite, operações em renda variável, entre outros.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a outubro/2012, 1.53 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 19,8 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em espécie R\$ 395 milhões (1,75% do total cobrado), foram parcelados R\$ 706,8 milhões (3,13%) e extintos por compensação R\$ 161,3 milhões (0,72%), totalizando R\$ 1.26 bilhões de créditos recuperados (5,60% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 79.122 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2012. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 115 milhões mil em pagamentos; R\$ 203 milhões em parcelamentos; e R\$ 8.9 milhões mil foram objeto de retificação;
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;
 - De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
 - Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa

identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Da mesma forma está sendo implantado no final deste mês o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2012 foram recepcionados 1.046.038 PER/DCOMP, sendo 632.870 declarações de compensação, 307.962 pedidos de restituição, 63.505 pedidos de ressarcimento e 41.701 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 74 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 185.479 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2012, foram emitidas 262.755 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 97.466 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 4.219 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 161.070 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 5 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 78.677 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do total de processos, 78,81% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 62.010 processos, totalizando R\$ 964 milhões. Foi devolvido pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 41.193 processos, correspondendo a cerca de R\$ 53,3 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de R\$ 12,7 bilhões para pagamento de restituição de 11 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e

- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- publicação da 1ª etapa do material: “perguntas e respostas”, com enfoque didático às questões formuladas pelas unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens; e
-
- Seminário Nacional, com a participação da PGFN - objetivando disseminar os novos conceitos legais e operacionais de controle de bens, os novos sistemas e sobretudo, e principalmente voltado à sensibilização dos Servidores para criação de nova cultura do processo de garantia do crédito tributário na instituição.

Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas - com os créditos tributários dos sujeitos passivos – às unidades descentralizadas, para a realização do arrolamento de bens;
- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia , COMPROVI, de gestão da Sufis; e
- disponibilização de sistema informatizado - para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contagil, de gestão a cargo da Sufis.

Iniciativas de natureza gerencial:

- criação do Índice de Garantia do Crédito Garantido (IGT), que medirá a relação entre montante de bens arrolados e passivo tributário a ser garantido.

Como consequência das iniciativas mencionadas, observa-se fortalecimento das medidas para garantia do crédito tributário e que houve aumento do IGT do início para final do ano de 2012, e basicamente houve superação da meta proposta por todas regiões fiscais, conforme tabela 1:

Região Fiscal	ICTG - 1º trim/2012	ICTG – 2º trim/2012 (*)	TOTAL DÉBITOS	Arrolamentos até 30/09/2012 (em R\$)	ICTG – 3º trim/2012 (*)	META
						2012
1ª	8,4%	13,5%	11.388.243.757,61	1.971.635.014,80	17,3%	11,4%
2ª	2,1%	2,2%	10.388.685.449,02	267.720.025,70	2,6%	5,1%
3ª	1,0%	1,2%	5.708.067.695,43	70.255.038,00	1,2%	2,1%
4ª	2,1%	2,4%	9.107.801.116,06	837.311.175,70	9,2%	4,0%
5ª	3,4%	4,6%	13.137.216.613,83	617.068.661,70	4,7%	6,4%
6ª	4,8%	6,6%	23.076.111.393,08	1.586.944.969,60	6,9%	7,0%
7ª	4,1%	4,3%	56.795.473.662,37	2.506.748.301,30	4,4%	7,1%
8ª	5,4%	7,2%	182.579.887.582,03	13.773.181.331,90	7,5%	6,4%
9ª	7,0%	13,5%	19.764.892.770,20	3.004.970.338,10	15,2%	10,0%
10ª	7,9%	9,5%	10.915.386.095,01	1.154.890.224,10	10,6%	10,9%
Brasil	5,1%	6,8%	342.861.766.134,64	25.790.725.080,90	7,5%	6,9%

Indicador = Arrolamentos já realizados / Total Débitos

(*) Para fins de comparação, foi considerado o total de débitos inicialmente levantados em janeiro/2012

Também observa-se que houve aumento expressivo dos valores de bens arrolados ao longo do ano de 2012, em comparação com o ano anterior, conforme tabela 2, demonstrando expectativa de consolidação para o ano de 2013.

Região Fiscal	Até 2011	Até 2012	Variação (%)
1ª	1.243.719.184,20	2.085.627.836,30	67,7
2ª	199.940.374,10	274.567.633,00	37,3
3ª	57.627.924,60	284.090.599,90	393,0
4ª	192.565.636,50	841.984.435,40	337,2
5ª	358.853.299,70	955.939.989,90	166,4
6ª	1.103.698.243,70	1.844.102.739,20	67,1
7ª	2.095.164.829,20	2.563.068.740,90	22,3
8ª	11.528.512.861,50	14.710.845.678,00	27,6
9ª	1.653.748.227,40	3.527.408.422,20	113,3
10ª	893.394.998,60	1.206.638.894,00	35,1
Brasil	19.327.225.579,50	28.294.274.968,80	46,4

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e

- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2012, a meta definida foi 85%, alcançando o resultado de 80,19%, representando 94,4% da meta estipulada.

Em 2012, foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar conhecimento para as equipes de pesquisa e seleção da área aduaneira, visando a mitigar as diferenças de estrutura entre as diferentes regiões fiscais do país, apontadas por levantamento prévio.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do '*Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM*', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 99,2% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 98,36%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2012, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as

metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

A avaliação desse processo é realizada por meio do ‘*Indicador Global da Fiscalização – IGF*’, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2012 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 85,60%, com alcance desdobrado de 81,7% para o IDF; 110,3% para o ICT e 91,9% para o IPC.

No ano de 2012, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 115,8 bilhões, superando em 10,3% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2012, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2012 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação- Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I - à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II - ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;

III - ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2012, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a instituição, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 8,60 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros;
- Em 2012 foram realizados procedimentos fiscais em decorrência de ações de pesquisa e investigação que apontaram indícios de interesse fiscal em 525 contribuintes;
- Durante o ano foram realizadas inúmeras operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações, as mercadorias apreendidas alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 100 milhões, número que pode ser considerado satisfatório no contexto dos resultados atingidos ao longo dos últimos anos;
- A partir de solicitações das Delegacias da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelas dívidas tributárias, em regra já existentes, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pelas DRF e a execução das dívidas já existentes. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, de um grupo econômico com atuação em diversas unidades da federação, principalmente Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e com uma dívida bilionária junto à Fazenda Nacional. A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas neste esquema até o montante de R\$ 500 milhões.

Foi um ano marcado por um cenário de crise econômica mundial, restrições orçamentárias e movimentos paredistas, não apenas na RFB, mas também em órgãos parceiros. Estes últimos merecem atenção especial pois, dada a característica de nosso processo finalístico, calcado em parcerias com órgãos externos, provocaram a necessidade de ajustarmos nossa atuação com o adiamento de diversas ações planejadas para o ano. Ainda assim, no ano 2012 a atividade de pesquisa e investigação resultou em 20 operações de impacto, contabilizando-se aqui apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 370 mandados de busca e apreensão e realizadas 140 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2012, nos possibilitou também a apreensão de cerca de 12 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países.

Um dado relevante, que corrobora a consolidação do modelo de realização das ações de Pesquisa e Investigação, calcado na execução de trabalhos em regime de “força tarefa” com outros órgãos públicos, são as condenações obtidas. Há registros de 40 condenações em 1ª Instância em 2012, referentes a operações deflagradas entre 2003 e 2008, verificando-se desde 2009 um certo aumento das condenações decorrentes das investigações realizadas com a participação da Receita Federal, o que eleva significativamente a percepção de risco por parte dos contribuintes.

Em um ano marcado pela comemorada reformulação da Lei de Lavagem de Dinheiro, conduzimos diversas iniciativas na intenção de marcar a firme posição da RFB em reforçar a atuação do Estado brasileiro na prevenção e combate a tão danoso crime.

Demos início à implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na RFB, fruto de acordo assinado entre a instituição e Secretaria Nacional de Justiça- SNJ. A implantação desta estrutura, voltada para a utilização de modernas soluções tecnológicas na investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, trará excepcional ganho na capacidade investigativa da Receita Federal, proporcionando resultados mais rápidos e efetivos nas investigações e fiscalizações que realiza.

Homologamos o treinamento, modalidade EaD, em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, mecanismo que permitirá o aumento da capacidade da RFB de transmitir a seus servidores o conhecimento básico necessário para que atuem na luta contra tal crime e delitos conexos.

Iniciamos também o Projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que tem como escopo a definição de sistemática (rotinas, procedimentos e sistemas informatizados) voltada à identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, as quais possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB.

Ainda num ano em que o tema “Lavagem de Dinheiro” esteve bastante presente na RFB, fomos distinguidos pela ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro com a autorização para utilização, em nossos treinamentos na área, do selo de qualidade daquela organização. Tal distinção foi fruto do reconhecimento do trabalho que temos realizado no âmbito do programa de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB.

No campo da cooperação internacional, conduzimos um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Na mesma linha de atuação, prestamos assessoria técnica à Direção Geral de Impostos Internos – DGII de El Salvador, consolidando a atividade de Inteligência Fiscal brasileira como referência na América Latina.

Realizamos diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de segurança no âmbito da RFB, tais como a retomada da campanha de divulgação de seu Manual de Segurança Institucional, a atualização e realização do treinamento EAD no tema, inclusive para novos integrantes da Carreira AFRFB, assim como a capacitação de servidores para atuarem como tutores e/ou multiplicadores.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

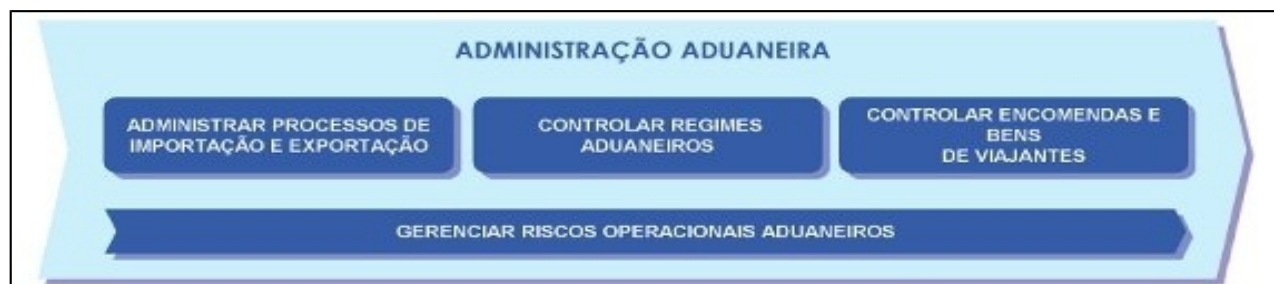
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal realizou 2.680 ações de vigilância e repressão, algumas contaram com a participação de outros órgãos, tais como: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro, dentre outros, em ações conjuntas ou sendo apoiadas por eles.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2012. Merecem destaque aquelas relacionadas com o Projeto Armamento Institucional, envolvendo treinamento e cautela de pistola em calibre .40 e equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; a renovação da frota de veículos; as aquisições de coletes balísticos; e o Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção - tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2012, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) bateu os recordes históricos e somou R\$ 2,02 bilhões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- a) Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- b) Realizar despacho de internação (ZFM);
- c) Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- d) Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- e) Realizar o controle de cargas; e
- f) Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,67 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas podem ser destacadas as iniciativas de mapeamento dos processos, disponibilização na internet dos Manuais de Importação e Exportação para o público externo e atualizações nos manuais internos. Esses Manuais têm como objetivo uniformizar procedimentos e orientar os importadores e exportadores nas atividades relativas ao despacho, sendo útil também aos transportadores, depositários e demais intervenientes. Implementou também o exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros (previsto no RA, art. 810, § 1º, inciso VI). Como consequência dessas ações, espera-se redução de erros por parte dos intervenientes e maior eficiência nos procedimentos aduaneiros relacionados ao despacho.

Efetuiu melhorias no SISCOMEX, sistema utilizado para processar a importação e exportação, com a disponibilização do sistema na plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando mais facilidade e comodidade em sua utilização, e a criação do Cadastro Aduaneiro de Intervenientes no Comércio Exterior - Módulo de Despachantes e Ajudantes de Despachantes.

Elaborou integralmente e publicou atos normativos associados ao despacho, dentre ele destacam-se as instruções normativas que dispõem sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel e sobre procedimentos de habilitação prévia de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Co-

mércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- a) Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Ao longo do ano de 2012, a RFB empenhou esforços para mapear os processos dos regimes aduaneiros com vistas ao seu aprimoramento. No caso do regime Admissão Temporária, por exemplo, iniciou-se a concepção de um novo modelo que contempla as necessidades de controle aduaneiro e fluidez do processo, combinadas com os aperfeiçoamentos solicitados pelo setor privado. Como consequência, será publicada uma nova Instrução Normativa em 2013.

Houve melhorias também nas Instruções Normativas referentes ao regimes aduaneiros especiais de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro - e de entreposto industrial sob controle informatizado - Recof.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 14,4 milhões de remessas postais internacionais e processou 4,7 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 51 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 18,7 milhões de passageiros no ano de 2012.

Para facilitar a regularização voluntária dos bens pelo viajante, foi lançado o aplicativo “VIAJANTES NO EXTERIOR”, de disponibilização gratuita, para uso em dispositivos móveis.

Iniciou-se o mapeamento dos processos, e projetos importantes foram desenvolvidos durante o ano, dentre eles estão o e-DBV - Declaração eletrônica de Bens e Valores; o novo modelo de controle de bagagem acompanhada e a criação de um novo sistema para controle de remessas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e

- Gerenciar denúncias e informações externas.

O processo “Gerenciar riscos operacionais aduaneiros” tem vital importância para o desenvolvimento do Comércio Exterior, e a Receita Federal tem focado grandes esforços no seu aprimoramento. Foi implementado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – CERAD, ao qual compete, entre outras, coordenar, orientar e executar estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária e à determinação de áreas de risco aduaneiro.

Dentre várias ações iniciadas, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, e, ao longo do ano de 2012, deu grande avanço para implementar o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2012, foram elaboradas pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri, Medidas Provisórias tratando de temas diversos, onde destacamos, a que institui o Programa INOVAR-AUTO e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações; a que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e, a que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A Sutri participou da elaboração de Decretos Legislativos, onde destacamos o que regulamenta o Programa de Inclusão Digital e o que dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel

Foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República o Decreto que aprova o novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Também já se encontra na Casa Civil da Presidência da República uma atualização do Regulamento Aduaneiro (RA) em fase final de revisão.

Além do novo RIR e do RA, estão sendo atualizados todos os Regulamentos, numa parceria da Coordenação-Geral de Tributação com as Divisões de Tributação das Regiões Fiscais. O Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o Regulamento da Contribuição Previdenciária já estão em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda na RFB, sofrendo as últimas revisões pela Cosit e pelas respectivas Disit responsáveis, encontram-se atualmente o novo Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e a atualização do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

No ano de de 2012, as DRJ julgaram em torno de 71.000 processos, o que significa uma redução de aproximadamente 21% em comparação com o ano de 2011, quando foram julgados aproximadamente 90.000 processos. Porém, em termos de créditos tributários, foram julgados em 2012 cerca de R\$ 59 bilhões, representando o mesmo montante julgado em 2011, com 85% dos créditos mantidos em 2012, superior aos resultados atingidos em 2011 que foi de 78% dos créditos mantidos.

Foram implantadas em todas as DRJ as ferramentas de *webconference*, possibilitando a realização de sessões de julgamentos não presenciais. Julgadores localizados em cidades distintas poderão participar da mesma sessão de julgamento, conectados por meio desse aplicativo.

E, por fim, em 2012, as DRJ desenvolveram projetos específicos com vistas à melhora do desempenho de suas atividades, bem como, a formalização da melhoria de seus procedimentos. Destacamos o desenvolvimento dos projetos “Triagem das impugnações por assunto” e “Reforma do contencioso administrativo”, gerenciados pelas DRJ Ribeirão Preto e Florianópolis, respectivamente.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Foi realizado, em 2012, o acompanhamento dos processos acima de 5 milhões que ainda não tiveram a diligência concluída, com a atualização da situação desses processos e o repasse dessa informação aos Superintendentes de cada região fiscal. Esse acompanhamento permitiu concluir que a maioria dos processos levantados inicialmente tiveram suas diligências concluídas ou que foram adotadas providências necessárias para a conclusão das mesmas.

Também em 2012 foi reestruturada e ampliada a participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento, mediante a formação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de DRJs, atingindo-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento de 55 sessões de julgamento (33 das 1ª, 2ª e 3ª Seções do CARF e 22 da CSRF);

II) Cada sessão acompanhada dá origem a um Boletim de Decisões Administrativas publicado na Intranet. Até o mês de novembro de 2012, foram publicados 42 boletins; e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Foram também publicados 56 boletins de decisões administrativas (das 3 Seções do CARF e das 3 Turmas da CSRF). Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

Foram realizados levantamento do acervo do CARF por faixa de valores, tributo e por maiores litigantes (processos acima de R\$ 100 milhões). Este trabalho possibilitou a identificação das teses tributárias discutidas pelos grandes litigantes, bem como a localização da concentração dos maiores valores de créditos tributários em litígio, a fase dos processos acima de R\$ 100 milhões e o tempo em cada atividade.

No que se refere ao acompanhamento das matérias judiciais relevantes e da evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário, tocantes à matéria tributária e aduaneira, destacam-se os seguintes trabalhos:

- Elaboração e divulgação de boletins de decisões judiciais. Em 2012, 10 boletins de decisões judiciais foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na Intranet da RFB;
- Envio de matérias para acompanhamento especial no âmbito da PGFN. Foram encaminhados diversos temas à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima;
- Atualização e divulgação da relação de Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida e de Recursos Especiais repetitivos;
- Consolidação e divulgação da relação atualizada de Atos Declaratórios da PGFN;
- Consolidação e divulgação da relação atualizada de Súmulas Vinculantes do STF e das Súmulas aprovadas pelo STJ;
- Consolidação e atualização da relação de matérias tributárias de interesse da RFB nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por força do disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria PGFN nº 294/2010, e que, por força do Parecer PGFN/CDA nº 2.025/2011, que justificam a dispensa de constituição e de cobrança administrativa de créditos por parte da RFB;
- Envio de subsídios para a defesa da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de encaminhamento de informações prestadas em mandados de segurança cadastrados no Sicaj;
- Levantamentos de Mandados de Segurança no Sicaj para agilização da realização do crédito tributário.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

Destacamos em 2012 a elaboração de mais de 80 Consultas cadastrados no SCI, mais de 1080 atos internos armazenados na Nova Intranet, mais de 1700 atos alimentados no Sijut e a publicação de 3 Pareceres Normativos. Também em 2012, foram respondidas 2.856 consultas pelas 10 Regiões Fiscais da RFB.

Foram também elaboradas diversas Instruções Normativas da RFB, onde destacamos a que dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação; a que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições); a que estabelece procedimentos para habilitação ao benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e, a que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Na área de educação fiscal, com o advento da Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012, que disciplinou atividades e definiu de diretrizes e público alvo, e, principalmente, institucionalizou o representante da mencionada área (educação fiscal) em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal, observou-se o incremento no número de eventos de educação fiscal: mais de 12.000 eventos em todo o Brasil.

O Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal encontra-se em sua 3ª edição, demonstrou a importância do resgate de nossa história.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2012, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

-Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

-Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e Aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2012, e poderia ter entregado mais se não houvesse a forte restrição de ordem orçamentária.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;

- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um importante incremento no volume de atendimento por todos os canais de atendimento da Receita Federal com menor tempo médio de espera, apesar do menor quantitativo de atendentes. Podemos destacar os seguintes dados relacionados ao atendimento:

- 19 milhões de atendimentos presenciais, com tempo médio de espera de 11m32s;
- Por meio do Portal e-CAC foram acessados 65,2 milhões de serviços - o atendimento a distância ocorreu de forma satisfatória, destacando-se que a maior parte dos serviços do Portal e-CAC implementados com certificado digital, conferiu mais segurança às transações;
- As instituições conveniadas realizaram mais de 10 milhões de atendimentos de CPF;
- atendimento telefônico (146) recebeu mais de 8,6 milhões de ligações no ano de 2012; e
- Concomitantemente, vários projetos foram implementados, gerando melhorias na prestação de serviços pela Receita Federal, como, por exemplo:
 - sistema Visão Integrada do Atendimento (VIA);
 - implantação do Atendimento Integrado com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - nova versão do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SAGA);
 - e a utilização do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (Siscac), agora na plataforma web (Siscac Web); e
 - início do trabalho de melhoria na comunicação com o contribuinte (a publicação do Manual de correspondências será a primeira etapa de um trabalho de efetiva melhoria nessa comunicação).

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e
- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

No que se refere ao indicador TME15 (Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos), a média do período indica que 94% dos serviços tiveram tempo médio de espera abaixo de quinze minutos.

Em 2012, o sítio da Receita teve mais de 2,58 bilhões de páginas visitadas, número 4% maior que o registrado em 2011.

Os indicadores do atendimento e da educação fiscal foram atingidos por todas as Regiões Fiscais.

1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada



1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2012, o processo "Acompanhar a execução da estratégia" teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e dos superintendentes regionais e tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

b) Promover Melhoria nos Processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Es-

critório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2012, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas quatro oficinas de mapeamento de processos, que capacitaram, em nível básico, 39 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Várias iniciativas relacionadas a mapeamento de processos e a projetos de melhoria e inovação em processos estão em andamento, desde o segundo semestre de 2012.

c) Gerir Portfólio de Projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Como novidade do processo de priorização em 2012, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

A partir da priorização foram selecionadas 27 Projetos Estratégicos Institucionais, sendo que três deles foram encerrados ainda em 2012 (Projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet).

Uma iniciativa que se destacou em 2012 foi a a migração da carteira de Projetos Estratégicos Institucionais para o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Clarity, que ocorreu com a capacitação dos novos usuários, com realização de ‘workshops’ para capacitação dos gerentes e migração dos projetos.

Houve, também, a realização de três turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados cerca de 320 servidores em todo o Brasil, além de apoio para reali-

zação de dois treinamentos similares, um na Secretaria Executiva, ministrado para todo o Ministério da Fazenda com cerca de 100 servidores capacitados, e outro na SRRF07, onde foram capacitados cerca de mais 100 servidores.

Além disso, houve a realização de dois seminários em Gerenciamento de Projetos no ano de 2012, um no mês de Maio e outro em Novembro, com participação de cerca de 100 pessoas em cada evento.

d) Prospectar Inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

O Canal de Inovação, por meio do ambiente Tempestade de Ideias, ainda em fase de teste, permitirá a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir Relações Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 – 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal-Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos, além de participar, na qualidade de porta-voz da RFB, dos diversos fóruns de discussão que objetivam promover a harmonização tributária e administrativa. Destaca-se a atuação junto ao CONFAZ, com participação em 15 dos 27 Grupos de Trabalho da COTEPE/ICMS.

O Encontro Nacional de Administradores Tributários – Enat, realizado anualmente e coordenado pela RFB, tem-se consolidado como um dos principais eventos de cooperação e integração do País, envolvendo as três esferas de governo.

Em 2012, no âmbito do VIII Enat, várias ações foram negociadas, cabendo destacar a possibilidade de acesso, pelos municípios conveniados, à contabilidade das empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a assinatura de protocolo criando Grupo de Trabalho para analisar as principais questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações. Foram constituídos 11 grupos de trabalho dos quais 3 foram finalizados.

Ressalte-se, também, a conclusão de protocolo para a implantação do Portal Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, que reduzirá os entraves burocráticos relacionados ao Processo de Registro de Empresas e Negócios. O Portal Redesim garantirá a entrada única de dados e de documentos. Cabe destacar a construção do Portal do ITR, como facilitador no trabalho de descentralização da fiscalização e da cobrança desse imposto.

O Portal do ITR juntamente com o Repositório Nacional da Nfe-Serviço, esse articulado com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, são importantes vetores na realização do primeiro eixo do Plano *‘Municípios Fortes, Brasil Sustentável’* do Governo Federal.

A Cocif tem trabalhado, em articulação com as áreas operacionais da RFB, na racionalização de recursos e procedimentos, com o intuito de facilitar o atendimento de convênios celebrados pela RFB.

Regra geral, os convênios celebrados pela RFB são por tempo indeterminado, mas, como os contratos dos convenientes com o Serpro são por prazo determinado, exigia-se abertura de demanda no SCD - Sistema de Controle de Demandas para que o Serpro continuasse prestando as informações.

Em 2012 este procedimento foi alterado. No caso de simples renovação contratual entre o conveniente e o Serpro, a RFB não mais abrirá demandas.

No 2º semestre de 2012 iniciou-se o trabalho de padronização de fornecimento de informações às administrações tributárias estaduais e municipais, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2013.

Sempre com a visão no objetivo estratégico "Fortalecer as relações institucionais", a Cocif faz a interlocução no caso de demandas de órgãos externos nacionais, com convênios celebrados, que envolvam mais de uma área operacional da RFB, e acompanha a execução, em articulação com as áreas operacionais.

Foram atendidos neste formato o IBGE, onde o uso dos dados econômico-fiscais fornecidos pela RFB ajuda a melhorar a qualidade da produção estatística oficial, além de reduzir custos; e o Sebrae, parceiro na prestação de serviços para o desenvolvimento de sistemas informatizados para implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

c) Gerir Comunicação Institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição através da modernização dos veículos de que dispõe. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2012 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é uma dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá à sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Essa uniformização permite que a “palavra” da instituição para a sociedade seja única e ao mesmo tempo eficaz.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição através dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que, as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas, com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares, em *stricto sensu*, abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar (de que são espécies a investigação patrimonial e a sindicância patrimonial); a análise em sede de juízo de admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores; e a apuração do cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sob o rito ordinário ou sumário, ou de Sindicância Acusatória. O PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) englobará tanto a espécie do processo administrativo disciplinar, em seus dois ritos legais, quanto a espécie da sindicância acusatória, visto todos terem a mesma natureza e seguirem idêntica instrumentalização.

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos PADs em curso e aos servidores neles acusados; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90. Conforme disciplinado internamente pela Portaria Coger nº 219/06, a atividade compreende o emprego dos mais diversos procedimentos investigatórios e instrumentos preliminares de coleta de informações (internas e externas) acerca do fato denunciado, seguido de um parecer conclusivo, propondo à autoridade competente a instauração de PAD ou o arquivamento do feito, em função de terem sido confirmados ou não os indícios de materialidade e de autoria de possível infração disciplinar.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correccional em decorrência da falibilidade humana; e
- direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de juízo de admissibilidade, evitando-se a instauração de sede disciplinar, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e Gerir Riscos Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;

- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” têm como principal atuante a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, bem como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias continuadas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e metodologia de gestão de risco, os estudos e prospecção de melhores práticas e métodos em Gestão de Riscos, e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de orçamento, os recursos disponíveis para a RFB passaram de R\$ 800 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Após dois árduos anos de plantio, 2013 pode ser considerado um ano de colheita, em que a RFB terá reais possibilidades de investimento na sua estrutura.

Desde 2007, o orçamento da RFB para as despesas de custeio e investimento ficou estagnado no patamar de R\$ 800 milhões, valor bem aquém das necessidades essenciais para o desempenho das atividades básicas da RFB. Considerando que a maioria das despesas sofre incremento de valor, no mínimo, pelos índices inflacionários, o seu orçamento deveria ter sido elevado em, pelo menos, 30%, que foi a inflação acumulada neste período.

Além disso, a criação da RFB, em 2007, ocasionou de imediato, o aumento do quantitativo de servidores, cidadãos e contribuintes nos prédios da RFB e do volume de atividades até então desempenhadas, com reflexos diretos na elevação das despesas, mas sem uma maior disponibilização de créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA. Não bastassem estes fatores, foram realizados investimentos à luz do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA entre os anos de 2005 e 2006, aplicados em grande parte na aquisição de bens permanentes (veículos, lanchas, helicópteros, escâneres, etc.), porém, sem a correspondente elevação das despesas de custeio no orçamento dos anos subsequentes, já que foram necessários gastos com serviços de manutenção, contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

Diante deste cenário, foi empreendido, desde 2010, um programa de ações para reversão desse quadro. A primeira e principal delas foi o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, até então esquecido no momento das negociações

para obtenção de mais recursos orçamentários, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão. Como resultado de um longo processo de negociação com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o objetivo de recomposição das fontes orçamentárias do Fundaf e sua vinculação à LOA da RFB foi alcançado, o que representou um importante passo na gestão orçamentária, com prognósticos positivos para a LOA da RFB em 2013.

b) Realizar Gestão Contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Tomada de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2012 foi de profissionalização das equipes de programação e logística das Regiões Fiscais da RFB, com base no paradigma de que a gestão contábil é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios, reafirmando que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e fiscais.

As setoriais de contabilidade passaram a utilizar a premissa de geração contínua de geração de informações gerenciais a partir da escrituração contábil, levando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar Governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No que diz respeito à Governança de TI, a RFB recebeu a pontuação de 0,48, o que corresponde ao estágio Intermediário. Já em 2012, houve um salto de qualidade: o iGovTI da RFB passou para 0,69, o que atribui à Instituição o nível aprimorado de Governança de TI. Na área de Gestão de Contratos, o reconhecimento veio de fora. Foram dois os elogios feitos pelo TCU a respeito do contrato com o Serpro.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Tanto assim que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação da RFB, para o período de 2012 a 2015, foi construído com a participação das demais áreas usuárias e das Regiões Fiscais.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 300 mil acionamentos na Central de Serviços. Nesta área, foi elaborado o trabalho Modelo GSERV - Modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, que recebeu o Prêmio Schöntag 2012. Também com o objetivo de buscar uma melhora da satisfação do usuário, foi realizado trabalho conjunto com a Oracle para identificar os sistemas que utilizam as ferramentas da empresa e as interações existentes entre os diversos aplicativos. Isso possibilitou que fosse traçado um panorama a respeito e propostas soluções de melhoria.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Entre eles, merecem destaque o novo Siscomex, o Leilão Eletrônico, a nova Intranet, o novo Sítio da RFB e a APP, que disponibiliza serviços ao cidadão através de dispositivos móveis. Além disso, houve um grande esforço organizacional na Gestão das Demandas de Desenvolvimento de Aplicações Corporativas, com a criação do Portfólio de Produtos de TI e incremento no planejamento.

Ainda nessa área, a contratação da Fábrica de Software abriu grandes possibilidades de desenvolvimento, permitindo que novos aplicativos possam ser priorizados sem onerar a escassa mão de obra de nossos prestadores de serviço. Outro avanço há muito almejado diz respeito à regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Interno, que abre novas frentes de desenvolvimento de sistemas, aproveitando a expertise dos desenvolvedores que temos nos quadros da RFB e com a garantia de qualidade, manutenção e continuidade dos aplicativos desenvolvidos.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Segurança da Informação, diversas capacitações foram realizadas, com o objetivo de manter a equipe constantemente alinhada com os Objetivos Estratégicos da RFB. Um avanço importante realizado em 2012 foi a evolução das chaves de certificado digital, que passaram de 1.024 bits para 2.048. Outra melhoria realizada foi a revisão das políticas de segurança aplicadas às estações de trabalho, servidores de rede e usuários do Ambiente Informatizado da RFB, com incremento dos níveis de segurança e adaptações necessárias à implantação dos sistemas operacionais Windows 7 (estações de trabalho) e Windows 2008 (equipamentos servidores).

d) Gerir Infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Infraestrutura, houve uma grande expansão da utilização dos recursos de videoconferência, com a licitação de mais de 400 equipamentos visando fortalecer sobremaneira a Comunicação Institucional na RFB em 2013. Além disso, foi firmado contrato de manutenção, suporte e garantia com a fornecedora IBM, para os produtos Lotus Notes e Lotus Notes Sametime, garantindo à RFB o aprimoramento e utilização de novos recursos em termos de ferramentas de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

Já dentro do programa de atualização permanente do parque tecnológico, buscando adequar permanentemente a infraestrutura tecnológica às necessidades institucionais, foram entregues neste ano 92 equipamentos servidores de rede, adquiridos em 2011.

Outra grande evolução na área de Infraestrutura de TI realizada neste ano foi a criação do NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e do NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com relação ao corpo gerencial da RFB, em 2012 foram realizados 31 Processos Simplificados de Seleção para dirigentes em unidades descentralizadas locais da RFB, conforme Portaria RFB nº 1987/12, com o preenchimento efetivo de 29 vagas, o que representa uma renovação de quase 20% dos delegados e inspetores-chefes da RFB.

Outro ponto de destaque foi a operacionalização de dois grandes concursos, um interno de remoção, e outro externo, público, nos quais foram ofertadas 200 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal da RFB e 750 vagas de Analista-Tributário.

b) Reconhecer e Valorizar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012 tivemos ainda a implantação do Espaço do Servidor e do Portal de Educação Corporativa na Intranet, que marcam uma nova etapa no relacionamento com os servidores da RFB. Os dois espaços foram concebidos a partir do ponto de vista das principais necessidades de informação dos servidores. Nesse sentido, o projeto buscou apresentar os conteúdos de maneira amigável, tanto na disposição das informações quanto na linguagem adotada, de modo a facilitar o acesso às informações pelos servidores.

Em seu segundo ano de existência o Programa de Preparação para Aposentadoria – Caminhos - contou com aproximadamente 500 participantes, dos quais 54,5% concluíram todas as etapas previstas. Do quantitativo restante, 40,8% chegaram a participar de 50% das atividades. Para 2013 pretendemos trabalhar na expansão do Programa.

c) Administrar e Avaliar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB deu continuidade ao processo de amadurecimento das informações cadastrais do seu quadro de servidores como ferramenta de gestão para tomada de decisões do seu corpo gerencial.

Desenvolvimentos dos novos módulos do Sief-RH, com inovações da estruturação, tabulação e inteligência na gestão dos bancos de dados dinâmicos da área de gestão de pessoas foram os maiores destaques na estrutura de administração de pessoas da RFB.

d) Capacitar e Desenvolver Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e
- Gerir Competências.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Gestão de Pessoas, um dos marcos foi a consolidação do novo modelo de capacitação por competências, com a instituição dos Programas Nacionais de Capacitação - PNC, que consiste em um conjunto articulado de ações de capacitação, transformando-se num instrumento estratégico, uma vez que permitem reduzir as principais lacunas de competências e favorecer o desempenho dos servidores.

Dentre os PNC geridos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, destacamos o Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR, instituído com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas. Até o presente momento, aproximadamente 2.000 gerentes participaram e concluíram alguns dos diversos eventos de formação do Programa, cerca de metade do corpo gerencial da RFB, dos diversos níveis gerenciais.

Tendo em vista que o desenvolvimento dos servidores é um dos principais meios de se atingir os objetivos estratégicos, dado que o capital humano é o principal recurso da instituição, os números comprovam a eficácia dos esforços desenvolvidos pela Cogep nesse sentido. Em 2012 foram realizadas 3.610 ações de capacitação em todo o Brasil, com aproximadamente 18.000 servidores capacitados, atingindo as metas estabelecidas com um grau de amplitude de 70,18% e um grau de aprofundamento de 34,57 horas de capacitação por servidor. Os investimentos em desenvolvimento de servidores ultrapassaram 18 milhões de reais.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de sedimentação dos manuais e rotinas operacionais, bem como a capacitação dos novos auditores nas diversas unidades regionais de programação e logística. Além disso, a performance das unidades administrativas passa a ser parte de um rol de indicadores operacionais para aferição do nível de eficiência e de aderência aos modelos de gestão de logística da RFB.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB quebrou uma série de paradigmas históricos no que diz respeito ao modelo de gestão do patrimônio e obras, com amadurecimento do projeto Agência Modelo, que oferece vantagens e agilidades sem precedentes no processo de obras de engenharia na RFB, e que será expandido em 2013 para outros tipos de unidade administrativa.

O Plano PILAR de intervenção em obras críticas de construção e reforma de unidades da RFB promoveu maior agilidade, maior nível de aderência aos níveis de serviço e de qualidade e forneceu subsídios para a elaboração do Plano de Engenharia de 2013, o qual é diretamente vinculado aos objetivos estratégicos e diretrizes da RFB para o ciclo de 2012-2015.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, em dezembro de 2012, ocorreu encerramento do Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadoria Apreendida - AMMA, com a entrega de todos os produtos previstos no escopo original, com custo menor do que o esperado;

O Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, a legislação e a minuta de Edital-Padrão foram aperfeiçoados para permitir a participação de pessoas físicas. O 1º leilão eletrônico misto ocorreu em 6 de dezembro de 2012, e houve outros cinco certames destinados a ambas as clientelas. Com esta iniciativa, com um maior número de contribuintes tendo acesso aos leilões promovidos RFB, espera-se democratizar a participação dos licitantes e ampliar a competitividade.

O SLE foi reconhecido internacionalmente: obteve o 1º lugar na última edição do concurso de inovação de administração tributária promovido pelo Centro Interamericano de Administraciones Tributarias - Ciat, cuja finalidade foi identificar e reconhecer práticas inovadoras.

Foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA. A nova página de Mercadorias Apreendidas foi implantada na Intranet, estando sob constante atualização. Também foram realizados dois Mutirões de Destruição, que totalizaram a destruição de mais de 10 mil toneladas, o que corresponde a mais de R\$ 415 milhões em autuações fiscais.

Foram arrecadados mais de R\$ 204 milhões em leilões de mercadorias apreendidas.

Houve redução de cerca de 34% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 15% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia).

Mais de R\$ 150 milhões em bens apreendidos foram incorporados a órgãos públicos, e mais de R\$ 118 milhões foram doados a entidades sem fins lucrativos;

Também foi iniciado o mapeamento do processo de trabalho "Gerir mercadorias apreendidas", em alinhamento com as diretrizes repassadas em treinamento realizado pela Copav.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

1. Orientar a Gestão Documental; e
2. Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de continuidade do projeto relacionado com a Tabela de temporalidade, instrumento com o qual se determina o prazo de permanência de um documento em um arquivo e sua destinação após este prazo, pois existem documentos que devem ser guardados por mais tempo como os relacionados às áreas contábil, fiscal, financeira e pessoal. Trata-se de um projeto de grande porte, transversal e que envolve diversos órgãos externos à RFB e ao Ministério da Fazenda.

A Tabela de temporalidade documental deve ser vista como um documento institucional e normativo, servindo de suporte para questões que se referem a períodos de permanência de documentos no arquivo da mesma. Os processos de arquivamento que não estejam orientados por uma TTD, necessitam frequentemente de novas reorganizações, pois o crescimento em volume passa a não ter limites, ser descontrolado e desordenado.

São inúmeras as vantagens da aplicação de uma TTD, como por exemplo, diminuição da ocupação do espaço físico, agilidade na recuperação da informação, definições de responsabilidade para com a gestão dos processos de arquivamento, diminuição com custos operacionais, controle geral da massa documental e eficácia sobre a gestão documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil;
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 2: **Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações** *(Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.

3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.

4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.

5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.

7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.

8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.

9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14) Conhecer o perfil integral do contribuinte - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

15) Fortalecer as relações institucionais - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as

administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

16) Fortalecer a comunicação institucional - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

No decorrer de 2012, a **Cadeia de Valor** foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais, entre as quais pode-se destacar: A reestruturação da Intranet da RFB, projeto gerenciado pela Ascom; que, entre outras modificações, passou a dispor os temas de acordo com os Macroprocessos e Processos; A vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; trabalho gerenciado pela Copav; A vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Cogep e Copav; A estruturação do Índice RFB; trabalho gerenciado pela Copav; A estruturação do Plano de Contribuição; trabalho gerenciado pela Copav; Levantamento de custos dos processos da RFB; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Copol e Copav

Diferentemente do Mapa estratégico do ciclo de planejamento anterior, o atual **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O **Painel de Desempenho**, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global da arrecadação		
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Número de eventos de sensibilização em educação fiscal com participação da RFB	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento	
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice de cobertura da fiscalização aduaneira	
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior				
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente	Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC	Grau de fluidez no despacho de exportação	Grau de fluidez no despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido					
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira				
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira	Número de estudos setoriais				
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	Índice de integração de informações nos cadastros				
Fortalecer as relações institucionais	Índice de integração do cadastro com os estados	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB					

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento		
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Grau de adequação da lotação		
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de integração de soluções informatizadas		
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação.

Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização. Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas - AMMA	Implantar na RFB ferramenta destinada à realização de licitação na modalidade leilão, permitindo a alienação realizada por meio da Rede Mundial de Computadores a usuários portadores de certificado digital válido.
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte

	<p>do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
*Melhoria da intranet	Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.

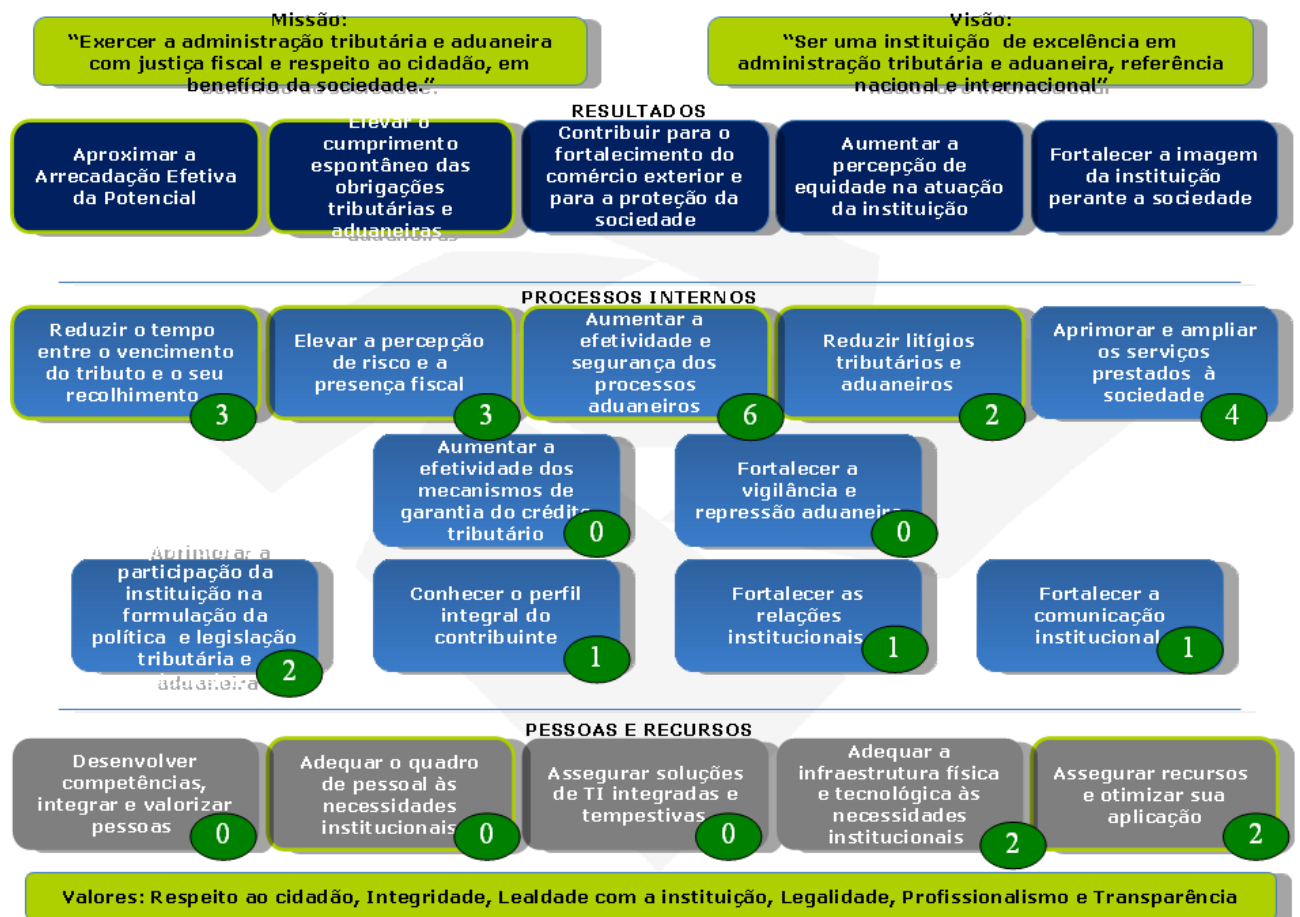
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos

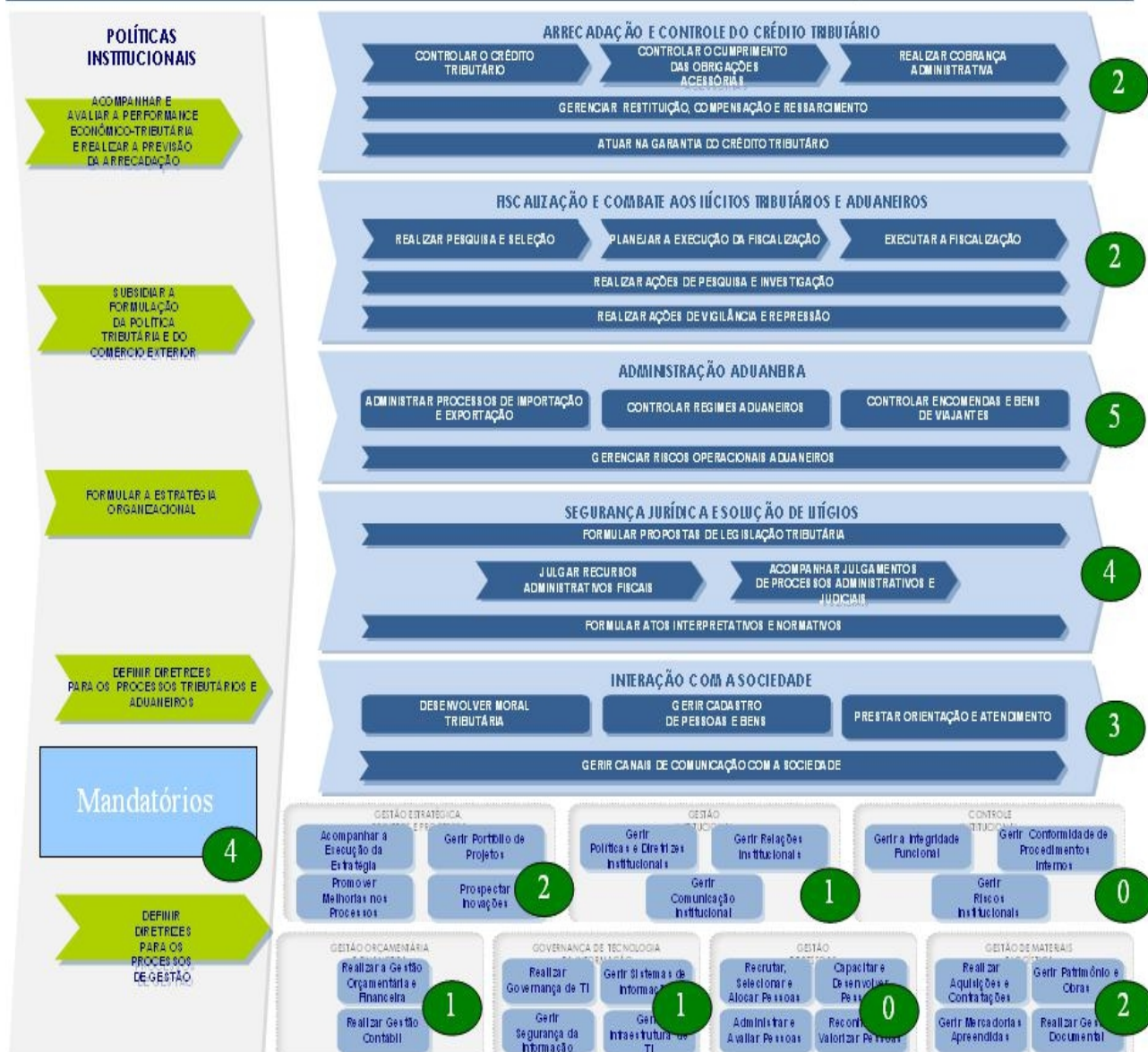
	e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Siscomex	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC - Sistemas Integrados do MCT	Coordenar os projetos de integração e controle do CT e dos créditos públicos acompanhados e administrados pelos respectivos entes públicos envolvidos [RFB, PGFN e PGF].

* Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram: a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo estratégico; e por Macroprocesso.





No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que buscou assegurar que TODOS tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de que o plano estratégico é importante para a casa e uma prioridade que será acompanhada pelos gestores da instituição.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com Mapa Estratégico (imagem abaixo);

MISSÃO

“Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”



Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

1 - Confraternização Universal

- Mensagem do Secretário; e
- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - Informe-se (1ª nota apresentada em 05/01/2012, conforme imagem a seguir).



INFORME-SE

Informativo Interno da Receita Federal do Brasil

Buscar no
 apenas

[Página Inicial](#)

[Edições Anteriores](#)

[Sobre o Informe-se](#)

Você está aqui: [Página Inicial](#) → [Edições Anteriores](#) → Edição nº 101 - 5/1/2012

Edição nº 101 - 5/1/2012

Mapa Estratégico para 2012-2015 está pronto

A RFB concluiu a formulação de sua estratégia para o período de 2012 a 2015. Os principais administradores, secretário, secretária-adjunta, assessores, subsecretários, coordenadores-gerais e superintendentes participaram ativamente do processo.

[Leia mais...](#)



Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

The image shows a screenshot of the Receita Federal Intranet search results page. At the top, there is a dark blue header with the logo and text 'Receita Federal INTRANET'. Below the header is a navigation bar with tabs: 'Página Inicial', 'Espaço do Servidor', 'TV Receita', 'Canal da Inovação', and 'Educação C'. The main content area features a search bar with the text 'RAE' and a 'Buscar' button. Below the search bar, it says 'Você encontrou o que estava procurando? Tente a Busca Avançada para refinar a sua busca.' The search results are titled 'Resultados da busca — 46 itens atendem ao seu critério.' and include a link to 'Fazer a inscrição em um canal RSS sempre atualizado com estes termos de busca'. The results list several items related to the 3rd National RAE 2012, including '3ª RAE Nacional 2012', '1ª RAE N - 2012', '2ª RAE Nacional de 2012', 'Apresentações COPAV na 1ª RAE N', 'Pauta da 3ª RAE Nacional 2012', and 'Pauta da 2ª RAE Nacional de 2012'.

Fonte: Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - 05/01/2012

No exercício de 2012, os seguintes fatores, dentre outros, geraram dificuldades à realização e/ou retardaram o cronograma de cumprimento de projetos e objetivos estratégicos, tais como:

Restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento

1. Indisponibilidade orçamentária e/ou financeira para execução de algumas atividades e projetos;
 - a) limitação de diárias (40 diárias no ano) impedindo novos deslocamentos e gerando atraso no cumprimento de cronograma de projetos. Como medida para minimizar o impacto da restrição, cita-se a distribuição de ferramentas de especificação e homologação à distância para equipes; e
 - b) Inadequação das instalações físicas das unidades - devido a cortes sucessivos de orçamento, a instituição se depara com uma situação de inadequação física, deterioração generalizada das suas instalações físicas, comprometendo o cumprimento de suas atividades.

Incompatibilidade de agendas

Devidos a outras atividades, dificuldade no estabelecimento de agenda comum para planejar, avaliar, decidir e executar o encaminhamento de projetos que tenham produtos a serem utilizados, em comum, com outros órgãos públicos.

Necessidade Recomposição dos Quadros de pessoal

Dificuldade para a formação de equipes de trabalho devido à contínua diminuição do quadro de pessoal do órgão, principalmente devido a aposentadorias, sobrecarregando as equipes existentes.

Limitação de mão de obra dos prestadores de serviço

O Serpro e a Dataprev não possuem capacidade operacional para atender, simultaneamente, a todas as demandas geradas pelas diversas áreas técnicas da RFB, no prazo considerado adequado. Como medida para minimizar este impacto, a partir de critérios técnicos de priorização das demandas, procura-se compatibilizar os recursos disponíveis dos prestadores de serviço com os projetos prioritários da RFB.

Termo de Ajuste de Conduta nº 1.30.012.000011/2004-06

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre Dataprev e Ministério Público Federal, para migração dos sistemas previdenciários para plataforma baixa restringem ou impede algumas melhorias de sistema, até a conclusão da migração.

Alteração da legislação

Necessidade de alterações legais e normativas.

Por intermédio da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, o Ministério da Fazenda aprovou o novo Regimento Interno da RFB. Esse normativo contemplou algumas mudanças pontuais e outras mais significativas, destacando-se:

- a reestruturação da Coordenação-Geral da Administração Aduaneira, necessária para o aprimoramento do desempenho da RFB, cumprindo de forma mais adequada as atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério da Fazenda;
- a criação da Coordenação Operacional Aduaneira, da Coordenação Técnica Aduaneira, da Divisão de Suporte e Infraestrutura Aduaneira, da Divisão de Sistemas Aduaneiros, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, da Divisão de Processamento Comercial, da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes, da Divisão de Normas e Procedimentos Aduaneiros e da Divisão de Valoração Aduaneira e Origem de Mercadorias;
- A reestruturação da Coana também contribuiu, em 2012, e contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da RFB previstos em seu Mapa Estratégico, nos próximos exercícios;
- a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais, vinculada à Copav, conhecida como Escritório de Processos.

2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se em análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, que dão subsídios para a tomada de decisões, e na realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis.

De uma forma geral o Mapa Estratégico da RFB apresentou resultado muito bom no segundo semestre de 2012. Nenhum objetivo apresentou comportamento muito abaixo do esperado. Somente o objetivo estratégico Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade indica situação de alerta.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados da instituição, do que ocorreu no ano de 2012 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo:

- Total de Indicadores Estratégicos – 55:
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 9 (3 na perspectiva Resultados e 6 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos disponíveis, mas fora do período de apuração – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos disponíveis, dentro do período de apuração - 44 (6 na perspectiva Resultados; 29 na Processos Internos, 9 na perspectiva Pessoas e Recursos)

Alguns destes indicadores são aplicáveis apenas às unidades centrais da RFB. Outros são desdobráveis ao nível regional e local.

Mais detalhes sobre esse assunto podem ser vistos no item 2.4 deste relatório, que trata da análise dos resultados da 2ª RF para o conjunto de indicadores que são possíveis de serem aplicados de forma regional, ou seja, que são desdobráveis e sob o prisma dos quais a região tem o seu desempenho avaliado.

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas, com referência ao ano de 2012, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas;
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas (O item 2.4 a seguir contém a análise de cada um dos indicadores disponíveis).

Além disso, a 2ª RF realizou quatro RAE Regionais (uma por trimestre, como é característico na região), com a participação dos administradores das unidades locais (Delegacias e Alfândegas da RFB), além dos chefes de divisão, serviço e assessorias da SRRF02. Estas reuniões são o correspondente regional da RAE Nacional. Assim, os administradores são levados a discutir aspectos de gestão, resultados dos indicadores e o andamento das iniciativas estratégicas regionais.

Abaixo, podem ser identificados, no Mapa Estratégico, em quais RAE Nacionais os Objetivos Estratégicos foram analisados.

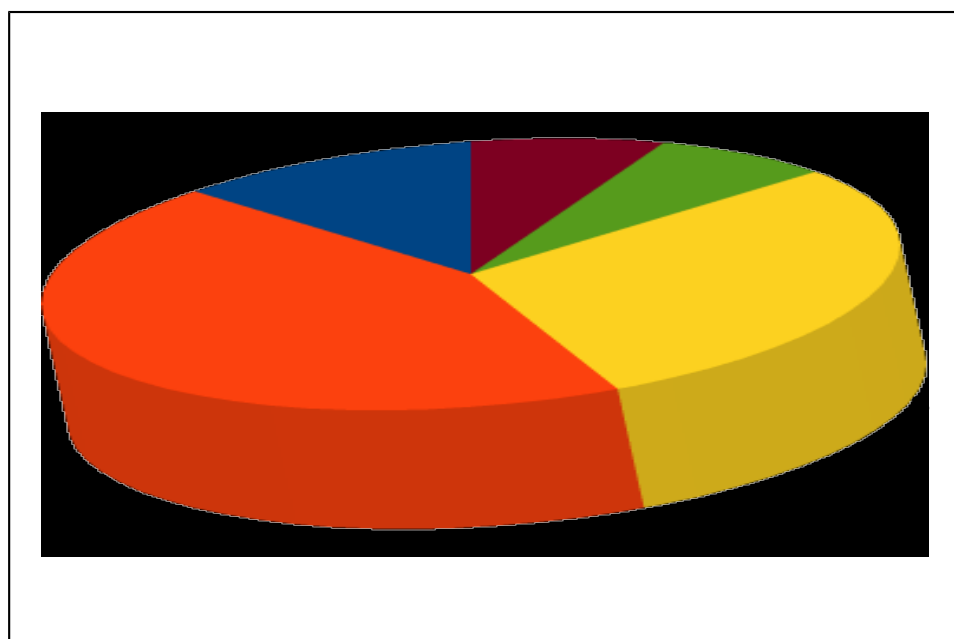


Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status "Disponível" foram marcados como "ND" e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o objetivo estratégico selecionado para discussão;
- Não há indicação da 1ª RAE Nacional, pois esta reunião teve como pauta exatamente a finalização da construção da Estratégia.

Apresentamos a seguir a Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais no que se refere à Previsão de Encerramento, Percentual Executado e Status.

- Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2013, porém muitos deles (25%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2013, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues em 2014. Os projetos Wikijur, Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Intranet foram encerrados em 2012.

- Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

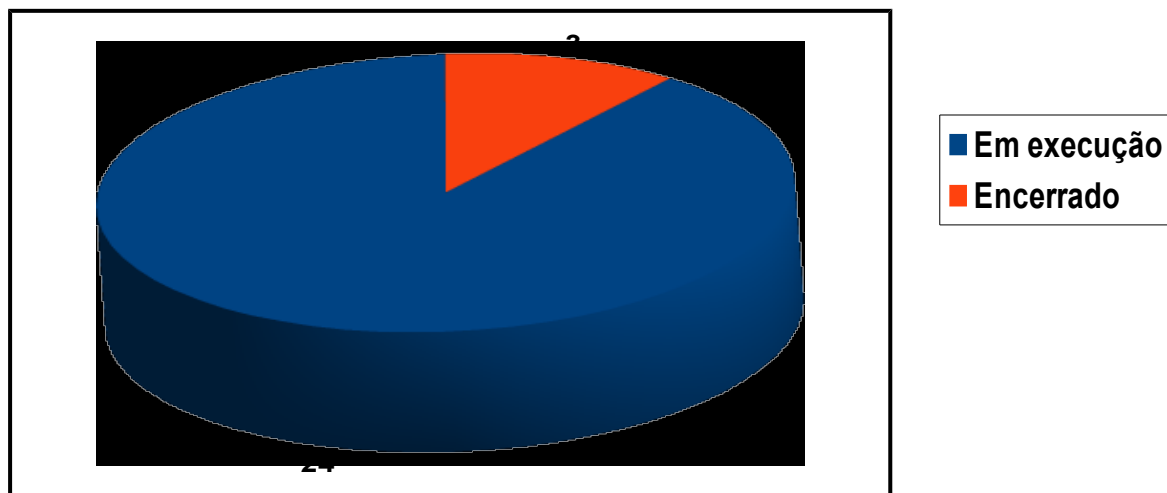
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	01/01/12	01/07/16	15%
	SCC – Pis/Cofins	Suara	07/07/08	31/01/13	98%
	SCC – Reintegra	Suara	19/09/11	03/07/13	68%
	SIC – MCT	Suara	07/01/08	06/02/14	82%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	19/03/14	38%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	13/02/13	62%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	19/03/13	70%
	Sped – EFD Social	Sufis	01/07/10	18/02/14	10%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	18/10/13	60%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	20/12/13	75%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	28/06/13	50%
	Siscomex Carga	Suari	01/03/04	31/12/15	35%

	Programa Portal Siscomex	Suari	01/11/12	23/12/15	5%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	28/06/13	79%
	Wikijur	Sutri	18/02/11	30/10/12	100%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	01/12/14	10%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	25%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	17/11/11	31/12/14	7%
	Redesim	Suara	05/07/11	28/06/14	34%
	m-RFB	Sucor	01/03/12	30/06/13	5%
Gestão	Mercadorias Apreendidas	Sucor	04/01/10	31/12/12	100%
	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/12/14	50%
	Seg. da Inform.	Sucor	20/03/09	31/12/12	65%
	Intranet	Ascom	01/03/11	28/09/12	100%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	29/04/13	75%
	e-Processo	Suara	27/02/06	26/12/13	85%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	14/11/16	9%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Os projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet foram encerrados em 2012. Os programas Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos encontram-se em fase de execução.

2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META MENSAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,87%	98,80%	98,52%	98,51%	98,61%	98,98%	99,28%	98,94%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O índice de realização da 2ªRF até dezembro/2012 foi muito próximo a 99% da meta anual, portanto satisfatório.

Pontos críticos:

- Quando da realização da previsão técnica foi utilizada a projeção de avanço do PIB de 4,5%, enquanto a reavaliação do Governo em dezembro projetava 1%, com impacto significativo na realização da previsão da arrecadação dos tributos diretamente relacionados ao crescimento da economia.
- Não há estudos que indiquem com precisão qual a brecha fiscal.

Observações: Objetivando garantir o avanço sobre a brecha fiscal e a consequente realização da arrecadação potencial, a 2ªRF implementou o indicador regional "Resultado de Arrecadação" que traz como base a arrecadação prevista pela metodologia RFB, considerando critérios técnicos de desempenho da economia, acrescida de um desafio regional da ordem de 3% a 4% superior ao da "previsão técnica".

Para a consecução do objetivo estratégico "Prover o Estado de Recursos" a 2ªRF empreendeu várias iniciativas estratégicas regionais, com foco no tratamento amplo das questões relacionadas com a presença fiscal e a percepção de risco. Nesse sentido, realizou a disseminação regional das operações que tiveram bons resultados locais, como "Paço de Cristal", "Telhado de Vidro", "Dupla Face" e "Pirâmide".

Ainda nessa linha, foi elaborado o indicador "Número de operações especiais de presença fiscal e percepção de risco", operacionalizado um plano de cobrança regional, realizadas operações em órgãos públicos com foco no PASEP e na contribuição previdenciária, com grande repercussão na mídia.

Outros encaminhamentos: manutenção das ações de presença fiscal, replicação das boas práticas do acompanhamento diferenciado para aplicação nos demais contribuintes e suporte gerencial.

Indicador: **Índice de adimplência do crédito tributário**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META MENSAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,30	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
92,50%	93,00%	93,50%	93,30%	93,40%	93,40%	93,00%	93,10%	93,10%	92,80%	93,00%	NI

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

• **Análise de Desempenho**

Situação atual: Ações diversas concorrem para o alcance dos resultados. A 2ª RF tem intensificado ações de cobrança buscando aproximá-la do vencimento dos tributos e contribuições, além de desenvolver ações diferenciadas visando elevar a presença fiscal e percepção de risco, além das ações de orientação tributária e educação fiscal.

Pontos críticos:

- A relativa baixa percepção de risco ainda reflete na adimplência. Medidas coercitivas disponíveis com baixa eficácia.
- Sendo indicador de resultado e, decorrente do trabalho institucional como um todo, as unidades de execução, por vezes tendem a desacreditar dos respectivos esforços individuais.

Observações: Algumas limitações dos sistemas impedem a aferição com precisão. Nossa expectativa é a entrada em produção do DW cobrança.

Indicador: **Índice de adimplência das obrigações acessórias**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
NI	NI	96,84%	97,11%

1. **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
2. **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
3. **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
4. **Análise de Desempenho**

Situação atual: O índice é novo, com início no 3º trimestre de 2012, após a entrada em produção do Sistema Omissos. Mede a relação entre contribuintes que declaram e obrigados a declarar a DIRPF. As metas regionais já foram definidas. Em 2013 há expectativa de expansão para as outras declarações, medindo também a DCTF, DASN, DITR e GFIP.

Pontos críticos: Trata-se de indicador novo e voltado apenas para o IRPF por enquanto. A percepção de risco ainda é baixa na atividade e a entrada em produção do Sistema Omissos, recente ainda, deverá favorecer a adimplência da obrigação.

Observações: Antecipando aspectos relacionados ao acompanhamento da atividade, observa-se que os sistemas de controle das obrigações acessórias, estão dispersos em setores/sistemas diferentes, segundo o tipo de tributo e contribuição, o que não facilita o gerenciamento e coordenação da atividade.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	634	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
260	668	990	1228

5. **Finalidade:** Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.
6. **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
7. **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).
8. **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 2ª Região Fiscal encerrou 2012 com um total global de 1.218 eventos realizados na área da Educação Fiscal, ultrapassando em 67% a meta estipulada de 730 eventos. Não obstante a contenção de recursos e a meta superada com relativa folga, em 2013 os eventos de Educação Fiscal devem continuar sendo planejados e executados, conforme os critérios da Nota COAEF nº 21/2012, sob o prisma do desenvolvimento da moral tributária, e sua contabilização ser realizada no formulário eletrônico de gestão de Educação Fiscal.

Pontos críticos: Os resultados alcançados em 2012 apontaram para uma meta anual subestimada. Por outro lado, o cenário de forte contenção de recursos, impacta na não

realização de um número maior de eventos (seminários, palestras, etc..) ao público interno e externo que requeiram deslocamentos e pagamentos de diárias e passagens.

Observações: Tem-se como encaminhamentos:

- Realizar estudos para revisão das metas do indicador;
- Estudo para ponderação dos eventos de educação fiscal;
- Publicação da Nota Coaef nº 21/2012, com melhor especificação dos eventos para cômputo do esforço de Educação fiscal;
- Registro dos eventos em formulário eletrônico para melhor gestão da Educação Fiscal.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	55,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
56,00%	55,00%	58,00%	58,00%	57,00%	57,00%	56,00%	56,00%	55,00%	55,00%	55,00%	56,00%

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Tendo em vista que o número de DI selecionadas para controle por aleatoriedade foi reduzido nos recintos aduaneiros da 2ª RF, as possibilidades de gestão do indicador pelas unidades descentralizadas são limitadas e as ações da RFB só podem impactar indiretamente os resultados do indicador, que dependem principalmente do comportamento dos importadores e seus representantes.

A 2ª RF apresentou resultado estável ao longo do ano, variando entre 55% e 56%, fechando o ano em 56%, acima da meta estabelecida pela Coana de 55%, cumprindo-se, portanto, o determinado.

Pontos críticos:

As UL da 2ª RF deverão divulgar e estimular a consulta aos Manuais de Importação e Exportação do público externo, disponíveis no sítio da RFB na internet, além de promover eventos/reuniões de orientação e esclarecimento aos despachantes aduaneiros e representantes dos importadores.

Este indicador avalia o trabalho desenvolvido pelos operadores na importação, cuja atividade é alheia ao nosso controle direto, ou seja, está diretamente ligada à qualificação dos importadores/despachantes aduaneiros. Além disso, esse indicador poderá ser influenciado pela

metodologia de trabalho utilizada por cada unidade da RFB na conferência aduaneira de importação.

Observações:

Espera-se que com a implementação do exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros, previsto no Regulamento Aduaneiro, haja melhora na qualidade dos trabalhos desses profissionais e melhora no presente indicador.

Indicador: **Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META TRIMESTRAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
15,50%	29,90%	39,10%	44,40%

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A região atingiu 44,4% de redução do estoque, quase 48% a mais do que havia sido previsto como meta.

Pontos críticos: Situações não tratadas pelo sistema SCC (em análise suspensa, em tratamento manual e aguardando tratamento manual) que necessitam da intervenção do usuário, com riscos de homologação tácita, bem como, dentre essas, as com medidas judiciais, geram elevadas quantidades de PerDcomps e valores para análise pelas unidades, requerendo seleção criteriosa quanto à priorização dessa análise. A atividade foi intensificada por meio de acompanhamento regional via Plano Comac e, IAPAP (ambos com o subindicador Dcomps não SCCe Profis com Pendência de Compensação) e Plano de Recuperação da Arrecadação, os quais disponibilizaram dados de Dcomps prioritárias para análise.

Observações: O indicador tem por finalidade medir a redução do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos, de modo a diminuir a possibilidade de impactos das compensações nos valores das arrecadações da RFB.

Indicador: **Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
88,34%	87,69%	84,45%	85,39%	84,77%	84,52%	84,62%	84,72%	77,23%	81,52%	82,96%	84,14%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF =R2 e IFGED = S1 a S5.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Até o 4º trimestre de 2012, 2ªRF tinha como **meta 85%** do indicador, contudo, o resultado alcançado foi de **84,14%**, obtendo-se assim um **percentual de 98,98% da meta estabelecida**. Evidenciando um índice de alcance da meta muito próximo da meta estabelecida.

Pontos críticos: O não atingimento da meta pode ser explicado a partir da seguinte análise: IGDS é composto por dois subindicadores, o Índice de Qualidade da Seleção - IQSF e pelo Índice de Formação de Estoque de Dossiê - IFGED, sendo a fórmula(IQSF*0,5 + IFGED * 0,5). No que diz respeito ao IQSF, a 2RF obteve desempenho de 91,84%, cuja meta era 90%, no entanto, o desempenho da 2RF no IFGED, que tinha meta de 80%, foi de 78,79%, logo, percebe-se que o desempenho no IFGED influenciou no não alcance do IGDS. Por sua vez, identificamos que a meta do IFGED só não foi alcançada em relação à formação de dossiês de Pessoas Físicas Demais, cuja meta era de 80%, mas a RF02 só alcançou 67,88%.

Pontualmente, identificamos que o não atingimento da meta do IFGED, que trata da formação de dossiês, não foi alcançado na meta nas DRF Belém, Marabá e Manaus, que não alcançaram a meta de formação dos dossiês no segmento de pessoas físicas demais.

Observações: O processo de seleção e preparo do procedimento fiscal é um trabalho em sua grande parte conduzido por AFRFB, em razão desse fato, pode o desempenho da RF ter sido afetado pela operação crédito zero, por isso, com o fim do movimento dos AFRFB e um gerenciamento mais próximo, pretende-se em 2013, o alcance da meta proposta em cada trimestre do período avaliativo.

Indicador: **Indicador global da fiscalização (IGF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
5,00%	10,60%	23,80%	28,30%	38,40%	49,53%	53,00%	56,70%	60,70%	67,90%	75,60%	96,50%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Em 2012 a RF02 alcançou **96,50%** da meta estabelecida, o que representa um resultado bastante próximo da meta. Conforme pode ser observado na quase totalidade das RF, este indicador foi fortemente afetado pelo movimento nacional dos AFRFBs, que em 2012 procederam uma ação denominada “Crédito Zero”, cuja diretriz era não concluir ações fiscais que se encontravam em andamento, à exceção daquelas ações que possuíssem crédito tributário próximo à decadência.

Pontos críticos:

O IGF é composto dos subindicadores: IDF - Indicador de Desempenho de Fiscalização, ICT - Indicador do Crédito Tributário e IPF – Indicador de Presença Fiscal. A distribuição do peso de cada subindicador para formação do IGF é de 70% para o IDF, 25% para o IPF e 5% para o ICT. Como o desempenho da RF02 em cada subindicador no período avaliado foi de 64,30% no IDF, cuja meta era de 70%; 26,30% no IPF, cuja meta era de 25%; e 5,90% no ICT, cuja meta era de 5%, observa-se assim, que o não atingimento da meta ocorreu em função, sobretudo, do nível inferior de encerramentos de ações fiscais, em relação à meta estabelecida.

Observações: Com um gerenciamento mais próximo, identificando eventuais entraves à conclusão das ações fiscais, bem como, com o fim do movimento dos AFRFB, buscar-se-á em 2013 o alcance da meta proposta em cada trimestre do período avaliativo.

Indicador: Índice de cobertura da fiscalização aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	11,52	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
2,44%	5,41%	7,50%	10,99%

- **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização a posteriori, no período indicado.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)] x 100,

onde:

Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro;

Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 2ª Região Fiscal encerrou o ano com índice de cobertura de 10,99%, bem acima dos 8,8% alcançados em 2011 apesar da redução do número de horas fiscais disponíveis para os trabalhos de fiscalização. A meta de 11,52% não foi alcançada em virtude da remoção de AFRFB da ALF/MNS em virtude de processos internos de seleção, sem que houvesse reposição para a unidade e sem a perspectiva de substituição imediata.

Pontos críticos:

O planejamento realizado no início do ano, quando há o estabelecimento das metas regionais, não leva em conta a possibilidade de perda de mão de obra fiscal em virtude das remoções oriundas de processos seletivos internos e de aposentadorias ao longo do ano. Para a 2ª Região Fiscal, cuja característica é de elevado número de remoções para fora da região, a reposição destes AFRFB ao longo do ano é muito difícil, comprometendo-se o planejamento inicial e o cumprimento das metas no fim do ano.

Observações:

Mesmo com as dificuldades a 2ª Região Fiscal possui o segundo maior índice de cobertura fiscal aduaneira de zona secundária.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	56,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
46,04%	47,70%	44,56%	41,67%	39,14%	39,49%	40,45%	41,62%	42,41%	43,06%	42,91%	43,16%

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 2ª Região Fiscal encerrou o ano com 43,16% de eficácia, porém esta extração não leva em conta os bloqueios de canal verde que não foram direcionados para canais de conferência, pela fiscalização aduaneira, prática que era comum entre as equipes da 2ª RF e que perdurou até meados

do segundo trimestre. Se levarmos em consideração tais bloqueios a 2ª RF teria um resultado próximo dos 70% de eficácia.

A partir de um trabalho de mudança de costumes as unidade passaram a efetuar o redirecionamento de forma que os resultados apareçam nas extrações efetuadas pela Coana.

Pontos críticos:

- O indicador também leva em consideração “condições” pré-fixadas no Siscomex (não decorrentes de análise de risco), gerando distorção no índice.

- Apesar de compor o índice, a análise de risco local mediante redirecionamento de canal verde tem impacto reduzido, uma vez que o volume selecionado na parametrização é significativamente maior do que a seleção local.

- Necessidade de agilidade na inserção e retirada de parâmetros de forma a garantir a manutenção de parâmetros de seleção eficazes.

- O perdimento aplicado no curso do despacho aduaneiro não é aferido no indicador em função de não gerar retificação da DI.

Observações:

- Para 2013, a Coana informou que irá definir como universo do indicador apenas as DI objeto dos parâmetros dinâmicos do Siscomex e seleção local por redirecionamento do canal verde (retirar as DI selecionadas por condição do índice).

- Será mantido o incentivo à análise de risco local, mediante o uso de ferramentas de apoio à seleção, conforme já é realizado na 2ª RF.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
85,71%	77,42%	81,40%	82,54%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 2ª Região Fiscal encerrou o ano com 82,54% de eficácia, que apesar de não ter alcançado a meta (85%, conforme negociado com a 2ª RF e não 90% como informado no SAGE) demonstra significativa evolução em relação aos índices alcançados em 2010 (73,02%) e 2011 (71,83%), demonstrando que o processo de centralização regional da pesquisa e seleção apresentou-se como eficaz para melhoria do indicador.

Houve equilíbrio nas linhas de pesquisa realizadas na 2ª RF, ou seja, não houve qualquer priorização por realização de fiscalizações menos complexas.

Pontos críticos:

- Dificuldades na manutenção de equipes dedicadas à pesquisa com servidores que possuem experiência aduaneira significativa.
- Dificuldade de seleção de contribuintes de alguns estados da região em virtude do baixíssimo número de operadores no comércio exterior.

Observações:

- Houve troca de 50% da equipe de pesquisa e seleção regional em virtude das remoções oriundas de processos internos e do próprio concurso de seleção, obrigando o treinamento de novos AFRFB ao longo do ano, o que provavelmente ocasionou a realização de dossiês não tão qualificados.

Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	57,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
49,44%	74,60%	80,00%	74,85%

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Foi satisfatório o resultado do ano de 2012, proporcionado, em especial, pelo esforço do trabalho no 1º semestre. Com o incêndio ocorrido no Prédio do Ministério da Fazenda, no final de agosto, houve um inevitável prejuízo para o desenvolvimento normal das atividades da Divisão de Tributação (Disit), refletido no resultado do 4º trimestre de 2012. Aliado a isso, o desenvolvimento de outras tarefas, as quais exigem também uma análise cautelosa de cada situação-problema, afetou a revisão e a emissão das soluções de consulta no último trimestre de 2012. Ainda há alguns poucos processos de consulta remanescentes de anos anteriores a 2012; todavia, pretende-se chegar ao final do 1º trimestre de 2013 somente com processos pendentes de análise protocolados a partir de meados de 2012. É necessário investir na força de trabalho para o ano de 2013.

Pontos críticos:

O ponto crítico é a força de trabalho. Para a realização das atividades, é fundamental dispor de colegas com conhecimentos e habilidades inerentes à área de tributação. Mais que quantidade, um perfil adequado para o trabalho técnico é essencial. Atualmente, o quadro da divisão é composto por quatro Auditores Fiscais, incluindo o chefe, dos quais um já recebe o chamado "abono permanência" (tempo para aposentadoria). As atividades da divisão envolvem não só consultas externas e internas, mas também análise de recursos, apoio em questões jurídicas, atualização da legislação infralegal relativa às áreas especiais, estudos técnico-jurídicos, entre outras. Ressalta-se que a interpretação da legislação é matéria afeta à competência privativa do Auditor-Fiscal.

Observações:

Atento às competências específicas necessárias aos processos de trabalho, é necessário viabilizar o acréscimo de um ou dois Auditores-Fiscais no efetivo à disposição da Disit, de modo a iniciar o processo de recomposição e fortalecimento da equipe técnica para o ano de 2013 e seguintes.

Indicador: **Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	93,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
92,70%	95,30%	94,40%	93,00%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Dentro do resultado esperado

Pontos críticos: Ausência de sistema que centralize todas as informações

Observações: Aperfeiçoar controle na origem dos dados, DCTF ; intensificar ações estratégicas de penalidades em função de prestação de informações ilícitas.

Indicador: **Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
56,50%	80,42%	86,01%	97,59%	95,86%	72,93%	67,07%	97,45%	78,26%	97,94%	85,33%	78,70%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Registrando uma média de tempo de espera em 2012 de 12'45", a 2ª Região Fiscal encerrou o ano registrando um TME15 consolidado de 83%, suplantando em 1,6% a meta nacional de 80%. Não obstante este desempenho superavitário, algumas unidades que vinham apresentando rendimentos inferiores às metas, seguiram com esse viés de baixa e, apesar de melhoras observadas em relação ao acumulado no 3o trimestre, encerraram o ano com resultados que requerem uma atenção especial em 2013. Em relação às respectivas metas estipuladas para cada uma, os rendimentos foram os seguintes: DRF/Marabá (38%), DRF/Rio Branco (52%), DRF/Porto Velho (50%) e DRF/Manaus (65%). Por outro lado, destaque-se os índices excelentes da DRF-Boa Vista (99,8%), DRF/Santarém (93,5%), DRF-Macapá e DRF-Ji-Paraná (90,3%). A DRF/Belém, devido ao seu forte peso no atendimento, apesar de não ter cumprido a meta regional, alavancou o índice da 2ª RF com o resultado apresentado: 89%. No sentido inverso, a DRF/Manaus (outra Unidade de extrema importância participativa na Região), puxou para baixo o índice regional.

Pontos críticos:

- O baixo nível de conectividade observado no interior da Amazônia e a lentidão dos mesmos, influenciam negativamente o acesso à internet e dificultam sobremaneira o uso dos serviços eletrônicos colocados à disposição dos cidadãos. Neste cenário, o atendimento presencial torna-se, muitas vezes, uma necessidade e não uma opção do contribuinte.

- Aumento de algumas demandas nos CAC/ARF, disparadas a partir de outras projeções (cobrança, malha, etc...) sem a devida combinação com as áreas de atendimento, muitas vezes extrapolando a capacidade das unidades.

- Registro de extrema lentidão nos sistemas de atendimento (problemas nos links, etc..) ocasionaram a elevação do tempo de atendimento em diversas unidades.

- No caso particular da DRF/Manaus, o prédio continua interditado (desde a cheia do Rio Negro) e o CAC/São Jorge teve que abrigar toda a DRF, ocasionando um congestionamento anormal da rede, dentre outros problemas.

- No tocante à DRF/Belém, que protagoniza aproximadamente 26% da demanda na Região e vinha com números acima de 90% até agosto, fechou 2012 com 86%. Apesar do bom desempenho, essa ligeira queda teve como fator primordial o incêndio ocorrido no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, haja vista que o Centro de Atendimento ao Contribuinte, que ali funcionava, foi deslocado provisoriamente para as dependências da Alfândega, onde, por limitações técnico-operacionais, o SAGA não pode ser instalado. Assim, esta demanda deixou de ser computada a partir de setembro e os bons números que aquele Centro possuía deixaram de compor a cesta do tme15 da Delegacia.

Observações: Como encaminhamentos, tem-se: ampliar o uso do e-CAC na jurisdição; potencializar o uso do agendamento; promover treinamentos locais e incentivar reciclagem contínua via EAD.

Indicador: **Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
-------------	-------------------	------------	------	---------

Suara/RFB	Dias	Negativa	824,00	TRIMESTRAL
-----------	------	----------	--------	------------

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
891,00	844,00	785,00	743,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A região atingiu e superou a meta prevista, atingindo um tempo médio de 743 dias.

Pontos críticos: Quantidades de PerDcomps e valores elevados requerem seleção criteriosa quanto aos documentos cuja análise será priorizada. A atividade foi intensificada por meio de acompanhamento via Plano Comac, IAPAP (ambos com o subindicador Dcomps não SCC) e Plano de Recuperação da Arrecadação, os quais disponibilizam dados de Dcomps prioritárias para análise.

Observações: Manutenção do acompanhamento gerencial para que o tempo médio continue em queda, ao mesmo tempo reduzindo o estoque total e mantendo o processo sob controle.

Indicador: Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	2710000	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
256501	457193	693999	981265	1285728	1537749	1776984	2020219	2214645	2445814	2660867	2868269

- **Finalidade:** Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.
- **Fonte dos Dados:** Estatísticas de serviços do portal e-CAC.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 2ª RF fecha 2012 com um total de 2.868.269 acessos ao e-CAC, resultando em uma média em torno de 239 mil acessos mensais, representando um avanço de 10% em relação a 2011. Neste quesito, a DRF/Manaus liderou com 897,5 mil acessos, seguida pela DRF/Belém, com 831,3 mil. No tocante à DRF/Belém, a dificuldade de atendimento presencial trazida pelo incêndio no Edifício-Sede do MF, em 26/08/2012,

provocou uma mudança de comportamento no cidadão, que passou a procurar mais pelos serviços virtuais. Com efeito, observou-se, em cotejo a 2011, uma queda de 22,5% no nível de atendimento presencial e, em contrapartida, um crescimento de 14% do atendimento virtual, representando praticamente a metade dos 1.150 mil acessos que foram contabilizados em todo o Estado do Pará em 2012, contra 1.066 mil acessos registrados no ano anterior.

Pontos críticos:

1- Ainda podemos considerar baixo o nível de conectividade observado no interior da Amazônia e a lentidão no tráfego de banda larga como um grande obstáculo ao uso do canal eletrônico de atendimento.

2- Também não podemos desprezar os índices socioeconômicos da Região Norte, os quais, a despeito de apresentarem ligeira evolução nos últimos anos, ainda estão muito aquém dos centros mais desenvolvidos do País.

Observações: busca-se potencializar a divulgação do e-CAC e os serviços nele prestados, além de restringir alguns serviços presenciais que já estejam disponíveis na internet.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	83,47	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
82,62%	83,85%	85,26%	83,65%	81,97%	82,67%	85,87%	88,73%	86,10%	87,87%	84,58%	89,44%

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 2ª Região Fiscal encerrou o ano com 89,44% de fluidez, ou seja, bem acima da meta estabelecida de 83,47% e bem acima da média nacional de 82,45%, a despeito da realização da operação maré vermelha ao longo do ano.

Pontos críticos:

- Unidades que possuem importações peculiares, como por exemplo alto índice de despachos parcelados ou importações de graneis e minérios possuem baixíssima governabilidade na evolução do indicador em busca do alcance de metas.

- Unidade com característica eminentemente exportadoras também encontram dificuldades para obter um alto índice de fluidez.

Observações:

- É fundamental melhorar a estruturação da grade de parametrização pela UL.
- Deve-se buscar prover as Unidades Locais de ferramentas para viabilizar a análise de risco local de forma ágil e segura.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,30	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,13	0,33	0,11	0,11	0,13	0,14	0,35	0,24	0,22	0,12	0,19	0,16

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

- A 2ª RF em 10 dos 12 meses do ano abaixo da meta regional e nacional, estando acima deste patamar apenas nos meses de fevereiro e julho/12, quando houve impacto em virtude das férias de servidores e mudança de equipe nas principais unidades que influenciam o indicador (Fevereiro) bem como em virtude do movimento paredista (julho).

- Considerando-se o histórico da 2ª RF nos 3 anos anteriores observa-se que o trabalho focado na agilidade dos processos de exportação ocasionaram queda significativa no tempo de despacho de exportação que se encontrava sempre acima de um dia (chegando até a mais de dois dias em 2010) para patamares sempre abaixo de 8,4 horas.

Pontos críticos:

- Os tempos referentes a despachos fracionados e despachos a posteriori contribuem para o aumento do indicador, apesar de não prejudicarem o fluxo das cargas. A redução do impacto destes tipos de despachos foi obtida com direcionamento das equipes para o despacho de exportação, a despeito da escassez de mão de obra fiscal nas unidades.

- Pressupõe-se alguma influência dos movimentos paredistas, principalmente no aumento registrado no indicador para o mês de julho/12

- A escassez de mão de obra fiscal terá impacto em 2013 nas equipes de despacho de exportação, principalmente no aeroporto de Manaus em virtude da necessidade de priorização de outras atividades, como por exemplo o atendimento a bagagem de viajantes e ao fluxo ocasionado pelos grandes eventos.

Observações:

- Assim que possível, o OC deve expurgar os despachos fracionados e a posteriori do cálculo do indicador.

- Tentativa de manutenção/alocação de servidores no desembaraço em algumas unidades que impactam diretamente no resultado da 2ª RF.

- Manutenção do acompanhamento direcionado em relação aos despachos a posteriori, até que sejam expurgados do cálculo do indicador.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	5,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
2,10%	2,20%	2,60%	2,60%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O indicador é recente e objetiva assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuem débitos, no interesse da Fazenda Nacional. A 2ª RF apresenta 2,6% de CT arrolado do total de seu estoque devedor, o segundo menor percentual no Brasil. A evolução nos trimestres foi de 2,1%, 2,2% e 2,6%. Observa-se que há um potencial espaço relevante para buscar a garantia do CT.

Pontos críticos: Falta de cultura pelas projeções da área de Arrecadação e Cobrança na execução da atividade; desconhecimento das ferramentas e sistemas pelas mesmas; resultados obtidos até outubro refletem o trabalho das projeções da área de fiscalização.

Observações: Foram feitos alguns encaminhamentos para o ano de 2013, de modo a potencializar o resultado do indicador. Dentre eles, destacam-se:

- Desenvolvido roteiro para divulgação regional, visando simplificar, padronizar, facilitar a execução da atividade e desenvolver a cultura do arrolamento pelos servidores de outras áreas além da fiscalização;
- reuniões para troca de ideias e experiências com servidores da fiscalização com experiência no tema;
- busca do reconhecimento e valorização do esforço empreendido pela área de Arrecadação e Cobrança nos resultados da atividade.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	138,46%	113,79%	122,22%	139,34%	131,00%	118,28%	107,08%	109,09%	109,33%	107,74%	113,66%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100,

onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Operações realizadas em conformidade com o planejado.

Pontos críticos: Grande rotatividade de pessoal, dificuldades logísticas devido a grande extensão da região e diversidade dos ilícitos aduaneiros.

Observações: Como encaminhamentos, tem-se a reestruturação da equipe e o recebimento de novos equipamentos a curto prazo.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
19,87%	40,00%	65,00%	99,92%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** (0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O índice de realização da 2ªRF até dezembro/2012 é de 99,92% da meta anual, representando o segundo melhor resultado nacional.

Pontos críticos: Envolvimento direto dos titulares das unidades, uma vez que a atividade é transversal e envolve diversos setores das delegacias.

Observações: Objetivando garantir o cumprimento desse indicador a 2ªRF criou um indicador regional, intitulado Índice de acompanhamento do crédito tributário dos maiores contribuintes. Muito semelhante ao indicador Nacional, porém agregando o subindicador - Índice de execução das ações propostas pelas Eqmac – que acompanha as ações encaminhadas pelas Eqmac para outros setores, tais como Epmac, xFIS, xORT e xAT dentre outros, garantindo o foco na efetividade dessas ações.

Indicador: **Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
31,97%	79,25%	122,31%	153,83%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Com esforço da 2ªRF em capacitar seus servidores, a meta do IGACD foi atingida e superada. Em 2012 a meta da 2ª RF era de atingir Índice de 105 . Como informações adicionais, verifica-se que o desempenho da 2ªRF foi de 153,83%, o melhor entre as regiões, ficando acima do nacional (123,14%) e um pouco atrás das unidades centrais (156,21%).

O IGACD é composto por dois indicadores de desempenho o Grau de amplitude e Grau de aprofundamento por meio da seguinte fórmula:

$\{0,6x [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação/total\ de\ treinandos\ sem\ repetição)/meta]\} + \{0,4x [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições/total\ de\ servidores\ em\ exercício)/meta]\}$

Verifica-se que em 2012 o grau de amplitude chegou a 82,4%, portanto superior à meta, porém esse percentual representa um pequeno decréscimo de 1,9% em relação ao percentual alcançando no ano anterior que foi de 84%.

Por sua vez, o indicador de aprofundamento em 2012 chegou a 51,04 horas por servidor capacitado, superando a meta. Esse número de horas alcançado representa um crescimento de 37,64% em relação ao ano anterior em que esse número foi 41,44 horas por servidor capacitado.

Como o Grau de aprofundamento tem um peso maior na fórmula do IGACD (60%), o resultado da 2ª RF sofreu um impacto bastante positivo.

Pontos críticos:

A limitação de deslocamento de no máximo 10 servidores por evento, numa região onde existem 13 unidades jurisdicionadas mais a sede da SRRF, faz com que muitos eventos de capacitação precisem ser desmembrados em polos e nem sempre é fácil adequar a disponibilidade de tempo dos instrutores de modo a atender todos esses polos.

Esse desmembramento pode, às vezes, significar economia de recursos, uma vez que numa região geograficamente enorme como a nossa, deslocamentos mais curtos tendem a ser mais baratos. No entanto, dividir os treinandos em turmas pode, às vezes, prejudicar a troca de experiências entre servidores que executam o mesmo serviço e, por conseguinte, a uniformidade de procedimentos na região.

Observações:

Várias atividades da 2ªRF foram afetadas com os problemas abaixo discriminados e apesar das perdas decorrentes e de alguns treinamentos terem sido prejudicados, ainda assim as metas de capacitação foram superadas, aliás, elas foram ultrapassadas já no fechamento do 3º trimestre.

1- No primeiro semestre de 2012, o grande volume de chuvas que assolou a região provocou a enchente do rio Negro, que banha a cidade de Manaus, inundando o prédio da Alfândega do Porto de Manaus. Por isso, no período de 18/05/2012 a 07/08/2012, as seções que funcionavam nesse prédio foram remanejadas para o Terminal de Carga 3 do Aeroporto de Manaus.

2 - No dia 21/05/2012, a Justiça Federal do Amazonas expediu mandado interditando o edifício do Ministério da Fazenda no Amazonas onde funcionava, dentre outros órgãos, a DRF/Manaus. Dez dias depois, todos os servidores desse órgão foram remanejados, sendo que não foi possível reuni-los num único local ficando, assim, a repartição espalhada em vários prédios.

3 - No dia 26/08/2012, um incêndio no edifício sede do Ministério da Fazenda em Belém/PA, onde funcionava a SRRF02 e a DRF/Belém destruiu vários andares do prédio – inclusive todos os da SRRF02 – e as duas unidades retrocitadas foram remanejadas e divididas entre vários prédios.

Indicador: Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	55,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
46,79%	46,79%	46,79%	45,84%

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** (Quantidade de unidades adequadas / total de unidades avaliadas da RFB) x 100,

onde:

Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.

- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal procura desenvolver uma política de adequação das instalações físicas de suas Unidades, tentando otimizar a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis. O resultado evidencia um diagnóstico defasado das condições físicas dos imóveis, com dados relativos ao 1º semestre de 2011, não estando contempladas as alterações de nota que foram geradas com a conclusão de serviços de reparos realizados em 2011 e 2012.

Pontos críticos:

Necessidade de licitar projetos executivos previamente à licitação para execução dos reparos ou reformas, o que eleva o prazo de conclusão das intervenções para adequação dos imóveis; Carência de servidores especializados para acompanhamento e agilidade nos processos licitatórios e no acompanhamento dos serviços contratados.

Observações: Espera-se um incremento nos resultados deste indicador após a conclusão de obras e reparos previstos para 2013, bem como a atualização do Sistema Edifica.

Indicador: **Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
45,00%	47,24%	55,95%	65,39%

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$,

onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base;

IPF = processos fiscais antigos.

- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

As Unidades da RFB na 2ª Região Fiscal trabalham para sanear seus estoques de mercadorias apreendidas, sendo que o não atingimento da meta demonstra a necessidade de reavaliação dos processos de trabalho para tornar mais ágil o fluxo desde a apreensão até a destinação final das mercadorias, de melhores condições operacionais dos depósitos e de

maior acompanhamento da evolução dos estoques pela SRRF e pelos gestores das respectivas Unidades.

Pontos críticos:

- Elevado índice de mercadorias apreendidas por indícios de contrafação, o que dificulta o atingimento da meta de arrecadação em leilões;
- necessidade de celebração de contratos com pessoas jurídicas especializadas em destruição de mercadorias, onerando o orçamento de custeio, visando a para atender à destinação de mercadorias contrafeitas, já que a RFB não possui equipamentos, local nem servidores para esta atividade;
- falta de integração entre setores apreensores e setores responsáveis pela destinação, o que eleva o prazo ou sujeita os processos a inconsistências que podem atrasar a liberação das mercadorias.

Observações: Espera-se uma melhoria nos resultados deste indicador para 2013, tendo em vista o andamento do Projeto de Reestruturação do Processo de Apreensão, Armazenagem e Destinação de Mercadorias.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	58,70%	77,00%	84,60%	95,50%	65,30%	89,10%	92,00%

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O indicador demonstra que a RF02 atingiu um resultado bem próximo da meta, sendo que a margem que não foi atingida refere-se a contratos ou aquisições que dependem de prazo para conclusão e a Unidade contratante depende dessa conclusão para efetivar o pagamento.

Pontos críticos:

Atraso na conclusão de serviço contratado ou na entrega de alguma aquisição que tenha implicado na inscrição em restos a pagar de valores já empenhados.

Observações:

Espera-se uma melhoria nos resultados deste indicador para 2013, tendo em vista o andamento do Projeto de Reestruturação do Processo de Aquisição de Bens e Materiais, Contratação de Serviços e Realização de Obras.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	10,00%	20,00%	20,00%	14,00%	18,00%	5,00%	22,00%

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O indicador demonstra baixo nível de execução dessas despesas, sendo que esse índice foi influenciado principalmente pela não efetivação da contratação da execução de duas obras destacadas na LOA. Quanto às despesas para aquisição de bens móveis o nível de execução foi satisfatório.

Pontos críticos:

- Necessidade de atualização de projeto básico com valores defasados;
- dificuldades para contratar a atualização de projeto básico completo da construção do edifício sede II do MF em Manaus e a elaboração de projeto básico completo da construção do edifício sede II do MF em Belém;
- carência de servidores especializados para agilizar a contratação de obras de grande vulto.

Observações:

De forma análoga ao indicador anterior, espera-se uma melhoria nos resultados deste indicador para 2013, tendo em vista o andamento do Projeto de Reestruturação do Processo de Aquisição de Bens e Materiais, Contratação de Serviços e Realização de Obras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 3: **Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão** *(Item 3 do Conteúdo Geral
(Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O preenchimento do Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ é o resultado da análise qualitativa por parte do Gabinete da SRRF02, notadamente o Superintendente Regional, gestor desta unidade, e seus Superintendentes Adjuntos, representando sua percepção holística sobre os processos e sua visão crítica.

Considerando a natureza das atividades finalísticas desenvolvidas pela RFB - auditoria fiscal e o perfil exigido do seu quadro técnico, por tradição, o “Ambiente de Controle” é um dos elementos que demanda especial atenção da Alta Administração e da maioria dos servidores da instituição, principalmente no que diz respeito à temas como: formalidade, definição de objetivos, hierarquia, padronização de procedimentos, normatização de atos, segurança da informação e retidão de conduta.

Com relação à “Avaliação de Riscos”, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, seus planos de ação e projetos são precedidos de criteriosos estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, ainda que esta ainda não esteja amparada por uma metodologia uniforme (à exceção da avaliação de riscos de projetos estratégicos, cuja metodologia está descrita em manual aprovado pelo Secretário, sendo utilizada sistematicamente na etapa de planejamento). Seguindo os princípios e diretrizes estipulados pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012. Com esta iniciativa, aliada à estruturação e à capacitação de uma rede de gerenciamento de riscos, espera-se que a cultura e a metodologia de gestão de riscos sejam efetivamente padronizadas, disseminadas e implementadas internamente na Instituição.

Ano a ano, a RFB vem aprimorando os seus “Procedimentos de Controle”, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, podemos citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

Devido à amplitude de sua atuação, à necessidade de interação com diferentes públicos, à capilaridade de suas unidades, ao expressivo número de servidores, a “Informação e Comunicação” têm fundamental importância para o desenvolvimento das atividades da RFB. Conforme já mencionado na Introdução deste Relatório, em 2012, a Receita Federal implementou algumas ações relevantes nesta área, tais como: a reformulação da Internet e da Intranet e a publicação do caderno Fato Gerador.

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise Crítica:

(*) **Item 4** - Código de Ética: Os servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Não obstante, em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS em seu Plano de Ação está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB (complementar à legislação citada acima) e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB.

A primeira versão do Código de Conduta da RFB foi consolidada em outubro de 2012 e ficará disponível no período de 4 a 28 de março do corrente ano para consulta interna, por meio de um plano de comunicação que possibilitará o envio de sugestões por parte dos servidores e colaboradores da RFB. Esta ação objetiva promover ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB, de modo a resultar em um código que traduza a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade.

(**) **Item 16** - A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 4: Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira *(Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF's, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento - DRJ's, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Prestação de Contas do Órgão Central.

O Programa 0906 - Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 - Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

O principal programa de trabalho da RFB em 2012 foi o Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

O Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda é composto por 36 ações, sendo que serão objeto de comentário neste Relatório apenas as ações citadas a seguir, específicas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal.

- 148I - Construção do Edifício Sede do MF em Belém - PA; e
- 148J - Construção do Edifício Sede do MF em Manaus - AM.

QUADRO 3 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		148I - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO MF em Belém PA				
Descrição		Construção destinada à Sede do MF em Belém PA				
Unidade Responsável		170217 - SRRF02				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5268111	4.365.001,00	9.732,00	0,00	0,00	9.732,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizado	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	18	0	4.365.001,00	0,00

Cumprimento das metas físicas:

A licitação para desenvolvimento do projeto básico foi definida em 28/12/2012. Espera-se assinar o contrato em fev/2013.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Problemas administrativos para a conclusão da licitação do projeto básico em 2012.

Identificação da Ação						
Código		148J - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MF em Manaus AM				
Descrição		Construção destinada à Sede do MF em Manaus AM				
Unidade Responsável		170209 - DRF Manaus				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.664.137,00	17.677.898,00	14.800,00	0,00	0,00	14.800,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	32	0	17.677.898,00	0,00

Cumprimento das metas físicas:

Licitação da obra prevista para 2013.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Sem problemas em 2012.

4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

QUADRO 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	110174	170205	20125.04.122.2101.2000			118.500,00
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

Observação:

O valor de R\$ 118.500,00 foi repassado pela UG 110174 - DGI/SE/CGU para a UG 170205 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC atender despesas de rateio, manutenção e funcionamento da Unidade da RFB.

4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)	21.826.449,27	19.143.699,58	14.356.471,84	14.583.613,07
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	996.900,00	35.756,66	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	20.829.549,27	19.107.942,92	14.356.471,84	14.583.613,07
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g +h)	3.902.697,78	4.360.289,23	3.131.839,42	3.785.878,07
g) Dispensa	3.299.118,94	2.911.378,83	2.620.085,88	2.614.231,55
h) Inexigibilidade	603.578,84	1.448.910,40	511.753,54	1.171.646,52
3. Regime de Execução Especial	47.078,01	17.218,07	47.078,01	17.218,07
i) Suprimento de Fundos	47.078,01	17.218,07	47.078,01	17.218,07
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.741.649,29	1.325.250,19	1.741.649,29	1.325.250,19
j) Pagamento em Folha	14.954,42	3.564,99	14.954,42	3.564,99
k) Diárias	1.726.694,87	1.321.685,20	1.726.694,87	1.321.685,20
5. Outros	572.639,10	840.265,54	570.739,10	837.019,75
6. Total (1+2+3+4+5)	28.090.513,45	25.686.722,61	19.847.777,66	20.548.979,15

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1 – Despesas de Pessoal	14.954,42	3.564,99	14.954,42	3.564,99	0,00	0,00	14.954,42	3.564,99
08 - Outros Benef.Assistenciais	14.954,42	3.564,99	14.954,42	3.564,99	0,00	0,00	14.954,42	3.564,99
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	23.447.446,57	21.144.359,08	19.648.329,82	18.800.367,49	3.799.116,75	2.343.991,59	19.615.261,82	18.758.541,31
37 – Locação de Mão de Obra	11.058.184,98	9.949.626,30	10.285.638,08	9.377.784,98	772.546,90	571.841,32	10.285.638,08	9.377.784,98
39 – Outros Serv. Pes. Jurídica	7.286.372,21	6.448.385,05	4.812.820,86	5.461.506,25	2.473.551,35	986.878,80	4.799.801,86	5.432.443,78
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.726.694,87	1.321.685,20	1.726.694,87	1.321.685,20	0,00	0,00	1.726.694,87	1.321.685,20
Demais elementos do grupo	3.376.194,51	3.424.662,53	2.823.176,01	2.639.391,06	553.018,50	785.271,47	2.803.127,01	2.626.627,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
4 – Investimentos	4.628.112,46	4.538.798,54	357.303,52	1.786.872,85	4.270.808,94	2.751.925,69	217.561,42	1.786.872,85
52 – Equip. e Mat.Permanente	3.034.954,46	4.438.885,29	325.987,52	1.777.947,85	2.708.966,94	2.660.937,44	186.245,42	1.777.947,85
51 – Obras e Instalações	1.058.380,00	7.800,00	31.316,00	7.800,00	1.027.064,00	0,00	31.316,00	7.800,00
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	534.778,00	92.113,25	0,00	1.125,00	534.778,00	90.988,25	0,00	1.125,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica dos Quadros 5 e 6:

A Execução Orçamentária da 2ª Região Fiscal no exercício de 2012 totalizou R\$ 28.090.513,45, contra R\$ 25.686.722,61 em 2011, registrando aumento nominal da ordem de 9,35%. As Despesas Correntes comprometeram R\$ 23.462.400,99 do Orçamento, enquanto as de Capital R\$ 4.628.112,46, apresentando variação positiva de 10,89% e 1,96%, respectivamente.

Contribuíram para esse resultado os gastos realizados através das **Modalidades de Licitação**(R\$ 21.826.449,27), **Contratações Diretas** (R\$ 3.902.697,78), **Regime de Execução Especial** (R\$47.078,01) e **Outros** (R\$ 572.639,10).

O maior volume da Despesa foi precedido de Licitação Pública nas modalidades de Tomada de Preços e Pregão, com destaque para o **Pregão Eletrônico** utilizado em 95,43% do total contratado, em cumprimento ao Decreto Nº 5.450/05. No conjunto, as despesas nestas modalidades tiveram incremento de 14,01% em relação a 2011. A Licitação de Projeto Básico e Complementares do novo Edifício Sede das Unidades da RFB em Belém do Pará, implicou acréscimo de 2.788% na Modalidade de Licitação Tomada de Preços.

As **Contratações Diretas**, representadas pelas aquisições através de **Dispensa e Inexigibilidade de Licitação**, participaram com 13,89% do total gasto, com **variação negativa de 10,49%**. Individualmente a Inexigibilidade reduziu em 58,34% em função da migração dos contratos de fornecimento de energia elétrica para a Modalidade Dispensa de Licitação.

As compras através de **Regime de Execução Especial** foram 173,42% superiores a 2011. Esse aumento ocorreu em função das Unidades Gestoras 170024(DRF-Macapá) e 170217(SRRF02) passarem a utilizar o Cartão Corporativo em 2012, aliado ao crescimento de 100% no gasto realizado pelas Delegacias da RFB em Porto Velho e Belém-PA. A participação desse item no computo da execução é inexpressivo(0,16%).

Deslocamentos executados na região a interesse do Gabinete e Subsecretarias da RFB, para participação em Operações Especiais, Treinamentos e Convocações Nacionais foram 32,68% maiores que o registrado em 2011. E, como o item **“Diárias - Pagamento de Pessoal”** apresentou crescimento de 30,64%, presume-se que houve uma retração nos gastos com Diárias utilizadas para deslocamentos de interesse regional.

Houve redução de 31,85% em **“Outras”** despesas empenhadas na modalidade “não se aplica”, referentes a Despesas de Exercícios Anteriores 339092(-62,63%), e em Indenizações e Restituições 339093(-18,41%).

A incidência de Pagamentos de Auxílio Transporte de Exercícios Anteriores não contemplados na folha normal de pagamento/2011, respondeu por aumento de 319,47%, na modalidade **“Pagamento de Pessoal em Folha”**, valores estes de pequeno vulto.

A inscrição em **Restos a Pagar** foi de 28,72% do montante empenhado, superior a 2011 que registrou 19,83%. O considerável volume de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia do Plano Pilar 2012, com cronograma de execução de médio prazo(06 meses), inviabilizou o cumprimento integral das fases de liquidação e pagamento da despesa até o término do exercício.

A definição de todos os Tetos Orçamentários em abril/2012 foi relevante e permitiu um melhor planejamento das Licitações. Não vislumbramos prejuízos à Execução motivados por

Contingenciamento de Recursos Orçamentários ou financeiros, porém o evento do sinistro(incêndio) ocorrido no Ed. Sede do MF em Belém-PA, em 26/08/2012, trouxe consequências negativas como a perda documental, de recursos tecnológicos, do local de trabalho dos servidores, agravado pelo surgimento de uma série de demandas emergenciais (locação de imóveis, aquisições de mobiliário, equipamentos, etc), que provocou sobrecarga de trabalhos no Pólo Pará-Amapá, responsável pelas Licitações de 7 das 14 Unidades Gestoras da 2ª RF.

No contexto geral a **variação de 9,35%** verificada na Execução Orçamentária-2012, não significa aumento do Gasto Público, mas em parte reflete o reajustamento de preços de materiais, tarifas públicas e das despesas contratuais necessárias ao funcionamento e manutenção da Unidades. Pode-se afirmar que houve **crescimento real nas Despesas com Pessoal 14 - Diárias (30,63%)**, para atender interesse do Gabinete da RFB e Subsecretarias; no **39- Outros Serviços Pessoas Jurídicas(69,61%)** - referente Serviços de Manutenção, Conservação e Reparos e Adaptações nos Imóveis com alto índice de precariedade de suas instalações físicas, e **Despesas de Capital 51 – Obras e Instalações (obras destacadas)** com investimento de R\$ 1.058.380,00, em Projetos, Serviços Topográficos e Planialtimétricos para construção das novas sedes da RFB no Amazonas e Pará e Agências Modelos da RFB em Ananindeua e Cacoal-RO.

Diante do exposto concluímos que a Execução Orçamentária - 2012/2ª RF foi satisfatória com ganho qualitativo na gestão da despesa pública, pautada na economia de gastos, preservação do Patrimônio da União através da recuperação estrutural das unidades da RFB e novos investimentos que contribuirão para melhoria da eficiência institucional.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 5: **Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira** *(Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 7 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	41.664,19	0,00	41.664,19	0,00
2010	645.044,43	5.800,37	639.244,06	0,00
2009	1.297.142,45	3.132,89	1.294.009,56	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	5.126.046,70	599.832,46	4.387.591,68	138.622,56
2010	2.254.159,75	215.236,05	2.014.092,67	24.831,03
2009	2.532.539,65	319.229,88	2.213.309,77	0,00

Fonte: SIAFI Operacional

Observações:

1) Restos a Pagar Não Processados:

- O saldo a pagar de RP Não Processados em 31/12/2012 é igual ao somatório dos saldos das contas 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012;\
- A conta 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR de 2012 não será uma conta de RP NÃO PROCESSADO em 2013. Como houve liquidação, no ano posterior os valores constantes nesta conta serão RP PROCESSADOS. Portanto, no ano seguinte apenas o saldo da conta 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR será reinscrita na conta 1.9.5.1.2.00.00 REINSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES;
- O saldo a pagar em 31/12/2012 está considerando os valores das contas 2.9.5.1.1.02.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012 e 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR.

2) Restos a Pagar Processados:

- O saldo a Pagar em 31/12/2012 de RP Processados é a soma dos empenhos da conta 1.9.5.2.1.01.00 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS de 2011 e anos anteriores.

3) As contas utilizadas para obtenção dos saldos são as descritas nos quadros abaixo.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195210100	195240000	295210200	(MI - C - P)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195110000 e 195120000	195140000	295110300	(MI - C - P)

Legenda

MI - Montante Inscrito

C - Cancelamentos Acumulados

P - Pagamentos Acumulados

Análise crítica:

No exercício de referência deste relatório foram executados restos a pagar inscritos em 2010 e 2011. Não houve inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores a 2010.

No exercício de 2011 foram inscritos em restos a pagar processados e não processados o valor total de R\$ 5.167.710,89. Houve um aumento de 178 % em relação ao exercício de 2010.

O principal motivo para a inscrição em restos a pagar, como ocorre em todos os exercícios, continua sendo o não repasse de recursos financeiros dentro do exercício de competência da despesa, fato confirmado pela liquidação e pagamento, até a metade do exercício de 2012, de quase o total de restos a pagar inscritos, após o recebimento dos recursos.

Outro motivo relevante para a inscrição em restos a pagar foram licitações realizadas para aquisição de material permanente no mês de dezembro, ocasionadas pela liberação de créditos orçamentários no final do exercício.

Os contratos continuados e as despesas com energia elétrica, água e esgoto, luz, telefone, passagens aéreas, correios, combustível representam despesas que necessariamente sempre serão inscritas em restos a pagar, tendo em vista que as faturas destes serviços geralmente são apresentadas no início do exercício seguinte.

Em algumas unidades, a falta de apresentação de fatura por parte do credor, sem justificativa, motivou a inscrição em resto a pagar.

Os cancelamentos efetuados em 2012, aproximadamente 11,6 %, em sua maioria referem-se a resíduos de saldo de empenhos estimativos e, em alguns casos, por falta de apresentação de faturas por parte do credor ou falta de atualização do SICAF, não sanadas em tempo hábil.

No exercício de 2012, o pagamento de restos a pagar inscrito em 2011 foi de 85,70 %. Isto demonstra que na Segunda Região praticamente não há permanência de restos a pagar por mais de um exercício e apenas 2,70 % do total de restos a pagar inscritos em 2011 foi reinscrito no exercício de 2012.

Como evento negativo que prejudicou a gestão de restos a pagar, algumas unidades citaram a demora na apresentação da fatura por parte do credor, impossibilitando a liquidação e pagamento dos compromissos, fazendo com que a permanência de restos a pagar se prolongue, em alguns casos, até o mês de dezembro do ano seguinte.

A inscrição de Restos a Pagar deve observar a disponibilidade de recursos financeiros assegurada para este fim, objetivando não comprometer o orçamento do exercício seguinte. A despesa deverá ser paga com recursos provenientes do exercício em que foi empenhada, mantendo o equilíbrio orçamentário. Na segunda região, como já relatamos, a maior parte da inscrição em restos a pagar ocorreu por falta de recursos financeiros, comprometendo o limite de repasse de recursos dos exercícios seguintes. Este foi o principal impacto na gestão de restos a pagar na Segunda Região.

5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
170024	Delegacia da RFB em Macapá	-	2.964,80	5.133,43	8.098,23
170201	Delegacia da RFB em Porto Velho	-	1.601,60	6.292,75	7.894,35
170213	Delegacia da RFB em Boa Vista	-	-	2.401,64	2.401,64
170217	Superintendência Regional da RFB na 2RF	-	-	3.873,48	3.873,48
170218	Delegacia da RFB em Belém	-	-	6.451,68	6.451,68
170219	Delegacia da RFB em Santarém	-	10.948,00	6.710,00	17.658,00
170520	Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Belém	-	-	370,00	370,00
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	15.514,40	31.232,98	46.747,38

QUADRO 9 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

UG 170024	Delegacia da RFB em Macapá	Limite de Utilização da UG	16.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcela de Assis Turchetto	049.871.076-94	8.000,00	1.574,80	2.855,02	4.429,82
Ana Paula de Oliveira Lima	097.806.777-04	8.000,00	1.390,00	2.278,41	3.668,41
Total Utilizado pela UG			2.964,80	5.133,43	8.098,23

UG 170201	Delegacia da RFB em Porto Velho	Limite de Utilização da UG:	20.000,00		
			Saque	Fatura	Total
Laurindo Domingos Barbosa	090.910.092-68	2.000,00	825,00	1.175,00	2.000,00
Maria Helena Queiroz de Araújo	113.748.962-68	4.000,00	776,60	1.987,75	2.764,35
Nilza Damasceno Ribeiro	957.551.608-72	4.000,00	-	3.130,00	3.130,00
Total Utilizado pela UG			1.601,60	6.292,75	7.894,35

UG 170213	Delegacia da RFB em Boa Vista	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Maria do Perpetuo Socorro da Silva Marques	164.108.312-34	4.000,00	-	2.401,64	2.401,64
Total Utilizado pela UG			-	2.401,64	2.401,64

UG 170217	Superintendência Regional da RFB na 2RF	Limite de Utilização da UG:	16.000,00		
			Saque	Fatura	Total
Cláudio José Guedes Moraes	329.531.272-91	8.000,00	-	3.873,48	3.873,48
Total Utilizado pela UG			-	3.873,48	3.873,48

UG 170218	Delegacia da RFB em Belém	Limite de Utilização da UG	24.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ademir Serrão dos Santos	049.339.822-87	2.300,00	-	2.396,18	2.396,18
Helson Neves de Souza	117.514.602-15	2.000,00	-	665,00	665,00
Pedro Paulo da Costa Magno	184.214.072-87	2.000,00	-	450,00	450,00
Edson Nazareno Maciel Moia	376.215.802-91	2.500,00	-	2.215,50	2.215,50
Sandro da Silva Costa	629.596.112-68	1.000,00	-	725,00	725,00
Total Utilizado pela UG			-	6.451,68	6.451,68

UG 170219	Delegacia da RFB em Santarém		Limite de Utilização da UG:		50.000,00	
Daniel Carvalho Ladeira	038.987.866-92	8.000,00	1.778,00	-	1.778,00	
Magali Maria Fernandes Nicolau	110.940.792-00		20.000,00	9.170,00	6.710,00	
Total Utilizado pela UG			10.948,00	6.710,00	17.658,00	

UG 170520	Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Belém		Limite de Utilização da UG:		50.000,00	
Maria Angélica Zanette Machado	588.385.389-72	5.000,00	-	370,00	370,00	
Total Utilizado pela UG			-	370,00	370,00	
Total Utilizado pela UJ			15.514,40	31.232,98	46.747,38	

Fonte: Siafi

QUADRO 10 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	69	15.514,40	54	31.232,98	46.747,38
2011	-	-	17	3.618,00	19	13.600,07	17.218,07
2010	-	-	29	6.089,48	28	16.246,50	22.335,98

Fonte: Siafi

QUADRO 11 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	28	46.747,38	9	17.218,07	11	22.335,98

Fonte: Siafi

Análise Crítica

O cartão corporativo do Governo Federal é um instrumento eficiente para as unidades gestoras, principalmente as sediadas no interior do país, onde as dificuldades operacionais e a necessidade de pronto pagamento exigem do administrador uma ação rápida, de forma que a missão institucional do órgão seja exercida sem comprometimento.

Assim, o uso de forma racional e dentro das limitações legais facilitam a execução de pequenas despesas indispensáveis à manutenção administrativa.

A centralização das atividades de logística da Segunda Região Fiscal em três Polos a partir do exercício de 2011, inclusive para a prática dos atos de gestão orçamentária e financeira, criou nas demais Unidades a dependência das ações realizadas direto pelos Polos. Nota-se que no exercício financeiro de 2012, houve uma elevação no uso do Suprimento de Fundos. A utilização de suprimento de fundos é a forma rápida e eficaz para solução de problemas surgidos no decorrer do

exercício e que exigiram pronta ação das Unidades. Além disso, As peculiaridade de algumas Unidades da Segunda Região, como as situadas nas fronteiras, contribuem para a utilização do cartão corporativo.

O controle tem sido efetivo, considerando que cada Unidade possui, em média, dois supridos, o que facilita o atendimento quanto às orientação legais, bem como o acompanhamento pelas seções de programação e logística das Unidades Gestoras e da Setorial Contábil Regional, o que se comprova com a informação do quadro 11, onde todos os processos de prestação de contas foram aprovados dentro do exercício de emissão do Suprimento de Fundos.

Atualmente cinquenta por cento das Unidades Gestoras da RFB na Segunda Região utilizam Suprimento de Fundos e nenhuma delas utiliza a modalidade conta tipo B. Todas as despesas forma realizadas por meio do Cartão Corporativo e, como demonstrado no quadro 10, predomina a utilização do cartão corporativo na modalidade fatura.

Todos os valores foram devidamente aplicados em proveito das unidades e os benefícios foram consideráveis, pois esta é a forma mais ágil de realizar pequenas e importantes ações para manter o bom funcionamento da cada uma dessas unidades. A decisão de optar pelo adiantamento tornou-se providencial para anular a descontinuidade das atividades das Unidades Gestoras onde itens de pequeno vulto podem ser acessados pela administração de forma rápida, suprimindo as demandas emergenciais necessárias.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados *(Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Prestação de Contas Receita Federal do Brasil – RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente à nova instrução de execução da Prestação de Contas 2012/2013, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de Unidade Pagadora – UPAG para Região Fiscal – RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessária para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme solicitado na Prestação de Contas. Porém, acreditamos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados sobre a classificação de escolaridade dos servidores das Delegacias da Receita Federal de Julgamento – DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda – MF.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo

órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

QUADRO 12 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.932	1.374	7	70
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2		
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112**				
1.2.6 Outros ***		28		
2. Servidores em Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.

2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	1.932	882
Carreira PECFAZ	0	492

3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).

4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.

5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.

6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.

7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

QUADRO 13 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	14
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	62
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	20
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	27
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	5
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	5
3.6. Por Decisão Judicial	2
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	2
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	43
6.1 Licença Prêmio por assiduidade	4
6.2 Licença Gestante	6
6.3 Licença para tratamento de saúde	33
6.4 Reclusão	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	123

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:
 DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.
3. *Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro A.6.1 - Força de Trabalho para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de

dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.

4. As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente
5. Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.
6. Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.
7. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.4), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.
8. ND = informação não disponível

QUADRO 14 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	53	49	19	19
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1		
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório				
1. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	246	234	76	79
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1		
1. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	299	285	95	98

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro 12.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados.

QUADRO 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	77	199	339	373	103
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Outros*		3	15	10	
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	13	21	11	3
2.3. Funções Gratificadas	29	67	79	47	13
3. Totais (1+2)	108	282	454	441	119

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 12 - Força de Trabalho.

QUADRO 16 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				10	423	658	142	24	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Outros*					16	12			
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						49	22	5	
2.3. Funções Gratificadas					37	197	49	6	
3. Totais (1+2)				10	476	916	213	35	2

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

QUADRO 17 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário s	Demais despesas variáveis				
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	149.186.985,55	2.115,71	12.292.233,29	4.319.402,59	4.799.301,52	4.434.370,81	60.777,92	37.995,51	977.971,48	176.111.154,38
	2011	157.867.213,69	1.556,07	12.837.333,62	4.824.899,32	5.249.780,94	4.307.947,43	59.056,21		1.225.706,44	186.373.493,72
	2010	152.298.535,36	1.256,50	12.690.082,03	4.509.909,40	5.319.481,56	3.286.635,77	46.920,21	39.399,01	1.312.335,94	179.504.555,78
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	4.537.218,41	14.925,82	231.035,20	108.585,63	118.774,05	199.609,23	480,64		50.719,99	5.261.348,97
	2011	3.974.459,31	8.947,37	486.505,25	158.916,86	104.586,75	206.862,42			60.119,40	5.000.397,36
	2010	3.829.151,80	12.206,58	276.615,11	107.020,72	105.847,25	172.032,08	140,34		43.422,77	4.546.436,65
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	12.643.311,56	1.121.489,79	1.120.380,64	347.235,98	225.798,00	303.861,73	21.665,99	2.981,32	62.181,14	15.848.906,15
	2011	12.932.283,05	1.147.057,58	1.121.833,46	519.920,08	231.905,60	232.337,72	10.167,77	0,00	73.433,49	16.268.938,75
	2010	12.387.864,49	1.126.921,41	1.165.653,88	379.681,67	229.958,00	155.034,61	9.269,58	0,00	53.721,75	15.508.105,39
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	37.003.418,40	1.033.790,60	3.171.519,70	1.166.023,08	967.210,69	864.101,46	39.122,62	8.019,82	106.108,51	44.359.314,88
	2011	37.137.537,97	1.025.328,92	3.048.372,25	1.059.045,81	975.895,94	887.397,84	23.234,78	0,00	166.072,03	44.322.885,54
	2010	35.508.637,81	1.011.075,08	2.981.423,58	993.716,07	955.455,50	548.983,07	29.096,55	798,21	172.556,02	42.201.741,89

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Prestação de Contas 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Prestações de Contas anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 1. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 2. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 3. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 4. A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
 5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
 6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2012

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	TOTAL
2ª RF	300.988,79	1.726.694,87	462,00	21.600,00	14.954,42	2.064.700,08

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
2. Em relação à Prestação de Contas anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2012
2ª RF	2,30%	2,20%	3,42%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, **extraído em 28/01/2013**

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Rotatividade (*turnover*)

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 2ª RF capacitou 82,04% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 2ª RF alocou em média 57,04 horas de capacitação em cada um dos 82,04% dos seus servidores capacitados em 2012.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
2ª RF	82,04%	57,04H

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

Disciplina

Indicador apurado no Relatório nacional.

Aposentadoria versus reposição do quadro

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2012.

Fórmula: $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$

As entradas consideraram provimento originário e derivado.

UNIDADE	GRAU 2011	GRAU 2012
RF02	481,48%	-51,35%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Resultado:

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Os resultados de 2012 evidenciam o agravamento da situação relativa à reposição do quadro, seja pela não realização dos concursos públicos, seja pelo aumento crescente dos índices de aposentadoria.

6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários

6.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Belém / PA													
UG/Gestão: 17002200001							CNPJ: 00.394.460.0288-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	V	O	SRRF N° 43/2010	09.211.205/0001-90	21/07/10	20/07/13			17	18			P
2010	V	O	SRRF N° 45/2010	09.211.205/0001-90	27/08/10	31/12/13			18	18			P
2010	L	O	SRRF N° 38/2010	03.110.313/0001-90	24/02/10	31/12/13	7	7					P
2011	L	O	DRF/BEL N° 19/2011	07.270.170/0001-35	01/01/12	31/12/13	23	23					P
<p>Observações: Contrato SRRF02 n° 43/2010 – Supressão de 02 postos na IRF/Breves e Acréscimo de 03 postos na DRF/BEL. Contrato N° 19/2011 sub-rogado para a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Belém em 20/03/2012.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: CIPOL/ALF/BEL - POLO PA/AP

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá/Ap													
UG/Gestão: 170024/00001							CNPJ: 00.394.460/0074-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	001/2009	08.531.731/0001-75	12/01/09	12/01/14			12	12			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: ELIC/DRF/MCA													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho – RO													
UG/Gestão: 170201/00001							CNPJ: 00.394.460/0075-88						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	E	DRF PVO 05/2012	10.760.842/0001-03	10/12/2012	06/03/2013							A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SAPOL/DRF/PVO

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM													
UG/Gestão: 170209/00001						CNPJ:00.394.460/0072-35							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	11/2011	07.945.678/0003-58	01/02/2011	31/01/2014	28	28					P
2011	L	O	23/2011	05.517.351/0001-98	04/05/2011	03/05/2013	12	12					P
2011	L	O	20/2011	03.066.290/0001-64	01/01/2012	31/12/2012	25	25					E
2011	V	O	21/2011	02.692.187/0001-67	25/04/2011	24/04/2013	20	20					P
2011	V	O	12/2011	07.945.678/0003-58	01/02/2011	31/07/2013	14	14					P
2012	L	O	26/2012	63.690.770/0001-23	01/01/2013	31/12/2013	9	9					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CIPOL/DRF/MNS – POLO AM/RR

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ji-Paraná/RO													
UG/Gestão: 170333/00001						CNPJ: 00.394.460/0477-09							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04-2009	84.624.329/0001-13	01/04/2009	31/12/2013	2	2	5	5			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DRF/JPR

QUADRO 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Belém / PA														
UG/Gestão: 170022/00001							CNPJ: 00.394.460/0288-28							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	4	O	SRRF02 N° 15/2010	03.110.313/0001-90	21/01/2010	31/12/2013	3	3						P
2012	2	O	DRF/BEL N° 08/2012	05.753.028/0001-13	02/07/2012	01/07/2013	3	3						A
2012	2	O	ALF/BEL N° 08/2012	02.589.131/0001-81	03/09/2012	02/09/2013	4	4						A
2010	2	O	SRRF02 N° 16/2010	08.573.956/0001-94	21/01/2010	31/12/2013			2	2				P
2010	7	O	SRRF02 N° 16/2010	08.573.956/0001-94	21/01/2010	31/12/2013			2	2				P
2010	12	O	SRRF02 N° 10/2010	07.808.681/0001-68	14/01/2010	31/12/2013	13	13						P
2010	2	O	SRRF02 N° 10/2010	07.808.681/0001-68	14/01/2010	31/12/2013			3	3				P
2010	12	O	SRRF02 N° 12/2010	08.573.956/0001-94	18/01/2010	31/12/2013	12	12						P
2010	7	O	SRRF02 N° 12/2010	08.573.956/0001-94	18/01/2010	31/12/2013			2	2				P
2011	5	O	DRF/BEL N° 03/2011	07.808.681/0001-68	28/01/2011	31/12/2013			11	11				P
2011	2	O	DRF/BEL N° 03/2011	07.808.681/0001-68	28/01/2011	31/12/2013			2	2				P
2012	5	O	DRF/BEL N° 09/2012	07.808.681/0001-68	02/07/2012	01/07/2013			34	34				A
Observações:														
LEGENDA					<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança; • Transportes; • Informática; • Copeiragem; • Recepção; • Reprografia; • Telecomunicações; • Manutenção de bens móveis • Manutenção de bens imóveis • Brigadistas • Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes • Outras 														
Fonte: CIPOL/ALF/BEL – POLO PA/AP														

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco / AC													
UG/Gestão: 170205/00001							CNPJ: 00.394.460/0073-16						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	SRRF02 N°25/2010	10.828.575/0001-50	25/01/2010	31/12/2012	3	3					E
2008	9	O	DRF/RBO N°05/2008	02.606.033/0001-05	01/01/2008	31/12/2013			2	2			P
2011	5	O	DRF/RBO N°12/2011	84.580.141/0001-10	08/08/2011	07/04/2013			13	13			A
2011	12	O	DRF/RBO N°13/2011	09.134.888/0001-20	01/08/2011	31/03/2013	3	3					A
2011	4	O	DRF/RBO N°13/2011	09.134.888/0001-20	01/08/2011	31/03/2013	1	1					A
2011	7	O	DRF/RBO N°15/2011	12.004.773/0001-25	01/09/2011	30/04/2013			2	2			A
2011	4	O	DRF/RBO N°15/2011	12.004.773/0001-25	01/09/2011	30/04/2013	1	1					A
2011	6	O	DRF/RBO N°15/2011	12.004.773/0001-25	01/09/2011	30/04/2013	1	1					A
2011	7	O	DRF/RBO N°14/2011	10.927.661/0001-10	05/09/2011	04/05/2013			3	3			A
2010	12	O	SRRF02 N°27/2010	08.573.956/0001-94	26/01/2010	31/12/2012			1	1			E
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras: CARREGADOR e MENSAGEIRO													
Fonte: CIPOL/DRF/RBO – POLOAC/RO													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus / AM													
UG/Gestão: 170209/00001							CNPJ:00.394.460/0072-35						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	4	O	20/2010	10.828.575/0001-50	19/01/2010	31/12/2013	3	3					P
2010	6	O	20/2010	10.828.575/0001-50	19/01/2010	31/12/2013			5	5			P
2011	7	O	08/2011	10.828.575/0001-50	17/01/2011	31/12/2013			2	2			P
2011	6	O	08/2011	10.828.575/0001-50	17/01/2011	31/12/2013			1	1			P
2011	12	O	09/2011	10.828.575/0001-50	16/01/2011	31/12/2013	8	7					P
2010	5	O	18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2013			24	24			P
2010	12	O	18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2013	9	9					P
2010	2	O	18/2010	63.690.770/0001-23	19/01/2010	31/12/2013			5	5			P
2010	12	O	36/2010	08.573.956/0001-94	29/01/2010	31/12/2013	1	1					P
2012	5	O	24/2012	05.517.351/0001-98	31/10/2012	30/10/2013			3	3			A
Observações:													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													
Fonte: CIPOL/DRE/MNS - POLO AM/RR													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal em Belém/PA													
UG/Gestão: 170218/00001							CNPJ: 00.394.460/0071-54						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	SRRF02 11/2010	08.064.978/0001-29	14/01/2010	31/12/2012	1	1					E
Observações:													
LEGENDA				<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança; • Transportes; • Informática; • Copeiragem; • Recepção; • Reprografia; • Telecomunicações; • Manutenção de bens móveis • Manutenção de bens imóveis • Brigadistas • Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes • Outras (carregador e mensageiro) 													
Fonte:SEPOL/DRF/BEL													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Boa Vista / RR													
UG/Gestão: 170213/00001							CNPJ: 00.394.460/0076-69						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	07/2009	84.541.655/0001-67	01/01/10	31/12/12	02	02	-	-	-	-	E
Observações:													
LEGENDA				<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <p>9. Segurança;</p> <p>10. Transportes;</p> <p>11. Informática;</p> <p>12. Copeiragem;</p> <p>13. Recepção;</p> <p>14. Reprografia;</p> <p>15. Telecomunicações;</p> <p>16. Manutenção de bens móveis</p> <p>17. Manutenção de bens imóveis</p> <p>18. Brigadistas</p> <p>19. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</p> <p>20. Outras</p>													
Fonte: SAPOL/DRF/BVT													

6.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 20 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	24	23	29	38	173.527,66
1. Nível Médio					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
1. Total (1+2)	24	23	29	38	173.527,66

Fonte:

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário *(Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU N° 119/2012)*

7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

A frota atual de veículos em uso por nossas Unidades Jurisdicionadas apresenta-se da seguinte forma:

FROTA DE VEÍCULOS DA RFB NA 2ª REGIÃO FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO / TIPO DE UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA EM ANOS
Veículos utilizados nas atividades fim (fiscalização / repressão)	29	154.606	7
Veículos utilizados nas atividades -meio e de representação	20	65.302	9
Veículos de utilização mista (atividades -meio e fim)	70	108.190	10
SUB-TOTAL	119	328.098	9

Atualmente, não existe uma legislação específica que regule a constituição e a forma de utilização da frota de veículos das Unidades Jurisdicionadas à Superintendência Regional da Receita federal do Brasil na 2ª Região Fiscal.

A frota de veículos tem profunda importância tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades-meio de nossas unidades. Na área fim, os veículos são necessários às diversas atividades de fiscalização tributos internos, vigilância aduaneira e repressão ao contrabando e descaminho, atuando no transporte de servidores, documentos, equipamentos e mercadorias apreendidas entre outros materiais. Na área meio, os veículos também dão suporte às atividades administrativas como transporte de expedientes e materiais entre as Unidades, entrega de expedientes a outros Órgãos Públicos, transporte de servidores em atividades de representação fora de sua sede de trabalho.

Como se observa no quadro acima, a idade média da frota atual está bastante avançada necessitando de renovação. Esse fato torna a manutenção da frota bastante onerosa, sendo que, no ano de 2012, a 2ª Região Fiscal gastou em torno de R\$ 438.300,00 com despesas de serviços e peças para manutenção de veículos. Apesar disso, não temos uma política regional de substituição de frotas, já que a aquisição de veículos novos é tratada apenas em nível nacional pelo Órgão Central da RFB e sofre restrições na Lei de diretrizes Orçamentárias. O Órgão Central iniciou licitação em 2012 para aquisição de veículos para atividades de repressão para atender diversas Unidades em todo o território nacional.

Quanto a estruturas de controle da utilização de veículos, dispomos de relatórios de saída para controle dos roteiros e quilometragem dos veículos, além de registros das saídas no sistema SIADS – Módulo Transporte, também temos contrato de gestão de abastecimento de combustíveis por cartão magnético, que dispõe de relatórios sobre quantidade de litros e quilometragem dos abastecimentos por veículo.

7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	7	7
	Assis Brasil	0	0
	Brasiléia	2	2
	Cruzeiro do Sul	1	1
	Plácido de Castro	1	1
	Rio Branco	2	2
	Sena Madureira	1	1
	Epitaciolândia	0	0
	AMAZONAS	11	11
	Humaitá	1	1
	Itacoatiara	1	1
	Manacapuru	1	1
	Manaus	2	2
	Maués	1	1
	Parintins	1	1
	São Gabriel da Cachoeira	1	1
	Tabatinga	2	2
	Tefé	1	1
	AMAPÁ	3	3
	Macapá	1	1
	Oiapoque	1	1
	Santana	1	1
	PARÁ	15	16
	Abaetetuba	1	1
	Almeirim	1	1
	Altamira	1	1
	Ananindeua	1	1
	Barcarena	0	0
	Belém	1	1
	Breves	0	1
	Capanema	1	1
	Castanhal	1	1
	Itaituba	1	1
	Marabá	1	1
	Novo Progresso	0	0
	Óbidos	1	1
	Oriximiná	1	1
	Paragominas	1	1
	Redenção	0	0
	Santarém	2	2
	São Miguel do Guamá	1	1
Tucur		0	

	RONDÔNIA	8	8
	Ariquemes	0	0
	Cacoal	0	0
	Guajará-Mirim	2	2
	Ji-Paraná	3	3
	Porto Velho	1	1
	Vilhena	2	2
	RORAIMA	8	8
	Boa Vista	1	1
	Bonfim	3	3
	Caracarái	1	1
	Pacaraima	3	3
	Subtotal Brasil	52	53
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	52	53

Fonte: SPIUNET

QUADRO 22 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARÁ	2	3
	Ananindeua	1	1
	Novo Progresso	0	1
	Redenção	1	1
	RONDÔNIA	2	2
	Ariquemes	1	1
	Cacoal	1	1
	Subtotal Brasil	4	5
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	1
	Total (Brasil + Exterior)	4	5

Fonte: SPIUNET

QUADRO 23 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170024	0605 00152.500-9	13	3	R\$ 721.270,18	30/09/2011	R\$ 721.270,18		R\$ 127.738,12
170024	0609 00035.500-5	11	1	R\$ 167.529,60	30/09/2011	R\$ 167.529,60		R\$ 35.756,66
170024	0615 00021.500-3	13	2	R\$ 195.746,22	30/09/2011	R\$ 195.746,22		
170024	0409 00030.500-5	21	2	R\$ 319.500,00	30/09/2011	R\$ 319.500,00		
170201	000300415.500-3	13	5	R\$ 2.982.461,81	29/11/2011	R\$ 1.989.232,27	R\$ 257.458,95	
170201	0001.00086.500-0	12	4	R\$ 189.489,24	13/01/2009	R\$ 350.380,41	R\$ 78.372,26	
170201	0001.00182.500-1	13	4	R\$ 246.251,69	29/11/2011	R\$ 237.116,55		
170201	0007 00127.500-0	13		R\$ 420.537,00	19/07/2012	R\$ 420.537,00		
170205	0105.00024.500-0	13	3	R\$ 322.376,18	26/05/2011	R\$ 479.747,08		R\$ 13.351,48
170205	0105.00034.500-5	18	5	R\$ 28.334,48	13/10/2011	R\$ 28.334,48		R\$ 17.105,84
170205	0107.00057.500-7	13	4	R\$ 218.167,26	13/10/2011	R\$ 279.038,03		R\$ 25.064,68
170205	0139.00252.500-5	13	3	R\$ 7.072.873,38	13/10/2011	R\$ 6.906.103,09	R\$ 64.000,00	R\$ 199.901,39
170205	0139.00283.500-4	13	6	R\$ 217.430,87	26/09/2011	R\$ 277.888,37	R\$ 13.070,86	R\$ 15.295,88
170205	0145.00042.500-8	13	6	R\$ 121.831,00	13/10/2011	R\$ 61.070,31		R\$ 11.320,76
170205	0151.00036.500-0	13	2	R\$ 175.721,92	25/04/2008	R\$ 175.721,92		R\$ 11.417,68
170209	0235.00039.500-0	11	3	R\$ 120.000,00	20/03/2012	R\$ 434.600,00		
170209	0241.00032.500-7	12	4	R\$ 125.000,00	30/09/2011	R\$ 616.903,50		
170209	0253.00016.500-3	13	3	R\$ 110.000,00	08/02/2012	R\$ 586.010,20		
170209	0255.00766.500-8	13	4	R\$ 649.276,00	30/09/2011	R\$ 811.595,00		
170209	0261.00007.500-5	13	3	R\$ 50.000,00	28/03/2012	R\$ 61.879,84		
170209	0269.00060.500-0	12	3	R\$ 120.000,00	07/12/2011	R\$ 515.250,00		
170209	0283.00029-500-6	13	3	R\$ 66.000,00	26/12/2011	R\$ 80.955,50		
170209	0281.00056.500-7	13	3	R\$ 80.000,00	30/09/2011	R\$ 85.624,00		
170210	0255 00671.500-1	13	3	R\$ 528.142,59	25/07/2005			R\$ 2.423,00
170210	9847.00052.500-2	11	5	R\$ 148.830,75	07/10/2011			R\$ 5.049,00
170210	9847 00054.500-3	11	5	R\$ 88.160,00	07/10/2011			
170213	0301.00150.500-6	11	6	R\$ 3.818,88	12/05/2011			
170213	0301.00173.500-1	11	4	R\$ 894.176,52	04/05/2011			
170213	0301.00174.500-7	11	4	R\$ 13.000,00	04/05/2011			
170213	0301.00175.500-2	11	6	R\$ 219,60	12/05/2011			

170213	0303.00034.500-1	11	4	R\$ 4.810,86	24/05/2011				
170213	0307.00025.500-5	13	8	R\$ 142.000,00	19/05/2011				
170213	0307.00030.500-2	11	4	R\$ 259,20	19/05/2011				
170213	0307.00031.500-8	11	6	R\$ 259,20	19/05/2011				
170217	0427.00902.500-3	13	3	R\$ 18.255.750,00	28/09/2012	R\$ 39.892.464,90			
170218	0415.00031.500-5	13	3	R\$ 5.584.050,97	11/10/2011	R\$ 2.338.830,62			
170218	0401.00015.500-8	13	3	R\$ 151.030,51	11/10/2011	R\$ 212.200,00			
170218	0443.00020.500-0	13	3	R\$ 199.760,02	04/11/2011	R\$ 859.752,00	R\$ 69.889,08		
170218	0447.00181.500-0	13	4	R\$ 133.285,31	11/10/2011	R\$ 260.960,92			
170218	0509.00019.500-1	13	3	R\$ 60.726,28	11/10/2011	R\$ 114.479,92			
170219	411.00320.500-3	13	3	R\$ 150.951,22	30/09/2011		R\$ 14.500,00		
170219	471.00247.500-0	13	5	R\$ 1.768.670,26	30/09/2011				
170219	501.00029.500-0	13	4	R\$ 119.354,63	30/09/2011		R\$ 21.100,00		
170219	505.00019.500-9	13	4	R\$ 154.113,18	30/09/2011			R\$ 2.640,00	
170219	535.00105.500-8	13	2	R\$ 1.798.509,63	30/09/2011		R\$ 12.520,00	R\$ 9.634,30	
170219	535.00137.500-2	13	1	R\$ 126.000,19	30/09/2011				
170332	0005 00065.500-8	13	4	R\$ 716.982,72	16/09/2011	R\$ 758.479,90		R\$ 100.960,64	
170332	0005 00094.500-6	13	5	R\$ 54.000,00	16/09/2011	R\$ 114.900,00			
170332	0005 00096.500-7	13	5	R\$ 45.000,00	16/09/2011	R\$ 47.916,00			
170332	0013 00045.500-0	13	5	R\$ 851.726,73	19/08/2008	R\$ 875.968,69		R\$ 179.442,15	
170332	013 00046.500-5	13	5	R\$ 130.381,09	16/09/2011	R\$ 135.231,94			
170334	048300165500-9	13	5	R\$ 11.124,00	16/08/2011	R\$ 480.000,00		R\$ 13.752,21	
170334	048300166500-4	13	3	R\$ 543.947,29	16/08/2011	R\$ 1.012.823,29			
170334	048300169500-0	13	4	R\$ 96.651,00	16/08/2011	R\$ 565.527,00			
Total							R\$ 530.911,15	R\$ 770.853,79	

Fonte: SPIUNET, EDIFICA E SIAFI

Observações:

1. No imóvel de RIP 0409.00030.500-5 (IRF/Almeirim) constam outros órgãos Usuários (também responsáveis por este mesmo número). Dessa forma, contabilmente, somos responsáveis apenas pela parte que efetivamente está em uso/domínio da Secretaria da Receita Federal do Brasil / DRF/Macapá. Neste RIP estão agregados (utilização) os seguintes órgãos:

- IBAMA (UG 193102)

- DRF/Macapá (UG 170024) - que recebe outro número: 0409.00052.500-5 (R\$ 319.500,00)

- TRT/8ª RF (UG 080003)

- SPU/PA (UG 170128)

O resultado da "utilização" por parte dessas Unidades Gestoras é que soma o valor do RIP (R\$ 1.269.995,47).

Assim, seria oportuno informar na planilha apenas o valor de R\$ 319.500,00 (que somos efetivamente responsáveis).

2. O imóvel referente a Inspeção de Guajará-Mirim (RIP 0001.00086.500-0) ainda encontra-se na UG da SPU-RO para regularização. O imóvel não possui Termo de Entrega e possuía três RIPs Utilização, além de vários dados incorretos no sistema. Continuamos aguardando as providências do SPU.
3. O imóvel RIP nº 0151.00036.500-0 , no município de Plácido de Castro-AC, ainda continua sem atualização devido a uma alteração no tipo de imóvel no SPIUNET, gerando uma pendência no SIAFI, impossibilitando fazer qualquer inclusão/alteração no RIP.
4. Os dados de utilização dos imóveis da UG 170209 não estão podendo ser atualizados, pois estão pendentes os registros cartoriais, segundo informação fornecida pelo SPU, a quem cabe a efetivação dos registros.
5. A Unidade CAC-São Jorge não consta no SPIUNET, porque o SPU ainda não transferiu para UG 170209 (DRF/MNS), pois há necessidade de atualização do valor do bem.
6. Os imóveis de RIP's nºs 0301.00150.500-6, 0301.00174.500-7, 0301.00175.500-2 localizam-se no do município de Boa Vista (0301), contudo os mesmos estão localizados no município de BV8/Pacaraima (0034). Esclarecemos que foi solicitado ao SPU que por sua vez solicitou ao planejamento em 18/04/2012 através de mensagem e até o momento não foi atualizado.
7. O RIP 0435.00018.500-9, pertinente ao registro do imóvel da antiga IRF/BREVES, constante da Tomada de Contas de 2012, exercício 2011, foi excluído em consequência da devolução do imóvel para a SPU/PA e sua consequente transferência para o Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PA.
8. O processo 10280.003644/97-47 de regularização do imóvel ocupado pela ARF/São Miguel do Guamá, no município de São Miguel do Guamá/PA, encontra-se em fase de regularização.
9. O imóvel sob o RIP 0415.00031.500-5, destinado à construção do prédio da Agência Modelo de Ananindeua, teve seu valor avaliado constante da Tomada de Contas de 2012, exercício 2011, retificado pela SPU/PA no exercício 2012 . Sendo que o valor histórico que contempla toda a área onde está contido o referido imóvel, permanece o mesmo.
10. No imóvel RIP 535.00137.500-2, o valor total é de R\$ 2.451.179,56. Entretanto, estão agrupados os RIP's onde estão agregadas as áreas pertencentes a Prefeitura Municipal de

Santarém (sob domínio da SPU – UG 170128) e do I Comando Aéreo Regional – UG 120086. O terreno está em fase final de entrega, sendo retardado apenas em função de determinação judicial para alterar a localização, dentro do espaço, de forma a não seccionar o parque construído na área da Prefeitura. Previsão de entrega definitiva: Mar/2013. Da área total do RIP (291.807,09m²), apenas 15.000m² pertencem a RFB/DRF/Santarém.

11. Nas reavaliações realizadas em 14/12/2012, foram mantidos os valores dos imóveis cadastrados no SPIUNet sob os RIP's 0005.00094.500-6 e 0005.00096.500-7, em virtude dos mesmos não possuírem, ainda, nenhuma edificação que possibilitasse a realização da avaliação com base na Tabela CUB, e os valores utilizados pela Prefeitura Municipal do município onde estão localizados, para fins de cálculo do IPTU, apresentarem montante inferior ao já informado no SPIUNet. Além disso, como as pesquisas de mercado realizadas no âmbito do município apresentaram fortes diferenças, por m² (metro quadrado), nos imóveis verificados, optou-se pela realização de nova avaliação apenas quando houver dotação orçamentária disponível para a contratação de serviço especializado para tal fim, como, por exemplo, o prestado pela Caixa Econômica Federal.

Análise crítica:

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal procura desenvolver uma política de adequação das instalações físicas de suas Unidades, visando ao conforto dos servidores e contribuintes, às exigências legais de acessibilidade e à otimização dos recursos aplicados em manutenção predial.

No exercício de 2012, podemos observar que a SRRF02 empregou recursos na ordem de R\$ 1.301.764,94 em manutenção predial, um aumento de 39,58% em relação ao exercício anterior cujo gasto foi de R\$ 932.595,69.

Foram realizados importantes serviços de reparos nas unidades da SRRF02, de acordo com o Plano de Prioridades de Intervenção em Logística, Adequação e Reformas de Imóveis – PILAR 2012. Este plano, desenvolvido pelo Órgão Central, estabeleceu parcelas do teto orçamentário das SRRF para utilização exclusiva em reparos e adaptações de determinados imóveis, considerando-se uma ordem baseada no grau e tipo de precariedade a ser sanada. A expectativa é que mais reparos sejam efetuados até o final de 2013, conforme iniciativas do PILAR 2012 que não foram concluídas mas que estarão contempladas no Plano de Engenharia de 2013 da RFB.

A maior dificuldade para a realização do Plano PILAR 2012 foi a falta de um setor especializado em projetos e obras de engenharia, com profissionais suficientes para a elaboração de todos os projetos contemplados, o que levou as Unidades a licitar inicialmente os projetos básicos para posteriormente licitar os serviços de execução dos respectivos projetos, elevando assim o prazo para conclusão das intervenções.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 8: **Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental** *(Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

QUADRO 24 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Unidade: DRF/MNS (CIPOL AM/RR) Exigências contratuais com base na IN SLTI/MPOG nº 1/2010 Inclusão de obrigações específicas nos Termos de Contrato ou no Ato Convocatório, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> CONTRATO DE LIMPEZA: Racionalização do uso de substâncias tóxicas/poluentes; Racionalização/economia no consumo de energia e água; Capacitação de funcionários sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição; Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na limpeza e na conservação; Lavagem com água de reuso, sempre que possível; adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias, lâmpadas e frascos de aerosol, acondicionados adequadamente. AQUISIÇÕES DE BENS: Exigências do atendimento dos critérios de sustentabilidade, quanto ao uso de materiais constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme Normas ABNT. LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E ADAPTAÇÕES: Não causar impacto ambiental; Economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço; Economia na aplicação de equipamentos que consumam energia elétrica e água; Facilidade na execução, conservação e operação; Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes na região; Executar os serviços observando, rigorosamente, a legislação ambiental. <p>Unidade: DRF/RBO (CIPOL AC/RO) As licitações efetuadas em 2012 foram basicamente de reparos e adaptações nos prédios das Unidades da RFB no ACRE e RONDÔNIA e tiveram como norma norteadora a IN MPOG/SLTI nº 01/2010 que fala sobre os critérios de sustentabilidade ambiental em serviços ou obras realizadas pela Administração Pública Federal direta (Não causar impacto ambiental; Economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço; Economia na aplicação de equipamentos que consumam energia elétrica e água; Facilidade na execução, conservação e operação; Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes na região; Executar os serviços observando, rigorosamente, a legislação ambiental).</p>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Unidade: DRF/MNS (CIPOL AM/RR): LICITAÇÃO DE DESTRUIÇÃO DE MERCADORIAS. Foram exigidas licenças operacionais concedidas pelo Órgão de Controle Ambiental do Estado.</p>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Unidade: DRF/RBO (CIPOL AC/RO) Em 2012, foi dado continuidade na substituição dos reatores das lâmpadas elétricas por reatores eletrônicos de menor consumo à medida em que apresentam defeito impactando na redução do consumo de energia. Medidas gerais contribuíram para a redução de 34% da conta de água.</p>		X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>Unidade: DRF/MNS (CIPOL AM/RR) O papel adquirido para as unidades da 2ª RF foram de papel reciclado, com exceção das unidades do Amazonas e Roraima, cujo fornecimento de papel era parte do contrato de reprografia e feito pela empresa contratada. Esse papel fornecido pela empresa tem controle ambiental atestado pelo INMETRO.</p>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>	X				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Unidade: DRF/RBO (CIPOL AC/RO) Campanha para o uso consciente de energia, através de cartazes com incentivo a optar pela escada para vencer pequenos trechos e a apagar as luzes dos recintos quando não há servidores trabalhando.</p>		X			
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha 				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Unidade Gestora: ALF/AEG: Distribuição de folders, comunicações oficiais e palestras visando à propagação do Programa “Papel Zero”.</p> <p>Unidade: SRRF02 A SRRF02 iniciou em 2011 a implantação do PROGRAMA PAPEL ZERO, que tem como escopo a eliminação da utilização de papel nos processos internos e atividades administrativas de todas as Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região Fiscal, utilizando-se, assim, assim, o formato digital para relatórios, processos, comunicados e documentos quaisquer que antes tramitavam em papel.</p>					
<p>Considerações Gerais: -Dados apresentados pelas unidades gestoras da RF02 e consolidados pela SRRF02.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Detalhamento dos Programas de redução de consumo de papel, energia elétrica e água implantados:

- **PROGRAMA PAPEL ZERO**

Propósito (Objetivo)

Eliminar a utilização de papel nos processos internos e atividades administrativas da 2ª Região Fiscal da RFB.

Estratégia de ação

- Analisar, adaptar e utilizar o mapeamento de atividades do Projeto de Gestão por Competências (COGEP), bem como o mapeamento dos processos do Projeto de Gestão por Processos (COPAV);
- Aproveitar o momento de institucionalização do *e-processo*;
- Investir em comunicação de forma maciça;
- Integrar os processos internos;
- Discriminar os processos que exigem impressão e categorização em processos, gerenciais e documentos;
- Identificar os setores por que tramitam os processos propriamente ditos, os papéis gerenciais e os documentos em geral, bem como as atividades relacionadas e oportunidades de melhoria;
- Implementar modernização tecnológica e disponibilização das ferramentas que possibilitarão a substituição do papel pelo meio digital;
- Sistematizar a tramitação dos processos internos em ambiente virtual durante todas as suas fases;
- Preparar rotinas e procedimentos para recepção, guarda e devolução de meios físicos;
- Substituir por *tablets* ou outras ferramentas eletrônicas os cadernos, agendas, blocos de notas e demais papéis utilizados para registros gerenciais;
- Implantar centros de digitalização de documentos e processos;
- Realizar a implementação e o controle das demais mudanças;
- Realizar um projeto de conscientização e mudança de cultura para os servidores.

Resultados Esperados (Benefícios)

- Diminuição de custos com papel;
- Aumento da celeridade e do controle dos processos;
- Incremento da visão holística sobre as atividades;
- Redução de desperdícios e retrabalhos;
- Contribuição com a preservação do meio ambiente;
- Melhoria da imagem institucional.

QUADRO 25 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Programa “Papel Zero”	2012	Redução nas franquias dos contratos de locação máquinas copadoras e na quantidade de papel adquirido, possibilitando economia em torno de 50% do consumo de papel em relação a 2010.				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3.061.243	4.114.711	5.944.804	108.767,56	182.919,71	105.477,07
Água	13.031	21.936	25.145	130.340,06	200.232,26	136.784,82
Energia Elétrica	3.077.729	3.229.712	3.483.684	1.383.142,34	1.277.143,25	1.595.840,10
			Total	1.622.249,96	1.660.295,22	1.838.101,99

Fonte: Consolidação – Setor de Logística das UGs

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 9: **Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas** *(Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

9.1 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

QUADRO 26 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02					003149
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	004.599/2012-8	3175/2012-1ª Câmara	-	RE	Ofício TCU nº 759/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 2ª Região Fiscal (SRRF02)					3149
Descrição da Deliberação:					
<i>ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, ante os motivos expostos pela Secex/AM, arquivar os presentes autos, dar ciência desta deliberação ao interessado, encaminhando-se cópia da peça nº 1 e desta deliberação, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para adoção das providências cabíveis, bem como, à Receita Federal, para análise da alegada falta de recolhimento de contribuição previdenciária e de imposto de renda pela Prefeitura Municipal de Iranduba/AM.</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Sapac					57950
Síntese da providência adotada:					
Recepção em 11/07/2012 – iniciado processo de análise de interesse fiscal					
Síntese dos resultados obtidos					
Em análise de interesse fiscal					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há. Entretanto, com o objetivo de maximizar a eficiência dos esforços de fiscalização, é necessária a etapa de análise de interesse fiscal.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	031.773/2010-9	4111/2012-1ª Câmara	9.4	RE	Ofício nº 755/2012 - TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 2ª Região Fiscal (SRRF02)					3149
Descrição da Deliberação:					
<i>9.4 - enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Fazenda do Município de Parintins/AM, para que adotem as providências legais porventura cabíveis quanto aos problemas relacionados com a possível falha no recolhimento de tributos, constatada nestes autos; e</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Sapac					57950
Síntese da providência adotada:					
Recepção em 11/07/2012 – iniciado processo de análise de interesse fiscal					
Síntese dos resultados obtidos					
Em análise de interesse fiscal					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há. Entretanto, com o objetivo de maximizar a eficiência dos esforços de fiscalização, é necessária a etapa de análise de interesse fiscal.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	020.147/2010-4	6254/2012-1ª Câmara	9.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 2ª Região Fiscal (SRRF02)					3149
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. considerar revel a Sra. Maria Enilda Gama de Souza, nos termos do art. 12, § 3º da Lei 8.443/1992;</p> <p>9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Enilda Gama de Souza, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/92, e aplicar-lhe a multa do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;</p> <p>9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida oriunda da multa imputada;</p> <p>9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;</p> <p>9.5. autorizar o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração da responsável, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990;</p> <p>9.6. julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3.1.1 deste processo, com fulcro no art. 16, inciso I, da Lei nº 8.443/92, dando-lhes quitação plena.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 2ª Região Fiscal (SRRF02)					3149
Síntese da providência adotada:					
Tendo em vista que a servidora está lotada em uma unidade não subordinada à SRRF02, no caso, a DRJ - Belém, cabe a esta unidade a aplicação do recolhimento do valor referente à multa. O Ofício 1868/2012, que encaminhava o Acórdão 6254/2012 TCU 1ª Câmara, foi remetido à senhora Maria Enilda Gama de Souza, via e-mail institucional, no mesmo dia do seu recebimento na DRJ. Não obstante, para fins de controle e comprovação do atendimento da deliberação do TCU, a SRRF02 abriu o e-processo 10070000199/0313-18 acerca do assunto, encaminhando-o à DRJ, local onde o mesmo ainda se encontra.					
Síntese dos resultados obtidos					
Controle do cumprimento da deliberação via Aviso de Recebimento eletrônico (e-mail institucional) e-processo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Lotação da servidora em órgão não subordinado à SRRF02.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02					003149
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	022.871/2009-6	181/2012-Plenário	9.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)					77
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar que os órgãos gestores a relacionados no item 9.4, abaixo, apresentem a este Tribunal, no prazo de quinze dias, comprovação da cessação dos pagamentos objeto do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC nº 800.049/1998-5, efetuados até, no máximo, outubro de 2009, em benefício dos servidores, ativos ou inativos, relacionados no item 9.3, abaixo;</p> <p>9.4. encaminhar cópias da presente deliberação às seguintes unidades jurisdicionadas ao TCU para conhecimento da matéria tratada nos autos:</p> <p>9.4.3. DRF/AC: Delegacia da Receita Federal no Acre;</p> <p>9.4.5. DRF/SC: Delegacia da Receita Federal em Santa Catarina;</p> <p>9.4.6. DRF/SE: Delegacia da Receita Federal em Sergipe;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código UORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco - DRF-RBO					58069
Síntese da providência adotada:					
1. SERVIDORES COM OCORRÊNCIA DE EXCLUSÃO DA RUBRICA REFERENTE AO PLANO PLANO COLLORE/E OU PLANO BRESSER:					
<ul style="list-style-type: none"> – CLEUBA DE LIMA KAGY - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000420-7 - Excluído no mês de março de 2011. – CLÓVIS PINHEIRO FELIX – Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 – Excluído no mês de outubro de 2009. – EDILMA NEIVA PIRES DA SILVA RODRIGUES - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000425-5 - Excluído no mês de janeiro de 2011. – FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – FRANCISCO DE BRITO - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – HÉLIO MODESTO DE OLIVEIRA SAMPAIO - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. Obs.: Este servidor já é falecido, e está na situação de instituidor de pensão, administrado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre – SAMF/AC. – IRIVALDO LIMA PEIXOTO – Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de setembro de 2012. – JOSÉ RIBAMAR CLÁUDIO GOMES - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – JOSÉ SOUSA TRINDADE - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000680-7 - Excluído no mês de setembro de 2012. – LUCEILNA DO MONTE SOUZA - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – MARIA DE FÁTIMA BARROSO DO PATROCÍNIO - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – RAIMUNDO NONATO DE SOUZA - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000544-9 - Excluído no mês de novembro de 2009. – ROBERTO LIMA DA SILVA - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. – ROSALI ENES LEBRE - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0 - Excluído no mês de outubro de 2009. Obs.: Esta servidora já é falecida, e está na situação de instituidor de pensão, 					

administrado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre – SAMF/AC.

- **SEBASTIÃO SOARES DE OLIVEIRA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000544-9 - Excluído no mês de novembro de 2009.
- **SHEILA VASCONCELOS NOBRE** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000420-7 - Excluído no mês de março de 2011.
- **SIDNEY PINTO** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000426-9 - Excluído no mês de junho de 2010.
- **WALDERINA GOMES CABRAL ROCHA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000420-7 - Excluído no mês de março de 2011.

2. SERVIDORES SEM OCORRÊNCIAS DE EXCLUSÃO DE RUBRICA DE PLANO COLLOR E/OU PLANO BRESSER.

Resta apenas uma servidora com lotação e exercício na DRF/RBO/AC, de nome **MARISA QUEIROZ DE SOUSA**, Mandado de Segurança nº 92.0000760-0, que ainda está recebendo parcela complementar de subsídio, referente ao Plano Collor, porque ainda não recebemos da AGU/PU/AC ou do TCU, nenhum Parecer força Executória de Decisão Judicial, ou outro documento mandando suspender ou excluir a rubrica em referência nem a reposição ao erário dos valores recebidos.

3. SERVIDORES COM OCORRÊNCIAS DE DESCONTOS DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO A TÍTULO DE PLANO COLLOR E/OU PLANO BRESSER.

- **EDILMA NEIVA PIRES DA SILVA RODRIGUES:** Em cumprimento ao **Parecer Técnico nº 0011-C/2011-AGU/AC – PU**, referente à **Decisão Judicial objeto do processo nº 2005.30.00.000425-5 – 2ª VF/RB/AC**, foram incluídos descontos da rubrica 00145, o montante de **R\$ 20.033,66 (VINTE MIL, TRINTA E TRÊS REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS)**, no período de março de 2011 a fevereiro de 2012, no valor mensal de **R\$ 357,55 (TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)**, referente a valores recebidos a título de **decisão transitada em julgado (Plano Bresser)**. Referidos descontos cessaram no mês de março de 2012 por força do **Acórdão nº 181/2012 – TCU – Plenário**.
- **IRIVALDO LIMA PEIXOTO:** Em cumprimento **Parecer Força Executória da Decisão PU/AGU/AC, de 18/07/2012, referente ao Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000680-7/2ª VF/AC**, foram incluídos descontos na rubrica 00145 a partir do mês de fevereiro de 2012, no montante de **R\$ 30.004,53 (TRINTA MIL, QUATRO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)**, no valor mensal de **R\$ 1.159,50 (UM MIL, CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, referente a valores recebidos a título de **parcela complementar de subsídio, oriundo de decisão transitada em julgado (Plano Collor)**.
- **JOSÉ SOUSA TRINDADE:** Em cumprimento **Parecer Força Executória da Decisão PU/AGU/AC, de 18/07/2012, referente ao Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000680-7/2ª VF/AC**, foram incluídos descontos na rubrica 00145 a partir do mês de fevereiro de 2012, no montante de **R\$ 43.003,62 (QUARENTA E TRÊS MIL, TRÊS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS)**, no valor mensal de **R\$ 1.192,45 (UM MIL, CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)**, referente a valores recebidos a título de **parcela complementar de subsídio, oriundo de decisão transitada em julgado (Plano Collor)**.

4. SERVIDORES SEM OCORRÊNCIAS DE DESCONTOS DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO A TÍTULO DE PLANO COLLOR E/OU PLANO BRESSER.

Os servidores a seguir relacionados não têm ocorrências de descontos de reposição ao erário a título de Plano Collor e/ou Plano Bresser, porque estão amparados por liminares judiciais que determinam que não se procedam descontos até o julgamento do mérito.

- **JOSÉ RIBAMAR CLÁUDIO GOMES** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0.
- **LUCEILNA DO MONTE SOUZA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0.
- **MARIA DE FÁTIMA BARROSO DO PATROCÍNIO** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0.
- **RAIMUNDO NONATO DE SOUZA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000544-9.

- **ROBERTO LIMA DA SILVA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0.
- **ROSALI ENES LEBRE** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000421-0. Obs.: Esta servidora já é falecida, e está na situação de instituidor de pensão, administrado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre – SAMF/AC.
- **SEBASTIÃO SOARES DE OLIVEIRA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000544-9.
- **SHEILA VASCONCELOS NOBRE** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000420-7.
- **SIDNEY PINTO** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000426-9.
- **WALDERINA GOMES CABRAL ROCHA** - Mandado de Segurança nº 2005.30.00.000420-7.

Síntese dos resultados obtidos

Atendimento da deliberação do TCU em relação à maioria dos servidores que se enquadravam na situação objeto da decisão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

1. FATORES POSITIVOS:

- A atuação da AGU como órgão executor das decisões judiciais facilitaram a adoção das providências, por permitir um bom diálogo conosco, dando oportunidades de sanear dúvidas que surgiram nas análises preliminares.

2. FATORES NEGATIVOS:

- A falta de isonomia entre as ações judiciais, ou seja, temos decisões com deferimento de liminares favoráveis ao princípio do recebimento de boa fé; e outros, com indeferimento de liminares, negando o princípio da boa fé.
- Impedimento do atendimento da deliberação, em alguns casos de descontos de reposição erário, por força judicial;
- Em um caso de exclusão de rubrica, o não recebimento da AGU/PU/AC ou do TCU nenhum Parecer força Executória de Decisão Judicial, ou outro documento mandando suspender ou excluir a rubrica em referência nem a reposição ao erário dos valores recebidos.

QUADRO 27 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal (SRRF02)			3149
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203336	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal (SRRF02)			3149
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: <i>Ineficiência das ações/esforços para regularização quantitativa de servidores de carreira da Superintendência Regional da RFB – 2ª RF.</i></p> <p>Recomendação 1: <i>Adotar ações junto aos órgãos competentes, apresentando estudos e propostas que visem reduzir a defasagem da força de trabalho da Superintendência Regional da RFB – 2ª RF.</i></p> <p>Recomendação 2: <i>Aprimorar a “Política de Fixação” de servidores para 2ª RF, no sentido de normatizar o tempo mínimo e as condições específicas para a remoção de servidores.</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal da 2ª RF - DIGEP			3149
Síntese da Providência Adotada			
Estão sendo encaminhadas ao Órgão Central propostas de política de incentivos à permanência de servidores na região: regionalização do concurso público, pontuação progressiva para concurso de remoção interna, permanência mínima de três anos na localidade (estágio probatório), auxílio moradia, progressão na carreira.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ainda não há resultados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Assuntos de alçada do Órgão Central da RFB e dependem de aprovação externa, ou seja, dos Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e, em alguns casos, da Presidência da República e do Poder Legislativo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal (SRRF02)			3149
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203336	1.1.5.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal (SRRF02)			3149
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ineficiência dos controles internos administrativos relativos aos procedimentos de cadastramento dos contratos/termos aditivos no SIASG.</p> <p>Recomendação: Implantar rotinas com o objetivo de evitar que no SIASG sejam inseridas e mantidas informações incorretas e/ou desatualizadas.</p>			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal da 2ª RF - DIPOL	3149
Síntese da Providência Adotada	
<p>IMPLEMENTAR ROTINA DE ATESTE DE CONFORMIDADE DOS REGISTROS DO SIASG</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de registro: Dossiê no sistema e-processo. • Periodicidade: Dia seguinte ao da publicação oficial do contrato e até o dia 15 de cada mês a partir do 1º registro. • Individualização: Um dossiê para cada contrato. • Responsável: Servidor da equipe de contratos da DIPOL, exceto o gestor/fiscal do contrato. • Forma de registro do ateste: <ul style="list-style-type: none"> a) Formalizar dossiê com formulário de check-list da conferência dos dados do contrato e/ou termo(s) aditivo(s) com as informações registradas no SIASG. b) Inclusão de check-list atualizado a cada mês subsequente ou despacho informando a não ocorrência de alterações no referido mês. <ol style="list-style-type: none"> 1. Responsável pela verificação da atualização dos dossiês: Chefe da DIPOL 2. Periodicidade da verificação da atualização dos dossiês: até o dia 30 de cada mês. 	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Maior acurácia das informações registradas, permitindo melhor controle dos contratos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências	
Incêndio no edifício-sede do MF em Belém dificultou o ateste referente a contratos antigos.	

9.2 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades desta Secretaria.

Diante do exposto e em atendimento ao item 10.2 da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, informamos que esta Superintendência Regional não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Com relação ao acompanhamento das ações de auditoria interna informamos que:

- todo trabalho de auditoria interna no âmbito da RFB encontra-se formalizado em processo numerado;
- desde o final de 2011, a tramitação destes processos ocorre de forma eletrônica, por intermédio de sistema denominado e-Processo;
- os processos de auditoria interna tramitam de forma reservada (tem caráter sigiloso), com acesso restrito à Audit, à Superintendência e à unidade auditada;
- o Relatório de Auditoria Interna, contendo as constatações e recomendações feitas pela Audit, é primeiramente levado ao conhecimento da autoridade máxima da UJ, no caso o Superintendente Regional, que após tomar ciência do resultado da auditoria, redireciona o processo internamente para a unidade auditada ou para a área da Superintendência responsável pela matéria;
- toda tramitação do processo de auditoria fica registrada no e-Processo;
- de modo geral, esta UJ tem acatado as recomendações da auditoria interna e adotado as devidas providências para o seu atendimento, algumas delas inclusive no decorrer da própria auditoria;
- o controle das recomendações é feito por meio do Banco de Tarefas, uma ferramenta regional de acompanhamento de ações e projetos, com enfoque nos seus cronogramas;
- as recomendações de auditoria são registradas no referido banco como iniciativas a serem realizadas por uma área ou unidade local;
- a SRRF02 realiza reuniões semanais com os chefes de divisão, serviço e assessoria, cuja pauta principal é a atualização das informações acerca de cada uma das iniciativas pendentes no Banco de Tarefas;
- caso haja necessidade, as recomendações da auditoria interna podem vir a ser discutidas em videoconferências ou reuniões denominadas Diálogo de Gestão, com a participação de gestores da Alta Administração da RFB, da Audit e da Superintendência.

9.3 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

A evolução do trabalho relativo à DBR – Declaração de Bens e Rendas – apresentou um grande avanço em comparação a 2011, inclusive em relação à capacidade de identificar de forma sistêmica as pendências dos ocupantes de funções comissionadas.

Não utilizamos o quadro original previsto no manual da Prestação de Contas pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não existem na RFB, portanto, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

Diante de uma matriz de uma linha (quadro de servidores) e uma coluna (autorização de acesso), temos a necessidade de abordar o acompanhamento da rotina de regularização de pendências de entrega de DBR.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

QUADRO - PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR

UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
Delegacia da RFB em Boa Vista						0
Delegacia da RFB em Macapá						0
Delegacia da RFB em Manaus	66		8		1	75
Delegacia da RFB em Porto Velho						0
Delegacia da RFB em Rio Branco						0
SRRF02	4					4
TOTAL	70		8		1	79

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Análise crítica:

Durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados 79 registros resultantes da entrega da DBR 2012 ano base 2011, além das novas DIRPF 2013 ano base 2012 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013.

Em relação aos servidores ocupantes de função a pendência para 2013 abrange 9 servidores. A meta de zerar as pendências de DBR dos ocupantes de função foi impactada nos momentos finais dos trabalhos da Prestação de Contas devido à ausência de alguns desses servidores por licenças saúde e / ou férias. A consulta que permitiu visualizar de forma sistêmica os dados dos ocupantes de função entrou em produção apenas no início do mês de fevereiro de 2013.

Resultado do trabalho de saneamento de pendências até fevereiro de 2013:

RF	PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	VARIAÇÃO
2	339	79	-76,70%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

A redução das pendências na ordem de 76,70% envolveu um grande esforço da Rede de Gestão de Pessoas da RFB sendo necessária a definição de servidores para tratar da coleta dos documentos necessários à atualização das pastas funcionais.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3. O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores da RFB é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho da entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

O incêndio na sede da Superintendência da RFB na 2ª Região Fiscal localizada na cidade de Belém, em 26 de agosto de 2012, ocasionou a perda de todas as pastas funcionais dos servidores que tinha por unidade pagadora UPAG a SRRF 02.

O trabalho de reconstrução da unidade bem como de seus processos exigirá para a área de Gestão de Pessoas a recomposição das pastas funcionais, o que inclui nova coleta dos documentos relativos à DBR. As atividades de reconstrução devem continuar durante o ano de 2013, sem data prevista para término principalmente em razão da falta de espaço físico para reconstituição da sede da unidade organizacional.

Os trabalhos relativos a DBR na Unidade Pagadora Manaus foram impactados pela inundação das instalações físicas da Alfândega do Porto de Manaus em maio de 2012 e pelo mandado de interdição do prédio da DRF Manaus pela Justiça do Amazonas a partir de 31 de maio de 2012.

9.4 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011

A declaração abaixo se encontra assinada e digitalizada em anexo a este Relatório, na página 202.

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ªRF**

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Melissa Mota de Azevedo, CPF nº 274.374.768-43, Chefe da Divisão de Programação e Logística - DIPOL, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo a situação atual das informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Unidades com informações atualizadas:

- UG 170024 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá
- UG 170201 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho
- UG 170213 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Boa Vista
- UG 170218 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém
- UG 170219 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santarém
- UG 170332 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ji-Paraná
- UG 170334 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá

Unidades com informações não atualizadas:

- UG 170022 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém
- UG 170205 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco
- UG 170209 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus
- UG 170217 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª RF

Unidades que não firmaram contratos, convênios e instrumentos congêneres:

- UG 170210 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Manaus
- UG 170333 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes
- UG 170520 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Belém

Belém, 11 de março de 2013.

Melissa Mota de Azevedo
Chefe DIPOL - CPF 274.374.768-43

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 10: Informações Contábeis *(Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

a) Depreciação - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

3. Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e
- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 – Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 – Embarcações, não previstos na norma da anterior.

Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – **Método das Cotas Constantes**.

As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo:

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10

142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Fimotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10

142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

4. Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

b) Amortização - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressaltamos que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por tratar-se de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão

DECLARAÇÃO PLENA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02			170217
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belém-PA	Data	11/03/2013
Contador Responsável	Paulo César Souza Lopes	CRC nº	PA 014701/0-7

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO
FISCAL – SRRF02**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 11: Outras Informações sobre a Gestão *(Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício

Não há informações consideradas relevantes além daquelas já expostas neste Relatório de Gestão.

ANEXO

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª RF

DECLARAÇÃO

Eu, Melissa Mota de Azevedo, CPF nº 274.374.768-43, Chefe da Divisão de Programação e Logística - DIPOL, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo a situação atual das informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Unidades com informações atualizadas:

- UG 170024 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macapá
- UG 170201 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho
- UG 170213 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Boa Vista
- UG 170218 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém
- UG 170219 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santarém
- UG 170332 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ji-Paraná
- UG 170334 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá

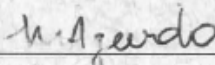
Unidades com informações não atualizadas:

- UG 170022 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém
- UG 170205 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco
- UG 170209 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus
- UG 170217 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª RF

Unidades que não firmaram contratos, convênios e instrumentos congêneres:

- UG 170210 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Manaus
- UG 170333 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes
- UG 170520 – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Belém

Belém, 11 de março de 2013.



Melissa Mota de Azevedo

Chefe DIPOL - CPF 274.374.768-43